



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0992/15	DATA: 30/06/2015	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 10h08min	TÉRMINO: 18h11min	PÁGINAS: 182

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Ex-Gerente de Segurança Empresarial da PETROBRAS. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Presidente da Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema PETROBRAS.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens. Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis. Há orador não identificado em breve intervenção. A reunião foi suspensa e reaberta. Grafia não confirmada: Dalmei.
--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil; e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que serão distribuídas cópias das Atas das 29ª e 30ª Reuniões. Sendo assim, indago se há necessidade da leitura da 30ª Reunião, posto que a mesma já foi lida e discutida na última reunião.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Peço a dispensa da leitura.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura a pedido dos Deputados e Aluisio Mendes e Fernando Monteiro.

Em discussão a ata da 30ª Reunião.

Não havendo quem quera discuti-las, coloco as Atas em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas as Atas.

Informo aos Srs. Parlamentares que serão distribuídas cópias da decisão da Presidência sobre as questões apresentadas na reunião realizada no último dia 16 de junho contendo sugestões de modificações e inclusões na Ata da 29ª Reunião.

Conforme o art. 63 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, deverão constar da Ata data, hora e local da reunião, nome dos membros presentes e ausentes, com expressa referência às faltas justificadas.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA PETROBRÁS

CPIPETRO DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Em 16 de junho do corrente, foram encaminhados a esta Presidência cinco requerimentos de autoria dos Deputados LEO DE BRITO, MARIA DO ROSÁRIO, VALMIR PRASCIDELLI, JORGE SOLLA e AFONSO FLORENSE, todos solicitando



inserções na Ata da reunião do dia 11 de junho desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Considerando tratar-se de solicitações similares com o mesmo desiderato e tendo como fundamento o mesmo dispositivo regimental, passo a responder a todos conjunta mente.

1. Todos os requerimentos, ao suscitar o cumprimento do art. 63, parágrafo único, inciso V do Regimento Interno desta Casa, requerem a inclusão em ata de questões de ordem levantadas no curso da reunião de 11/06/15.

O parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno estabelece o padrão uniforme a ser obedecido por todas as comissões da Casa, determinando no inciso V que obrigatoriamente deverão constar em ata o registro de todas as proposições apreciadas e das respectivas conclusões. Tal determinação regimental foi rigorosamente cumprida no texto da referida ata.

Cumprir lembrar que “Questões de Ordem” não são proposições. De acordo com caput do art. 100 do Regimento Interno, proposição é toda matéria sujeita a deliberação colegiada. Enquanto que, a questão de ordem consiste em incidente processual, que implica na decisão monocrática de quem estiver presidindo a sessão ou reunião, conforme prediz o art. 95, caput e § 6º do art. 192, § 3º do Regimento. Logo a inserção de questões de ordem em ata não é obrigatória, mas facultativa.

Considerando que, a juízo desta Presidência, as questões de ordem inseridas na referida ata são suficientes para a compreensão do desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão naquela reunião, indefiro todos os pedidos de inclusão de novas questões de ordem.

2. Todos os requerimentos solicitam que conste em ata que os cento e quarenta requerimentos constantes da pauta foram votados em bloco, não sendo submetidos à discussão um a um.

A pág. 5 da referida ata consta que o Presidente da CPI anunciou a apresentação de requerimento para votação em bloco de todos os requerimentos constantes da pauta, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, Consta, ainda, que colocado em votação, o requerimento foi aprovado com alguns votos contrários, passando-se, então, para a votação em bloco dos requerimentos constantes em



pauta, que foram aprovados com dezessete votos favoráveis. Por fim, consta que o Deputado Afonso Florence solicitou a verificação de votação e os requerimentos foram votados nominalmente e aprovados, com a declaração de voto contrário dos Deputados Afonso Florence, Leo de Brito e Valmir Prascidelli.

Vê-se, assim que todo o procedimento de votação dos mencionados requerimentos, estribado no art. 101, inciso 1, alínea a, item 5, c/c art. 159, § 4º, inciso IV, do Regimento Interno, encontra-se cabalmente inserto em ata. Solicitação prejudicada.

3. Relativamente à solicitação da Deputada Maria do Rosário para que se incluía na mencionada ata o horário em que a Ordem do Dia foi suspensa e o horário em que reiniciou os trabalhos, informo que não houve interrupção dos trabalhos da Comissão, motivo pelo qual indefiro a solicitação.

4. O Deputado Valmir Prascidelli solicita a inclusão na aludida ata do seu voto contrário aos requerimentos constantes da pauta votados em bloco. Constatado que tal informação já consta da pág. 5 da ata. Solicitação prejudicada.

5. Por fim, verifico que não há apoio regimental para acolher o requerimento do Deputado Jorge Solla, que solicita registro sobre o tratamento diferenciado dado a requerimentos extra pauta de sua autoria, tampouco para acatar o pedido do Deputado Afonso Florence que queria ver registrado em ata a redução do seu tempo de encaminhamento de votação.

Em ambos os casos, além de não lhes assistir razão de queixas, pois havia apoio regimental para a decisão da Presidência, não se tratam de matérias que devam necessariamente constar em ata, conforme preceitua o já citado parágrafo único do art. 63. Indefiro os pedidos.

É a decisão.

Sala das Reuniões, em de 30 de julho de 2015.

Deputado HUGO MOTTA

Presidente

Resumo do Expediente: relação das matérias distribuídas por proposições, Relatores e Relatores-Substitutos, registro das proposições apreciadas e das respectivas conclusões.

Assim foram indeferidas todas as questões.



Se restarem dúvidas, informo que as reuniões são gravadas e que, após a degravação, as notas taquigráficas estarão disponíveis para todos.

Expediente:

Examinando os requerimentos apresentados, esta Presidência observou que o Requerimento de nº 861/2015, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, guarda relação com o teor do Requerimento aprovado de nº 834/2015, de autoria do Deputado Celso Pansera, ou seja, quanto à *“realização de acareação entre os Senhores Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef”*, razão pela qual, reconhecendo a unidade de interesses das propostas contidas em ambos os requerimentos, reconheço como também aprovado o requerimento de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, informando que o mesmo constará da pauta da próxima reunião deliberativa, para que o Plenário possa referendar esta aprovação.

Determino à Secretaria que proceda à alteração nos registros da CPI.

Ofício da Presidência da Casa informando o desligamento, pela Liderança do PT, do Deputado Afonso Florence (PT/BA) e a indicação do Deputado Wadih Damous (PT/RJ) para titular desta CPI.

E-mail do Dr. Alexandre Lopes, do escritório de advocacia Evaristo de Moraes, informando que, diante da aprovação do requerimento para realização de acareação entre Renato Duque e Pedro Barusco, encaminha petição requerendo a não realização do ato, pois Renato Duque nada falou, não existindo divergência entre seu depoimento e o de Pedro Barusco, já antecipando que, de novo, permanecerá em silêncio. Lembro que esse pedido já foi indeferido por este Presidente.

Ofício do Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA) justificando ausência na reunião do dia 8 de junho de 2015, em razão de compromisso político-partidário em Brasília.

Ofícios nºs 35, 36 e 37, de 2015, do Deputado Onyx Lorenzoni, à Presidência desta Comissão, informando que, após análise das respostas e documentos encaminhados a esta CPI, oriundas do gabinete da Presidência da PETROBRAS S/A e em face da insuficiência das informações prestadas por aquele órgão, requer a esta Presidência seja oficiado àquela estatal que apresente análises das



informações e documentações solicitadas. (Resposta da Presidência: ofício feito e encaminhado).

Ofício do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Valdir Moysés Simão, apresentando o servidor Pedro Crisóstomo Rosário para prestar, conforme solicitado, assessoramento ao Relator desta CPI, durante o período de seu funcionamento.

Atestado médico do Prof. Dr. Gerson Hayashi, apresentado pelo Relator, Deputado Luiz Sérgio, informando que, conforme determinação médica, permaneceu em repouso por 7 dias a partir do dia 19 de junho de 2015.

Ofício do Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, autorizando o Deputado João Carlos Bacelar a participar de reuniões na Divisão de Ciências da Água da Secretaria do Programa Hidrológico Internacional da UNESCO, na cidade de Paris, França, e, no UNESCO Institute For Water Education, na cidade de Delft, Holanda, considerando-se o afastamento no período de 24 a 28 de junho de 2015, em missão oficial.

Ofício do Deputado Bruno Covas justificando falta no dia de hoje, 30 de junho, por ter assumido compromissos parlamentares em São Paulo e por não haver tempo hábil para particpar da reunião ordinária da Comissão.

Petição da Dra. Carla Vanessa Domenico esclarecendo que, em razão dos termos do acordo de colaboração firmado com Procuradoria-Geral da República e homologado pelo Exmo. Ministro Teori Zavascki, o Sr. Ricardo Ribeiro Pessoa está terminantemente proibido de se manifestar sobre qualquer tema objeto da colaboração, em razão de cláusulas que impõem o sigilo das informações declinadas pelo requerente, até que as autoridades judiciárias competentes decidam dar publicidade a estas, o que até o momento não ocorreu.

Esta Presidência informa que encaminhou ofícios ao Juiz Sérgio Moro, ao Ministro Teori Zavascki e ao Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, para que informem acerca do requerimento formulado pela defesa do convocado, a fim de que possa esta CPI tomar as providências necessárias com vistas à realização da audiência pública para depoimento do convocado no mais breve espaço de tempo possível.

Eu preciso fazer um esclarecimento sobre esse ato.



Na última quinta-feira à noite, quando tivemos conhecimento da homologação da delação premiada do Sr. Ricardo Pessoa, nós fizemos aquilo que já estava previsto por esta CPI, que foi: ao ser homologada a delação, nós iríamos proceder com a convocação, marcando data para o Sr. Ricardo Pessoa vir a esta CPI, já que sua convocação está aprovada. E assim o fizemos.

Nós estamos tardando em trazer o Sr. Ricardo Pessoa, para que ele possa vir aqui com a delação homologada e não tenha o direito a optar pelo silêncio; enfim, para que ele possa contribuir, responder aos questionamentos que os Parlamentares vão fazer e dar as respostas que a sociedade brasileira quer saber, neste momento de apuração e investigação que não só esta CPI, mas os órgãos da Justiça estão vivendo no âmbito da investigação envolvendo os escândalos da PETROBRAS.

Então nós procedemos, desde a última sexta-feira, com a convocação.

A resposta da sua advogada chegou ontem à noite. Nós já oficiamos ao Ministro Teori Zavascki, ao Juiz Sérgio Moro, ao Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, para que possam nos dar respostas sobre o que foi apresentado pela defesa.

Irei proceder também, ainda no dia de hoje, com o pedido de compartilhamento da homologação da delação premiada, o que já foi feito pelo Supremo Tribunal Federal. Se ela estiver em sigilo, daremos o sigilo necessário, como estamos dando a diversas outras documentações que estão na CPI, às quais só os Parlamentares e assessores credenciados têm acesso, para que a CPI não seja prejudicada no seu trâmite e para que não tenhamos aqui os nossos trabalhos prejudicados e fiquemos, já que temos prazo de duração... A CPI tem prazo para ser encerrada, e não dá para esperarmos diversos dias para ter algo que a imprensa já divulgou.

A imprensa brasileira já teve acesso a diversos trechos da delação. Então nós precisamos também ter o acesso necessário, já que estamos diretamente ligados ao caso. Nós precisamos trazer aqui, o quanto antes, o Sr. Ricardo Pessoa, que tem muitos esclarecimentos a prestar a esta CPI e ao povo brasileiro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Presidente, peço a palavra como Líder.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos continuar...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, eu só quero... Como se trata desse assunto, eu queria pedir a palavra como Líder. Quero um tempo maior, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos continuar com esse propósito.

Antes de dar a palavra ao Deputado Júlio Delgado, vamos ouvir o Deputado Onyx, rapidamente, e, depois, o Deputado Delegado Waldir. Um minuto para cada.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu queria dizer da correção do procedimento de V.Exa. A condução está correta. Só quero reforçar a necessidade de a delação premiada, de Ricardo Pessoa, já homologada, vir para esta CPI, seja em que condições for: ou com liberação pública, ou sob o regime de sigilo, para que os Deputados possam se debruçar sobre ela, fazer sua análise, para que, quando o Sr. Ricardo Pessoa aqui estiver — e ele deve vir aqui, Sr. Presidente, a CPI tem que fazer todo esforço possível para que seja antes do recesso, antes do dia 17 —, nós possamos aqui inquiri-lo e esclarecer os diversos pontos que já foram dados à luz e aqueles que seguramente estão no corpo da delação e ainda não os conhecemos.

Então, eu quero reforçar e dizer que em nome do Democratas V.Exa. faz a condução correta neste momento, e que deve exigir a vinda dele aqui e também exigir que o Ministro Teori libere imediatamente o conteúdo da delação, porque esse é um direito constitucional que a CPI tem. Assim como ele tem o direito de só liberar depois de homologar, nós temos o direito constitucional de acessar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, só para deixar bem claro que eu respeito o Sr. Ricardo Pessoa. Eu o respeito e confio nele. Não apenas eu, mas o povo brasileiro. Nós contamos com ele, no sentido de que continue fazendo essa delação premiada e traga esclarecimentos. Eu não confio em terrorista, em pessoas que meteram a mão na PETROBRAS. Mas, no Sr. Ricardo Pessoa, mesmo ele tendo contribuído para essa questão, diferente da nossa



Presidente, eu confio nele e o respeito. Ele deve estar nos assistindo. Nós estamos o esperando aqui muito ansiosos. Não apenas nós, mas todo o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu quero reforçar a necessidade de diálogo de V.Exa. com o Poder Judiciário, no sentido da liberação do depoimento em si...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Do conteúdo.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - ... do conteúdo.

Sr. Presidente, nós já tivemos momentos aqui em que fizemos um grande esforço de buscarmos conhecimento maior no depoimento de pessoas chamadas, convocadas a fazerem depoimento na CPI. E trabalhamos a partir de depoimentos que eram conhecidos por vazamento, e não conhecidos oficialmente.

No início dos nossos trabalhos, isso talvez tenha sido necessário, porque a CPI também estava iniciando os seus trabalhos. Mas agora temos um trabalho consistente, temos um trabalho em andamento. Seria muito razoável que, ao ouvirmos o Sr. Ricardo Pessoa, já tivéssemos em mão o documento, já tivéssemos conhecimento do seu conteúdo, já tivéssemos feito sua leitura, para irmos além, porque a CPI não deve, objetivamente, apenas repetir ou ser caixa de ressonância. Ela busca ir além. E, para ir além, ela tem que partir daquilo que foi trabalhado.

Então, eu sugeriria a V.Exa. — e V.Exa. tem o apoio, acredito, de todos nós — que nós organizássemos a vinda do Sr. Ricardo Pessoa com o documento liberado anteriormente. Se V.Exa. precisar do apoio de todos nós aqui, por óbvio, porque o tem, para garantirmos que esse documento seja liberado, V.Exa. conte conosco, até mesmo, talvez, com o apoio da Presidência da Casa. Use toda força possível no sentido de o termos. Mas a oitiva do Sr. Ricardo Pessoa sem a documentação é, objetivamente, um prejuízo ao trabalho investigativo do Parlamento, que não pode acontecer.

Então, eu confio em que V.Exa. vai dar curso e, primeiro, teremos o documento. Em seguida, ouviremos o Sr. Ricardo Pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Inclusive, Deputada Maria do Rosário, ontem o jornal *A Folha de S.Paulo* trouxe uma matéria em que fui muito



questionado se eu teria combinado a convocação do Sr. Ricardo Pessoa. Eu disse: *“Olha, eu não combinei convocação. O Sr. Ricardo Pessoa está convocado há mais de 2 meses, e ele viria aqui, e ficaria em silêncio.”* Todo esse esforço que a CPI e este Presidente estão fazendo para este depoimento é para que ele venha aqui e não seja mais um empreiteiro que sentará aqui e ficará calado. Nós queremos, primeiro, ter acesso ao documento da delação — os Deputados, os Parlamentares — se estiver sob segredo de justiça, se for público, melhor ainda. E aí, depois, marcaremos o depoimento para que venhamos aqui, com todo o conteúdo, dar os subsídios para que os Deputados possam formular os seus questionamentos.

Deputado Leo de Brito e, em seguida, Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, primeiro, cumprimentar V.Exa. e também os Deputados que me antecederam no tocante a este procedimento. Considero que este é o procedimento mais correto. Aliás, eu acho que os grandes momentos que nós tivemos aqui nesta CPI foram os momentos em que nós tivemos os delatores aqui presentes, quando eles puderam falar, expressar aquilo que estava no conteúdo das delações.

Neste momento, ao contrário do que foi dito anteriormente, as delações também estão sendo questionadas. O próprio Ministro Marco Aurélio Mello colocou de maneira muito inteligente, e com a sua experiência na área judiciária falou que as delações devem ser relativizadas e devem ser objeto de um ato voluntário.

Acho que vai ser muito importante que a oitiva do Sr. Ricardo seja feita exatamente depois não só de homologada, mas também de termos acesso a esse conteúdo.

Inclusive, a gente deve neste momento fazer uma crítica severa pelo fato de que muitas vezes nós que somos autoridade judiciária, do ponto de vista da nossa natureza, não termos acesso a delações e, devido a vazamentos seletivos, a imprensa o ter.

Então, é muito importante que a sua autoridade, Sr. Presidente, seja utilizada neste momento para termos acesso ao inteiro conteúdo dessa delação e podermos fazer a confrontação, porque acho que esse é um papel que nós temos cumprido muito bem nesta CPI.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero assinar, ainda agora pela manhã, já pedi à Secretaria da CPI que produza o documento, para que a gente possa enviar ao Ministro Teori o pedido do compartilhamento da delação premiada.

O Relator quer fazer uma breve colocação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Breve. Primeiro, para deixar claro que o Presidente Hugo Motta, em relação a esse tema, agiu corretamente. Já estava marcado para que o Sr. Ricardo Pessoa viesse a esta CPI, quando chegou à Presidência da CPI um documento com uma solicitação do próprio juiz que pede o adiamento em razão de haver uma solicitação da própria Procuradoria-Geral da República e do juiz; e que, como ele estava fazendo a delação, era preciso aguardar a conclusão dessa delação. Então, não houve nenhuma combinação; o que houve aqui foi a busca de um trabalho harmonioso entre a CPI, o Judiciário e o Ministério Público, para que um não atropelasse o outro nesse processo.

Segundo, eu quero me somar aqui às falas do Onyx e da Maria do Rosário. O Sr. Ricardo Pessoa virá a esta CPI, e todos nós queremos que ele venha o mais rápido possível. Agora, ele precisa vir a esta CPI, e nós precisamos ter o instrumento para fazer os questionamentos a ele; e o instrumento de que nós precisamos é ter conhecimento do inteiro teor da delação que ele fez. Esse é um pressuposto básico de que nós precisamos. Estamos tomando as providências para que nós possamos ter acesso a essa documentação, porque é um direito desta CPI ter acesso a esta documentação, para que, ao trazer o empresário Ricardo Pessoa, cada Parlamentar, membro ou não da CPI, possa ter um conhecimento do conteúdo dessa delação para fazer os questionamentos pertinentes a este tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Relator.

Deputado Júlio Delgado, pela Liderança.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, eu queria fazer uma fala também nessa linha.

Eu acho que o STF e a Justiça Federal do Paraná têm a obrigação de, no mínimo, fazer uma sindicância interna para averiguar o que está acontecendo com essa fuga de informações, esse verdadeiro ralo que tem lá de forma seletiva de informações. Não é possível que nós tenhamos de ir à banca de jornal sexta e



sábado, ir aos órgãos de imprensa, para saber as informações a que esta CPI deveria ter acesso. Isso não pode continuar. A gente tenta manter a serenidade, mas tem horas que a gente de fato fica irritado. Não é possível, a gente não tem acesso à delação premiada e a gente vai à banca, nada contra os órgãos de imprensa, mas tem alguém lá dentro com algum tipo de interesse, e eu não sei qual o tipo de interesse, se é financeiro, se é político ou o que é, que vai vazando informação. Não é possível que o STF e a Justiça Federal do Paraná não abram algum tipo de sindicância interna, no mínimo, para ver o que está acontecendo lá com esse vazamento de informações, antes que os órgãos estabelecidos, as instituições envolvidas no processo tenham acesso às informações.

Então, fica aqui a minha fala: para mim, o STF e a Justiça Federal do Paraná têm a obrigação de responder à sociedade brasileira e a esta CPI sobre o que está acontecendo lá dentro desse verdadeiro ralo de fuga de informações, que deveriam ser sigilosas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Júlio Delgado pela Liderança do PSB.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Antes de V.Exa. começar a contar o meu tempo, eu gostaria de dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem 6 minutos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ...ao nosso amigo, meu companheiro Celso Pansera, que essa delação do Sr. Ricardo foi feita aqui com o Ministério Público Federal, com o STF. E o Dr. Sérgio Moro teve, inclusive, dificuldades de reconhecer, fazer e receber a delação do Sr. Ricardo pela questão da suspeição da mesma.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - A PGR também fica na obrigação...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É importante ressaltar isso a V.Exa. e também ao Deputado Delegado Waldir, antes de começar, Sr. Presidente: cuidado, Deputado Delegado Waldir, porque muitas vezes o depoimento ou a delação feita pelo delator pode servir justamente para proteger aqueles que o senhor quer apurar. Muito cuidado com isso! Leve em consideração que não há forma de fazer com que



uma nuvem nebulosa paira sobre todos, para proteger aqueles que verdadeiramente sempre colaboraram ou ajudaram.

Então, a gente tem que ter cuidado com isso. E, por isso, eu quero, Sr. Presidente, primeiro, dizer que nas tentativas que tivemos de falar com V.Exa. durante todo esse final de semana... E eu me fiz falar com a secretaria desta Comissão, naquilo que era possível entre a sexta-feira à noite e ontem, que V.Exa. estava chegando, e a gente conseguiu colher algumas informações. E me prestava aqui... Até porque, fruto do vazamento dessa delação, o meu nome está envolvido e citado.

Eu, ontem, quando fiz uma defesa da minha pessoa, da minha conduta nesta Casa, no plenário, eu disse que aqui na CPI viria fazer todos os argumentos referentes à questão da CPI propriamente dita e da minha atuação aqui, nesta Comissão, e dessa postura.

De antemão, já antecipo a V.Exa. que, ciente do seu ofício na sexta-feira ao Ministério Público, à Procuradoria, ao Supremo e à Justiça Federal, solicitando a possibilidade de ouvir o Sr. Ricardo Pessoa... E ontem, por parte do Secretário Manoel, pela resposta da sua advogada, também iria pedir aqui qual o inteiro teor da delação, seja de forma sigilosa para os membros da CPI, seja de forma aberta, de que forma for. Mais o que foi respondido e o que já foi solicitado pelo Deputado Aluisio Mendes de forma muito clara, cabal, solicitando mais.

Mas eu gostaria de ter a atenção de V.Exa. para lhe pedir mais. Eu gostaria que V.Exa., junto com a possibilidade de ter o inteiro teor da delação feita pelo delator, solicitasse também ao Ministério Público Federal e ao Supremo Tribunal Federal os termos de colaboração celebrados entre o Ministério Público e homologados pelo STF.

Eu não quero saber do teor da delação. Eu quero saber os termos da delação. O que foi negociado para que ele pudesse fazer a delação. Isso é importante porque, fruto disso, nós podemos saber se foi a conversão da prisão preventiva em domiciliar, a redução da pena em função do que está sendo entregue. O que foi negociado entre os advogados, ou o delator, e a Justiça, para que ele pudesse, em vez de colaborar com o andamento da Justiça, eventualmente obstruir



as investigações da Justiça. Da CPI não irão obstruir, Sr. Presidente — eu tenho certeza pela postura com que vem conduzindo.

Sr. Presidente — eu fiz todo o levantamento, passei todo o final de semana fazendo isso —, no dia 22 de julho de 2014, eu fui a São Paulo, em uma agenda marcada entre o Presidente do PSB de Belo Horizonte, que me fez acompanhar, o Sr. João Marcos Grossi, e também pelo representante da empresa em Minas, Sr. João Santana, à sede da empresa que eu jamais tinha ido, que eu não conhecia, nunca tinha visto o Sr. Ricardo Pessoa na minha vida, como nunca vi depois desse dia.

Estávamos presentes nessa reunião eu, o Sr. João Marcos, o Sr. Jorge Abreu, também diretor da empresa, o Sr. João Santana, que agenciou o encontro, e o delator. Fizemos uma reunião, conversamos sobre assuntos da política nacional e, ao final, o Presidente do PSB Belo Horizonte e o Presidente do PSB Minas Gerais — à época era — fizemos uma solicitação de ajuda para o partido. Essa é a função de um dirigente. A legislação eleitoral faz com que tenhamos que fazer isso. Saí de pires na mão atrás de ajuda para as nossas candidaturas.

Talvez o delator, pensando que isso pudesse nos envolver, ou criar uma carta na manga, um álibi futuro para ele, tenha feito essa ajuda. E está aqui, Sr. Presidente, o depósito feito no dia 5 de agosto, com recibo eleitoral, com transferência eletrônica, no valor de 150 mil reais, para a Direção Estadual do PSB Minas Gerais — eu vou juntar esses documentos à CPI.

Eles acham que o dirigente partidário é adepto de uma prática comum, Deputado Onyx: que ele vai pegar o dinheiro de doação do partido e vai ficar para ele, porque ele é o dirigente. Está aqui, Sr. Presidente, a data dos depósitos — também vou juntar à CPI — a todos os candidatos a Deputado federal e Estadual que receberam o recurso da UTC. Só não tem meu nome. Está aqui a doação para todos os candidatos: 10 mil, 7,5 mil, 5 mil, 7 mil, 3 mil, 10 mil, distribuído entre 16 candidatos a Deputado Federal e Estadual. Também está aqui e vou juntar à CPI. E está aqui também o depósito, para não poderem negar, feito no Banco do Brasil, na conta do partido: eleição 2014, PSB Estadual, a agência, a conta e o depósito: UTC Engenharia.



Depois desse dia, jamais, nunca mais — nem por telefone, nem por *e-mail*, nem por nada, nem por Instagram, rede social —, nunca mais falei com esse cidadão. Nunca mais falei com esse cidadão. Nunca mais estive com esse cidadão.

Naquela época, cabe lembrar — o Deputado Onyx sabe bem disso e também aqueles que aqui estavam; o Deputado Izalci sabe bem disso —, eu relatava um processo no Conselho de Ética contra outro Deputado do PT. Enquanto todos estavam em campanhas eleitorais, eu, tendo que dividir esse tempo, vinha a Brasília. Era período pós-Copa do Mundo, estávamos vivendo um recesso branco, porque não tínhamos votado a LDO, ninguém estava aqui, pois estavam todos fazendo suas campanhas eleitorais, e eu tinha que vir, fazendo convocação dos convites — porque o Conselho de Ética só pode fazer — ao Sr. Youssef, que na época não tinha feito delação, ao Sr. Leonardo Meirelles, da Labogen, que veio aqui, que eram ligados aos fatos que conhecíamos à época do começo de todo esse esquema da Lava-Jato.

Passado esse período, Sr. Presidente, iniciou-se outro ano. Nós todos assinamos o requerimento de criação da CPI, que foi instalada e que V.Exa. preside.

Eu tenho aqui, Deputados, o requerimento que eu indiquei ontem, que é do dia 4 de março, às 17h55min. Recebi no primeiro dia — o primeiro dia — para entrega de requerimentos a esta CPI. Eu não sei quem mais é. Acho que o Deputado Onyx também é. Acho que a Deputada Eliziane, que não está aqui, também é. Mas eu sou autor de requerimento de convocação do Sr. Ricardo Pessoa.

E eu começo a encontrar, Sr. Presidente, essas digitais com as quais eu disse bem aqui ao Delegado Waldir para tomar cuidado. Eu quero saber por que o meu nome foi incluído, mesmo não tendo recebido, e o motivo dessa tentativa de deixar esse ambiente turvo.

Podem achar, Deputado Waldir, que a minha tentativa é a de me igualar às defesas que estão sendo feitas, mas eu vou ler para V.Exa. o meu requerimento rapidamente. Peço a paciência de V.Exa.:

“Preso por suspeita de envolvimento no esquema de corrupção (...) desde novembro do ano passado” — novembro, cabe lembrar —, “o engenheiro Ricardo



Pessoa, dono da construtora UTC, está negociando com o Ministério Público a delação premiada”.

Delação essa que começou a ser negociada em novembro e foi celebrada em junho, para verem como existia de certa forma a desconfiança naquilo que veio ser delatado na colaboração.

Mas na minha justificativa, Deputado Waldir, está aqui:

“Segundo a revista Veja, edição 2414, de 25 de fevereiro, (...) o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, procurou os seus advogados” — do delator — “para tentar evitar sua delação premiada e que, desde 2003, ele repassa dinheiro de propina ao PT e outros partidos” da base. Cabe lembrar que eu nunca fui da base.

“A revista informa ainda que Pessoa deseja contar que, em 2003” — e já procurou o tesoureiro do PT Delúbio Soares —, “foi o então tesoureiro do PT Delúbio Soares que organizou o esquema de propina na Petrobras. A reportagem diz ainda que a UTC financiou extraoficialmente as campanhas do ministro da Defesa, Jaques Wagner, ao governo da Bahia em 2006 e 2010” — PT.

“De acordo com a reportagem, Pessoa pretende dizer também que (...) repassou 30 milhões de reais obtidos em contratos superfaturados da Petrobras para campanhas de candidatos do PT e da presidente Dilma Rousseff.

Outra revelação que estaria disposto a fazer, segundo Veja, é a de que a UTC ajudou o ex-ministro José Dirceu a pagar despesas pessoais a partir de simulação de contratos de consultoria. Ao todo, a empreiteira pagou a Dirceu 2,3 milhões de reais entre 2011 e 2012 por um suposto serviço de consultoria” —



que não aconteceu. *“O dono da UTC pretende revelar mais detalhes sobre essa ajuda a Dirceu. De acordo com a reportagem da revista, o pedido de ajuda a Dirceu teria sido apresentado à UTC por João Vaccari Neto, tesoureiro do PT”.*

“O juiz da 13ª Vara Federal em Curitiba, Sergio Moro, que é responsável pela investigação do esquema de corrupção na Petrobras e decretou a prisão de Ricardo Pessoa, disse o pedido de busca e apreensão (...) ‘existem provas decorrentes da interceptação telemática e telefônica, provas documentais colhidas nas quebras de sigilo bancário e nas buscas e apreensões, de materialidade e autoria dos crimes’. (...)”

“Em seu despacho de 18 de novembro” — não sei se V.Exa. se recorda que eu fui Relator também do processo do Deputado José Dirceu aqui no Conselho de Ética —, “o juiz federal Sergio Moro disse mais: ‘o envolvimento da UTC com o cartel (...) foram, aliás, confirmados pelos criminosos Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa (...)”, que fizeram uma delação também no final do ano, quando se tomou conhecimento do envolvimento das empresas.

Sr. Presidente, eu não requeri a convocação só o Dr. Ricardo Pessoa, não. Eu requeri a convocação, naquele dia, de todos os dirigentes de empresas que foram citadas nas delações dele. Todos, inclusive ele, com justificativas desse porte.

Preocupe-me e ontem olhei requerimentos de convocação, Deputado Waldir e Deputado Onyx, de partidos — e é legítimo que eu o faça — com a mesma justificativa para poder convocar as pessoas aqui na CPI aprovada. Eu fiz um por um, justificativa diferente por justificativa diferente. V.Exa. pode procurar todos os meus requerimentos. Não há um repetido, igual ao outro, porque eu fui fundamentar a busca para perguntar a esses senhores aqui. Aqueles que vieram parece também que agiram conforme um acordo celebrado no cartel — que continua existindo —



para fazer uma delação meia bomba e dizer só o que interessa e esconder os eventuais contratos futuros.

Preocupo-me com os contratos futuros. Há gente que ainda tem acordo com o Governo, Deputado Waldir! E, para proteger isso, saber deles se... A pergunta que eu faria a ele, como eu fiz para os outros, é a seguinte — e já fiz aqui, está nas notas taquigráficas desta CPI, quando estive aqui um Diretor, acho que da Galvão Engenharia, que não quis responder mais uma vez no dia: *“Todo dinheiro oriundo das doações para campanhas eleitorais é dinheiro de propina?”* Para nós sabermos, porque todo mundo, as empresas todas, receberam de forma legal. Mas tudo é propina?

O Dr. Sérgio Moro já disse: *“Dinheiro sujo lavado continua sendo sujo”*. E nós estamos querendo fazer e separar, o que eu sempre quis fazer aqui. Já disse algumas vezes, e V.Exas. já escutaram da minha boca, que queremos separar o joio do trigo. Separar o joio do trigo.

Ontem, Deputado Waldir, houve mais uma reunião dos membros do PT. Por isso, eu quero separar. O mito está sendo desmistificado em vida e está pedindo ajuda pelo amor de Deus. Mas ele pede ajuda àqueles também que, presos, possam fazer a mistura e nos colocar na mesma vala comum.

Eu não vou aceitar, Deputado Waldir, porque eu não estou nesse meio! Escolhi um caminho nesta Casa e é o caminho que eu trilho: de correção. Pago, às vezes, por isso, porque hoje há muita gente nos gabinetes me ouvindo nesta hora, sorrindo por dentro: *“Olha aí o Deputado Júlio, tanto pegou Deputado e agora está no meio.”* Não estou, não.

E eu quero, mais do que nunca, a presença do Sr. Ricardo Pessoa aqui para poder olhar nos olhos dele. Eu queria... Não sei...

A Deputada Eliziane chegou. Eu a estava aguardando. O Deputado Ivan ainda não chegou. Eu tive que pedir licença a todos, mas, além de dizer aqui e ter compromisso com a verdade, eu tenho que ser coerente, Sr. Presidente. No primeiro dia da instalação desta CPI, eu, cobrado principalmente pelo Deputado Ivan e pela Deputada Eliziane, através de seu Líder, Rubens Bueno, solicitei que aqueles Deputados citados e envolvidos se afastassem, para o bem da apuração da CPI. Eu saí, atravessei a sala, fui para a Comissão de Constituição e Justiça e fiz a mesma



cobrança ao Presidente da Comissão eleito: que, se envolvido, se afastasse também da Comissão, para o bem da apuração.

Eu quero dizer a V.Exa. que coloco à disposição da CPI o meu sigilo bancário, fiscal e telefônico, minha vida, minha conduta e minha história e digo a V.Exa. que quero aguardar, pedindo licença à Deputada Eliziane, ao Deputado Ivan e a todos, a vinda do Sr. Ricardo Pessoa, porque eu sou o autor do requerimento. Por isso, peço a V.Exa. que tome as medidas mais urgentes e mais rápidas possíveis, porque, assim que o Dr. Ricardo Pessoa vier aqui e for ouvido por mim, como requerente, vou pedir dispensa da CPI, por uma questão de coerência, para que eu possa fazer com que o que eu pedi aos meus colegas também aconteça comigo. Eu não posso agir de modo diferente. Não posso deixar de desejar para mim aquilo que desejo para os outros.

Quero pedir licença, então, à Deputada Eliziane e, mais precisamente, ao Deputado Ivan Valente, ao Deputado Altineu Côrtes, com o qual já tive uma conversa semana passada, ao Deputado Aluisio e a todos os Deputados, para que eu possa ficar aqui na CPI até a vinda desse cidadão. Depois disso, eu vou pedir licença, para que eu possa fazer a minha defesa.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Como sempre, Deputado Júlio Delgado, temos dado aqui a oportunidade para todos aqueles que, espontaneamente, desejam vir a esta CPI trazer situações, quando porventura surgirem denúncias e ilações sobre qualquer Parlamentar. Nós estabelecemos o rito de que abríamos a CPI para todos aqueles que desejassem fazer denúncias, ouvir e ser ouvidos.

Como V.Exa. solicitou, nós demos esse direito a V.Exa., que terá, quantas vezes achar necessário, nesta CPI, a oportunidade de defender o seu mandato, a sua honra e o seu nome.

O que nós vamos continuar sempre prezando nesta Comissão é pelo bom funcionamento e a investigação. A CPI não sairá desse trilho. Ela cumprirá o seu papel. Já estamos tentando, o mais rápido possível, trazer o Sr. Ricardo Pessoa para elucidar todas as revelações que a imprensa fez durante o final de semana para que a CPI possa realmente cumprir o seu papel na investigação.



Já estou encaminhando...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu queria só concluir, Sr. Presidente, para não perder o foco.

Eu queria que V.Exa. não perdesse a oportunidade de solicitar o termo da delação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou concluir. Eu quero só pedir um pouco de paciência aos Deputados.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu não estou falando na qualidade de depoente, porque ainda não sou. Nem houve abertura de processo de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Claro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Estou aqui na qualidade de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - De citado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não, de membro da CPI, para ser coerente com a minha trajetória e com o que eu aqui pedi. Eu também pedi licença aos colegas para que eu possa continuar sendo membro desta CPI até ouvir o delator.

Concordo com V.Exa. que seria importante que nós tivéssemos não só os termos da delação, mas a delação por completo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós vamos proceder, já no dia de hoje, ao Supremo Tribunal Federal, ao pedido dos termos da delação que foram propostos pelo Ministério Público Federal, para que todos os Parlamentares possam ter acesso à negociação que foi feita não só com o Sr. Ricardo Pessoa, mas com todos os outros que fizeram acordo de delação premiada.

Vamos continuar procedendo dessa forma.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, peço-lhe 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei a palavra ao Deputado Aluisio Mendes e, em seguida, ao Deputado Wadih Damous, à Deputada Eliziane Gama, ao Deputado Onyx Lorenzoni e ao Deputado Izalci.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, até para ajudar os trabalhos de V.Exa., em primeiro lugar, eu acho que nós temos que focar no nosso pedido de acesso ao termo de colaboração premiada, o qual dirigimos ao Ministro Teori Zavascki, que é a autoridade que homologou o termo. Ele é a pessoa indicada para que a CPI faça a gestão para que seja dado acesso pleno e completo a esta CPI do inteiro teor dessa delação, dessa colaboração premiada. O Ministro Teori foi quem homologou a decisão. É ele a autoridade competente para dar a esta CPI acesso a esse termo.

Então, acho que V.Exa. deveria fazer esse pleito não só oficialmente, como já o fez, atitude pela qual o parabenizo, mas também por meio de um contato telefônico com o Ministro Teori.

Eu acho que o vazamento desse termo de colaboração premiada na imprensa neste final de semana é gravíssimo. Se isso tivesse ocorrido aqui no seio da Câmara, nós estaríamos, hoje, sendo execrados pela opinião pública, pela imprensa e pelo Judiciário. Não é a primeira vez que ocorre um vazamento, e nós precisamos realmente cobrar não só do Ministro Teori Zavascki, mas do Procurador-Geral da República uma investigação séria sobre esse vazamento.

Nós não queremos esconder nada, mas, se a CPI é impedida de ter acesso a esse documento, tendo a CPI os poderes que tem, como é que pode a imprensa ter de antemão acesso a esse termo? Então, eu acho que V.Exa. deveria não só oficiar o Ministro Teori Zavascki, mas fazer um contato com ele hoje, via telefone, falando da urgência e da necessidade de esta CPI receber o inteiro teor desse termo de colaboração premiada.

Eu queria dizer ao Deputado Júlio Delgado que ele tem todo o meu apoio. Eu concordo com ele quanto ao procedimento adotado nesta CPI de solicitar àqueles Deputados que foram citados durante toda essa investigação que se sentissem impedidos de participar deste trabalho. Mas eu acho que o caso do Deputado Júlio Delgado é um caso excepcional. Eu acho que ele merece realmente essa condição diferenciada de que nós possamos ouvir aqui o Sr. Ricardo Pessoa, antes que se tome qualquer providência. Eu acho que o que o Deputado Júlio Delgado demonstrou aqui hoje com essa documentação é que, claramente, alguma coisa não está batendo entre o que disse o Ricardo Pessoa e o que diz o Deputado Júlio



Delgado. Da minha parte, ele tem toda a solidariedade para que permaneça nesta CPI e que nós possamos, antes de ele se afastar, ouvir o Sr. Ricardo Pessoa.

Mas eu gostaria de enfatizar a V.Exa. esta questão: é importante, é urgente que todos na CPI que já prestaram esse apoio a V.Exa. façam gestões junto ao Ministro Teori para que esse termo de colaboração venha urgentemente para a CPI. Se há um lugar aonde as informações estão chegando e não estão vazando é aqui nesta Casa, diferentemente do que está acontecendo no Ministério Público Federal, na Polícia Federal, inclusive no Supremo Tribunal Federal. Nós precisamos saber o onde é que isso está acontecendo, porque, como disse o Deputado Celso Pansera, na verdade, é um verdadeiro esgoto a céu aberto com relação a esses depoimentos. A única Casa que tem mantido as informações que recebe sob sigilo é esta Casa e, por isso, nós temos a prioridade de receber essas informações.

É esse pedido que tinha a fazer a V.Exa.: que faça oficialmente, como já fez, mas faça uma solicitação formal, via telefone, ao Ministro Teori, para que ele agilize a chegada dessa documentação a esta CPI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Iremos proceder dessa forma, Deputado Aluisio Mendes.

Com a palavra o Deputado Wadih Damous.

O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS - Sr. Presidente, bom dia.

Quero, antes de mais nada, parabenizar V.Exa. pela conduta em relação à vinda do Sr. Ricardo Pessoa, porque é exatamente esse o caminho. Nós temos que ter acesso ao termo de delação, como quer o Deputado Júlio Delgado, com toda razão; temos que ter acesso prévio ao depoimento, à delação premiada do Sr. Ricardo Pessoa, para que efetivamente nós possamos ir além, como bem disse aqui a Deputada Maria do Rosário.

Nós não substituímos os órgãos de investigação do Estado brasileiro; nós não competimos; nós não vamos ocupar o lugar da Polícia Federal, do Ministério Público, do Poder Judiciário, mas podemos ir além. Até porque, Sr. Presidente, a tarefa primordial de uma Comissão Parlamentar de Inquérito é investigar e ter elementos para produzir, acerca do tema, uma legislação sólida, consistente, que aperfeiçoe o nosso ordenamento jurídico. Esse é o escopo principal de uma CPI;



não é competir com os órgãos concebidos originariamente pela Constituição para proceder à investigação, para punir, etc., etc.

E mais, Sr. Presidente, ainda na tecla do “ir além”: eu tenho, particularmente, uma reserva, diria mais, uma ojeriza, a delatores. Tenho ojeriza ao dedo-duro, ao alcaguete. Eu mantenho sob reserva qualquer informação que um delator produza, porque o delator nunca o faz espontaneamente e o delator mostra uma falha de caráter originária. O delator pode enlamear o nome de uma pessoa para sempre.

Então, nós temos que ir além em relação ao Sr. Ricardo Pessoa e em relação a qualquer delator que se apresente a esta CPI: nós temos que buscar as informações complementares a sua delação: documentos, áudios, enfim, tudo aquilo que confirme o que ele está dizendo. Nós não podemos nos fiar na palavra de um elemento como esse. Nós não podemos... Porque, se for assim, nós vamos selecionar: *“Bom, quando ele diz que fulano recebeu propina, para esse fulano é propina; para o outro é doação”*. Nós temos é que complementar, e acho que esse vai ser o papel que vai demarcar a nossa atuação em relação às outras linhas de investigação que estão em vigor. Nós temos que aprofundar esse processo de delação, até para aperfeiçoar, posteriormente, se for o caso, a lei de delação premiada, com esses vazamentos absurdos. É impressionante! O que acontece nessa investigação está pior que a defesa do Brasil naquela 7 a 1 da Alemanha. É tudo vazado. É impressionante.

E que nós possamos efetivamente delimitar quando se está falando a verdade, quando se está mentindo, quando se está distorcendo a verdade, quando a verdade é parcial. Então, eu acho que a nossa conduta aqui em relação a esses delatores é não fazer com que eles repitam o que já disseram em juízo — simplesmente virem aqui e repetir o que falaram em juízo —, mas fazê-los demonstrar o que estão dizendo, porque é a honra das pessoas, a honra das instituições brasileiras que está em jogo neste momento e que nós devemos preservar nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Nós temos deixado claro desde o início dos trabalhos o nosso interesse em trabalhar em parceria com o Ministério Público Federal, a Justiça Federal, a própria Polícia Federal, porque entendemos que esses órgãos têm prestado um grande



serviço ao País. Mas nós não podemos também abrir mão das nossas prerrogativas. Esta CPI e todos os que fazem parte dela têm interesse em que ela funcione, vá a fundo, tenha acesso às informações, e nós não iremos abrir mão de cumprir as nossas prerrogativas.

Eu quero mais uma vez ressaltar o nosso respeito por essas instituições, mas quero também dizer que nós queremos que essas instituições respeitem o nosso trabalho; entendam que nós precisamos prestar satisfação ao eleitorado que nos colocou aqui, à sociedade brasileira que cobra de nós as respostas. Nós vamos continuar agindo da forma como estamos agindo: usando a Constituição Federal, usando o Regimento Interno desta Casa, para não só termos acesso às informações, como também para adotarmos procedimentos que são legais e que cabem a esta investigação tomar, para que a CPI possa avançar no que diz respeito à elucidação dos fatos. Esse será o nosso papel.

Com a palavra a Deputada Eliziane.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria parabenizar V.Exa. pela colocação que faz neste momento. A CPI é um instrumento importante e, ao final dos trabalhos da CPI, nós teremos um relatório conclusivo que será encaminhado à Justiça Federal, ao Supremo. Ou seja, a CPI precisa ter o seu material próprio. A CPI precisa ter a sua investigação própria. Nós não podemos ficar a reboque da Justiça Federal, da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, muito embora o trabalho deles seja extraordinário, seja realmente um trabalho extremamente forte, efetivo e aprofundado.

Daí a necessidade, no nosso entendimento, de ouvirmos o Sr. Ricardo Pessoa. Obviamente, é necessário termos as informações da delação premiada aqui, mas isso não inviabiliza e nem precisa ser ordem de prioridade. A prioridade é o ouvirmos, para termos o nosso material nesta CPI.

E, nesse sentido, Deputado, eu queria cumprimentar o Deputado Júlio Delgado, que tem demonstrado ao longo desta CPI o seu interesse pela investigação por esta Casa.

Quero dizer a V.Exa., Deputado Júlio, que é muito coerente a postura de V.Exa. de se colocar à disposição da CPI, de colocar os seus sigilos à disposição da CPI. Aliás, Deputado, esse deveria ser o papel de todos os demais políticos que



foram, de uma forma ou de outra, citados durante a investigação da CPI. Eu acho que quando se faz isso, aí, sim, se sai de qualquer suspeição. A CPI não é uma inquisição, não é um local de se fazer julgamentos. Aqui é um local de se ouvir e se investigar. Então, quanto mais informações e quanto mais facilidade tivermos, naturalmente, mais resultados nós teremos ao final dos trabalhos da CPI.

Eu queria deixar a V.Exa. os meus cumprimentos pela postura coerente de V.Exa. ao se posicionar desta forma, com a citação do nome de V.Exa., ao contrário do que aconteceu agora. Nós temos, por exemplo, a posição da Presidente Dilma de tentar comparar os delatores da ditadura com o que nós estamos acompanhando hoje na colaboração premiada — que, aliás, foi um ganho enorme no processo de investigação brasileira. Isso, no nosso entendimento, é uma tentativa de confundir a opinião pública. O que nós precisamos hoje é aprofundar a investigação, e o que ela fez é meio que comparar os procuradores aos torturadores da ditadura. E isso nós não podemos aceitar, Presidente.

O que nós precisamos nesta CPI é aprofundar a investigação. O que nós precisamos nesta CPI é não deixar que ela, na verdade, entre num marasmo. E aí eu queria cumprimentar mais uma vez V.Exa., por aquela nossa última reunião plenária, na qual aprovamos mais de 40 requerimentos importantes e fundamentais. É claro que se nós não tivermos uma liberação do juiz para ouvir um depoente — nós já tivemos um prejuízo, no caso das acareações —, nós temos requerimentos fundamentais e já podemos agilizar e adiantar as oitivas.

Portanto, eu queria cumprimentar o Presidente pela postura e, mais uma vez, deixar ao Deputado Júlio Delgado os meus cumprimentos, a minha admiração, o meu apreço, acima de tudo, pela sua postura de se colocar à disposição dos trabalhos desta CPI.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, muito rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Lembro que temos três pessoas para ouvir no dia de hoje.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Vou utilizar 1 minuto, não mais do que isso, para dizer duas ou três coisas. Vou, inclusive, dizer publicamente algo que eu havia dito reservadamente ao Deputado Júlio Delgado.

Presidente, há os que querem iluminar e há os que querem iludir. Isso serve para várias e várias situações. Aqui e lá no Judiciário, lá no Ministério Público, isso é assim, porque é da natureza humana.

Eu estou há 12 anos aqui — este é o meu 13º ano aqui; eu tenho 20 anos de mandatos consecutivos — e acho que aprendi, como se diz na minha terra, a conhecer o rengo sentado e o cego dormindo. E eu conheço o Deputado Júlio Delgado. Acompanho a sua trajetória; fui seu parceiro e membro, e ainda sou, do Conselho de Ética desta Casa, onde questões duríssimas foram enfrentadas no passado. Fui membro da CPI dos Correios, Comissão em que fui Sub-Relator de Normas de Combate à Corrupção, que ajudaram a atualizar a Lei de Lavagem de dinheiro, que ajudaram a construir a criminalização da lavagem de dinheiro, que hoje tem pena de 2 a 10 anos. Na época da CPI dos Correios, esse era um crime secundário; precisava haver um crime primário antes. Hoje é crime primário a lavagem de dinheiro.

Eu queria, agora, dizer publicamente o que disse reservadamente ao Deputado Júlio Delgado: eu estou à disposição e sou solidário a ele neste momento e, em qualquer foro, eu quero me colocar à sua disposição para atestar a correção de seus procedimentos, a forma correta como faz política e a escolha que fez de fazer política com decência. E é muito importante isso, num Parlamento que muitas vezes é visto aí fora de maneira completamente distorcida.

E eu quero dizer publicamente o que disse a V.Exa. reservadamente: estou à disposição, em qualquer foro, para dar o meu testemunho de 12 anos — não é de 1 dia nem de 12 dias — sobre uma pessoa que eu sempre reconheci e conheci aqui agindo com absoluta transparência, absoluta correção e absoluta coerência. Há pouco V.Exa. falou e demonstrou essas três condicionantes que eu acho que são fundamentais para a existência na vida pública de um Parlamentar e de um político que tem compromisso com a sociedade.

Então, eu queria só dizer isso e também dizer que as delações premiadas, ou as delações, desde que relativizadas e comprovadas documentalmente, são



instrumentos muito importantes para desmontar os esquemas criminosos. Isso começou lá na Itália, com a Mãos Limpas, passou por vários países e chegou ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Agora, o importante é que nós saibamos separar o joio do trigo. E aqui nesta cadeira, nesta mesa, está o trigo; não está o joio, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu também gostaria de me manifestar com relação ao nosso colega Júlio Delgado.

Eu tive o privilégio de trabalhar com ele no Conselho de Ética na Legislatura passada e sei do seu comportamento e das suas atitudes. Eu disse ontem, inclusive, no discurso, que chegou o momento em que a CPI e a Justiça, o Ministério Público, realmente estão trazendo resultados. E é normal. Esse esquema não foi montado amadoristicamente. Esse esquema, que vem lá do mensalão, é um esquema profissional, e uma das estratégias do esquema é envolver pessoas de bem, para jogar todo mundo na vala comum.

Eu quero lembrar que a Presidenta Dilma sancionou essa lei em agosto de 2012, e essa lei que trata da colaboração premiada é uma iniciativa de uma Senadora do PT, Senadora Serys, cujo Relator depois foi o Senador Aloizio Mercadante. Então, o processo que deu origem a essa legislação foi muito bem discutido aqui. Graças a isso, nós chegamos ao que chegamos.

Agora, da mesma forma que aconteceu com o Deputado Júlio Delgado, fizeram com o Senador Anastasia, fizeram agora com o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Para quê? Para desviar o foco. O que não se admitem são as broncas que estão sendo dadas publicamente: o Ministro da Justiça recebe bronca porque não segurou a Lava-Jato; a bancada do PT foi repreendida porque não conseguiu segurar aqui a votação do requerimento relacionado ao Paulo Okamoto.

A Justiça, o Ministério Público e também a CPI avançaram bem. Como chegaram agora ao rei e à rainha, querem tumultuar o processo e jogar todo mundo na vala comum. Essa é a realidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla. Em seguida, falará o Deputado Augusto Coutinho, e estará encerrada a discussão depois de S.Exa., para que nós possamos seguir com os depoimentos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Primeiro, eu queria comunicar a esta CPI que mais uma vez reapresentei os requerimentos de convocação do Sr. Pietro Bianchi, que V.Exa., por mais de uma ocasião, considerou prejudicados.

E, como a fonte de informação neste País, pelo visto, são os órgãos de comunicação, pois são eles que recebem a informação em primeira mão... Porque o Ministro da Justiça não recebe a delação premiada; os Parlamentares da CPI não a recebem; quem a recebe são os jornais, são os veículos de comunicação. Eu queria mostrar mais um veículo de comunicação que inclusive diz qual é o laudo pericial em que consta a participação do Sr. Pietro Bianchi, da Camargo Corrêa. Trata-se do Laudo Pericial nº 10.047, de 2015, da Lava-Jato.

Ou seja, o argumento que V.Exa. utilizou para prejudicar a convocação do Pedro Bianchi e para prejudicar a abertura das planilhas das 208 obras que possibilitam a comprovação da corrupção da Camargo Corrêa com vários governos, inclusive com todos os governos tucanos, em Prefeituras e Governos Estaduais, caiu por terra, Sr. Presidente, por que o Laudo Pericial nº 10.047 não é da Castelo de Areia; é da Lava-Jato. E estão apresentados...

Da mesma forma, eu reitero a indignação dos colegas Parlamentares em relação à seletividade dos vazamentos. Eu acho que é um absurdo. Inclusive, eu não consigo entender como algo que é protegido pelo sigilo da Justiça, até que a Justiça libere — porque é assim que deveria ser —, é publicamente apresentado em *sites* e em revistas, e esses veículos de comunicação não recebem nenhuma penalidade.

Eu já vi inclusive, e comuniquei aqui, em reunião anterior, e mostrei o *site* de um jornal que tinha documentos. Ele começava apresentando documento com carimbo de “proibida a divulgação”, ou “sigiloso”. Não é possível que não haja uma penalidade para um veículo de comunicação que publica um documento cuja divulgação está proibida.



A proibição e a penalidade deveriam ser, no meu entendimento, não só para o servidor público que vazou o documento — esse é o principal culpado por esse crime —, como também para o veículo de comunicação que fez a publicação, porque sabe que está cometendo crime.

Além disso, Presidente, a seletividade dos vazamentos não deve ser argumento para a seletividade de investigação.

Então, eu apresentei um requerimento, solicitando que o tesoureiro do Instituto Fernando Henrique Cardoso, aquele Instituto que recebeu mais recursos do que o Instituto Lula, através da Camargo Corrêa, seja chamado aqui para ser ouvido. Não é possível que o dinheiro que vai da Camargo Corrêa para o Instituto Lula seja alvo de investigação e o dinheiro que a mesma Camargo Corrêa, Afonso, manda para o Instituto Fernando Henrique Cardoso não seja alvo de investigação. Não é possível que o ex-Presidente tenha a cara de pau de ir à imprensa dizer que ele recebe pagamento de palestras que ele faz, tentando insinuar que outras pessoas recebem pagamentos de palestras e não o fazem!

Não é possível que esta CPI não se paute pela regra básica da Justiça, que é investigar todas as denúncias, que é apurar todos os indícios, que é fazer com que todos aqueles que estejam envolvidos em algum caso de corrupção sejam penalizados. Temos que acabar com a seletividade da apuração desta CPI. Temos que acabar, da mesma forma, com a seletividade de qualquer processo de fiscalização que ocorra neste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Solla, conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Nesse sentido, eu queria, Presidente, reiterar a nossa solicitação para que, o mais breve possível, V.Exa. paute o requerimento — não precisa nem ser uma votação como a feita da outra vez, de 140 requerimentos aprovados em 13 minutos; pode ser uma reunião normal da CPI, com tempo para ler o requerimento, para que seja analisado, para que seja votado pelos Parlamentares da CPI cômicos do conteúdo dos documentos; que não seja como foram os 140 requerimentos aprovados em 13 minutos —, mas que dessa vez V.Exa. não prejudique, por favor, os nossos requerimentos.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Solla, eu fico triste quando V.Exa. faz essas ilações de que nós estamos fazendo investigação seletiva. Não posso admitir, enquanto Presidente, que V.Exa. venha aqui agredir todos os Parlamentares, inclusive este Presidente. Eu quero deixar aqui o meu repúdio e afirmar que não concordo com as colocações de V.Exa. V.Exa. tem o direito de colocar e eu tenho o direito de discordar. Então, eu estou aqui discordando publicamente, porque a nossa investigação é transparente, e o Brasil tem avaliado e tem visto quem realmente quer investigar e quem não quer.

Com a palavra o Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Presidente, me permita: a melhor forma de V.Exa. comprovar isso é aprovar o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Iremos avaliar na próxima reunião deliberativa se iremos pautar o requerimento de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Presidente, eu queria ressaltar, primeiro, a postura ética do Deputado Júlio Delgado. Eu acho que se colocou aqui muito bem, diante do que sempre disse nesta CPI, e se coloca agora: na medida em que o seu nome foi citado na CPI, ele, de forma muito coerente e muito transparente, vem a esta Casa, a todos nós, e inclusive se coloca à disposição. Eu tenho convicção, pelo que conheço do Deputado Júlio Delgado, da sua seriedade, da sua integridade. Tenho certeza disso, Deputado Júlio.

Mas é importante também, Presidente, dizer que nós não podemos — e alguns companheiros, em algumas situações, quiseram fazer isso — desqualificar a delação premiada.

A delação premiada é um mecanismo legal. Ela é real! Mas a própria Presidente da República vai para a televisão e quer desqualificar a delação premiada. É preciso entender e pensar também que, quando o delator faz a delação, ele tem a obrigação de provar o que diz; senão, ela não será agregada à sua defesa.

Eu queria pontuar isso, porque também não se pode, naturalmente, ignorar que nem tudo o que é dito é verdadeiro, mas eu tenho convicção de que muita coisa que é dita é verdadeira sim, e por isso esta CPI tem que ir a fundo na delação premiada.



Era só essa a nossa colocação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Dando seguimento aos trabalhos, temos mais um requerimento no expediente.

Diante do fato de que o Juiz Sérgio Moro impossibilitou o calendário que havíamos feito, diante de audiências já marcadas com as pessoas que viriam para as acareações hoje, no dia 30, no dia 7, no dia 14, como previamente havíamos anunciado, nós temos um novo calendário. A primeira acareação será no dia 8 de julho, próxima quarta-feira, entre o Sr. Pedro Barusco e o Sr. Renato Duque; a seguinte, no dia 9 de julho, entre o Sr. Pedro Barusco e o Sr. João Vaccari; e a outra, no dia 6 de agosto, entre o Sr. Alberto Youssef e o Sr. Paulo Roberto Costa.

Tendo em vista que as novas datas indicadas para as três acareações são compatíveis com as audiências designadas naquele juízo, o Juiz Sérgio Moro autorizou a condução dos acusados presos nas respectivas datas até o Congresso Nacional. A condução ficará a cargo da Polícia Federal, a qual estabelecerá os procedimentos de segurança e logística necessários.

Esta Presidência informa que desde o início dos trabalhos da Comissão designou o servidor Alber Vale de Paula, com formação jurídica e especialista em direito penal, processual penal, contratos e responsabilidade civil para, no âmbito de sua formação profissional, desempenhar as funções de assessoramento técnico para a Secretaria da Comissão, incumbindo-lhe as tarefas pertinentes às atividades realizadas. Essa atuação não se confunde com e nem afasta as atribuições conferidas à Consultoria Legislativa designada para o apoio técnico da Comissão, que terá atuação complementar para atendimento das demandas regimentais oriundas dos órgãos e Deputados-membros.

Vamos à Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se a audiência pública com a presença dos Srs. Pedro Aramis de Lima Arruda, ex-Gerente de Segurança Empresarial da PETROBRAS, atendendo a requerimento do Deputado Luiz Sérgio; do Sr. Fernando Leite Siqueira, Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS, atendendo a requerimento do Deputado Celso Pansera; e do Sr. Paulo Teixeira Brandão, Presidente da Federação Nacional das Associações de Aposentados,



Pensionistas e Anistiados do Sistema PETROBRAS, também atendendo a requerimento do Deputado Celso Pansera.

Após examinar os requerimentos aprovados, esta Presidência informa que os depoentes serão ouvidos na qualidade de testemunhas, prestando compromisso de dizer a verdade sobre o que souberem e lhes for perguntado, sob as penas da lei.

Convido o Sr. Pedro Aramis de Lima Arruda para tomar assento à mesa.

(Pausa prolongada.)

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Eu queria só informar a V.Exa. que nós fizemos o Requerimento nº 742, de 2015, no qual constam algumas convocações, entre elas a do Sr. Ricardo Pessoa, mas não consta na relação apresentada pela CPI o nosso nome como autora do requerimento. Eu solicito a V.Exa. que determine à assessoria que tome providências nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será atendida, nos termos regimentais.

Sr. Pedro, registro que V.Sa. prestará o seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, como recai sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal.

Advirto-o, ainda, de que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. tem o tempo de até 20 minutos para fazer a sua apresentação inicial. Em seguida, daremos seguimento aos questionamentos.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Ilustres Srs. Parlamentares membros da Mesa; Exmos. Srs. Deputados; senhoras e senhores, gostaria de começar me apresentando. Eu sou Pedro Aramis de Lima Arruda, Coronel da



Reserva do Exército. Formei-me pela Academia Militar das Agulhas Negras em 1972 e cumpri uma carreira normal de oficial da Arma de Infantaria, com destaque para duas passagens como instrutor pela Academia Militar. Já depois do Curso de Estado-Maior, tive oportunidade de trabalhar aqui no Estado-Maior do Exército, numa área em que havia um intercâmbio muito grande com outros órgãos de governo, inclusive aqui no Congresso, onde estive várias vezes participando de audiências públicas e outros eventos. Tive também a oportunidade de frequentar a Escola de Guerra dos Estados Unidos da América, que é basicamente um curso de estratégia e de relações internacionais. Depois disso, comandeiquei aqui o Quartel do 43º Batalhão de Infantaria Motorizada, em Cristalina. Posteriormente, fui Adido de Defesa do Brasil em Luanda, Angola. Isso, aliás, foi uma oportunidade bastante interessante, porque, se do lado pessoal foi bastante sacrificado, por estar em país em guerra, essa circunstância enriqueceu muito pelo lado profissional. Então, foi uma vida militar tratando de riscos, encontrando soluções para mitigar esses riscos. Passei para a reserva em outubro de 2001 e, alguns meses depois, fui procurado pelo Gabinete de Segurança Institucional, informando que o Presidente da PETROBRAS — à época, o Dr. Francisco Gros — havia solicitado que o Gabinete indicasse um militar para assumir a função de Gerente de Segurança Empresarial da PETROBRAS. Então, eu fui indicado. Assumi em 1º de abril de 2002 e lá estive até fins de março deste ano de 2015. Eu tinha um projeto de vida de me aposentar ao completar 65 anos. Também, a saúde começou a apresentar alguns problemas, e isso, então, me levou a pedir o afastamento, no dia 12 de janeiro, ainda na gestão da Presidente Graça. Logo em seguida, houve a transição na Presidência da companhia, foi-me solicitado permanecer por um prazo um pouco maior, até que fosse feita a preparação para o meu substituto, e, assim, eu concordei. Então, esse é o meu histórico, e eu estou aqui pronto a responder, dentro daquilo que eu souber, para contribuir com os trabalhos da presente Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Aramis, quais eram as suas atribuições como Gerente de Segurança Empresarial da PETROBRAS?



O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Como Gerente de Segurança Empresarial da PETROBRAS, eu tinha uma ampla gama de atribuições — proteção, genericamente, podendo resumir — na proteção de instalações, pessoas e informações, não apenas da Petróleo Brasileiro S.A. *holding*, mas também de todas as subsidiárias, contando, para isso, com uma equipe que exercia o seu trabalho de uma maneira bastante eficiente. O trabalho envolvia um forte esforço de treinamento e de conscientização, um trabalho de educação em segurança. Tínhamos também um trabalho bastante intenso na proteção de instalações físicas, planejamento de sistemas de segurança, orientação aos procedimentos de segurança das instalações, muito treinamento e conscientização das pessoas, como eu comentei anteriormente, uma avaliação também da aderência ao que foi implementado em termos de projetos de segurança e também ao que foi implementado em termos de padrões de segurança. Durante a nossa permanência na PETROBRAS, houve a oportunidade de robustecer muito o sistema normativo de segurança da companhia. Então, era uma gama bem diversificada de atribuições. Eu me lembrei agora aqui também da questão referente à segurança das instalações, durante manifestações de movimentos sociais. Algumas vezes esses movimentos assumiam posturas mais violentas. Então, era um esforço grande; primeiro, para evitar que essas posturas violentas aflorassem, e, uma vez afloradas, para controlá-las da maneira mais simples, sem gerar perdas patrimoniais, sem gerar danos físicos às pessoas envolvidas nas manifestações. Então, com isso, senhor, eu espero ter respondido a pergunta de V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quais os mecanismos, quais os instrumentos de trabalho de que dispõe a Gerência de Segurança Empresarial da PETROBRAS?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Nós temos uma gama de instrumentos para poder propiciar a segurança. Então, temos equipes que trabalham com sistemas eletrônicos de vigilância, monitoramento e alarmes de segurança, na instalação física. Trabalhamos estreitamente com a área de tecnologia da informação, na proteção lógica dos sistemas. Enfim, temos um instrumental razoável para prover a segurança dentro do que a lei permite que se trabalhe, na observância estrita dos dispositivos legais.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O que nós temos conhecimento — isso foi dito, inclusive, numa CPI da espionagem, do Senado, em 2013 — é que a PETROBRAS tinha feito investimentos na área de segurança da informação relevantes, 3,9 bilhões de reais, e que esses recursos chegariam a 21 bilhões até 2017.

V.Sa. disse aqui que está muito focado na área da segurança das instalações, o que é legítimo, mas disse que tinha uma gama de atribuições e que havia também mecanismos eletrônicos, e a PETROBRAS foi sacudida por esse escândalo.

Aqui esteve um ex-gerente, não era nem diretor — o Pedro Barusco —, que disse que havia uma corrupção generalizada na empresa. Quer dizer, essa área de segurança, que trabalhava com pessoas, com inteligência, com informação, nunca ouviu nada? Essa segurança industrial, no que se referia à corrupção, era surda, muda e não ouvia nada, com investimentos da ordem de 4 bilhões de reais? Como nos convencer disso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O nosso trabalho era um trabalho de natureza técnica. E, no que tange a aspectos de corrupção e outros do gênero, nós trabalhávamos muito sob demanda, porque a companhia dispunha de uma série de órgãos, como auditoria, ouvidoria, controles internos, e, além disso, dispunha também da área da auditoria externa e dos próprios órgãos de controle. Então, todo esse aparato era complementado por eventuais ações da segurança empresarial, mas o dia a dia do controle dos processos para verificar a ocorrência de desvios não era feito pela segurança empresarial.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas a segurança empresarial, o argumento para esse aumento de investimento de 4 bilhões, que chegaria a 21 bilhões até 2017, se deu, em grande parte, pelo aumento dos contratos e dos empreendimentos que a PETROBRAS realizaria — refinarias, pré-sal. E V.Exa., na área da segurança industrial, tinha as informações. Quer dizer, não é só... O movimento social ameaça que vai ocupar uma refinaria. Então, tem que ter um aparato. Isso a segurança industrial ouve. Aí os documentos secretos da PETROBRAS aparecem na empresa SBM, lá na Holanda, e não há essa preocupação? Como? Não pode ser uma lógica apenas de que é preciso conter o



movimento social para não ocupar... Isso a segurança pública já faz. Então, seriam muitos recursos para pouco resultado, na minha concepção. Como explicar isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O caso específico que V.Exa. mencionou refere-se a alguns documentos da PETROBRAS que foram identificados durante o funcionamento de uma Comissão Interna de Apuração e durante uma visita à Holanda. Então, lá, na oportunidade, nós identificamos dois documentos que eram de caráter sigiloso e que não deveriam, por consequência, estar de posse dessa empresa. E nós procuramos, então, levantar elementos que nos permitissem identificar os responsáveis, ou o responsável, por esse vazamento. Num primeiro momento, os dados que nós levantamos não foram suficientes para identificar o responsável. Porém, num segundo momento, trabalhando com o nosso escritório lá na Holanda, nós conseguimos proceder a uma forense digital simples, que permitiu identificar, então, a autoria dos arquivos que lá se encontravam. Nós não conseguimos, apesar de vários esforços, identificar o caminho percorrido pela mensagem ao sair da PETROBRAS até chegar à empresa holandesa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Isso significa que, mesmo com esses vultosos investimentos, o sistema de segurança industrial da PETROBRAS é falho, porque permite que um documento secreto saia da PETROBRAS e chegue ao escritório da SBM, na Holanda. É um documento sigiloso, uma informação sigilosa, e, com todos esses investimentos, a PETROBRAS não consegue checar de onde ele saiu para chegar até a Holanda. É isso? Então, ficou comprovada uma falha no sistema de segurança de informação da PETROBRAS? É isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - A situação é um pouco mais complexa do que uma resposta “sim” ou “não”, porque a PETROBRAS permite que as pessoas tenham acesso aos sistemas e gerem cópias dos documentos, dentro da sua necessidade de trabalho. Se um empregado, usando os mecanismos formais da empresa, gera a cópia de um documento, seja eletrônica, seja física, em papel, e dá a essa cópia um destino indevido, fica muito difícil de a gente controlar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas V.Sa. presidiu a Comissão Interna relativa ao suposto pagamento de propina da SBM para funcionários da PETROBRAS, correto?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Perfeito.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E qual foi o resultado dessa Comissão Interna de Apuração?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Lamentavelmente, a comissão identificou cinco indícios ou, como dizem os auditores, cinco *red flags*, que apontavam para uma probabilidade relativamente alta de que alguma coisa errada houvesse ocorrido. O primeiro foi o valor pago em comissões, gerando em torno de 130 milhões de dólares para uma mesma empresa. Segundo, que a formalização desses pagamentos estava distribuída em mais de uma empresa. Terceiro, que algumas dessas empresas estavam no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas. Quarto, que houve uma denúncia de um cidadão — se não me falha a memória, Ranita Gear — de que haveria corrupção do representante da SBM aqui no Brasil. E quinto, os documentos que foram encontrados lá não chegariam lá se não houvesse alguma facilitação feita por alguém. Então, havia um robusto conjunto de indícios de alguma coisa irregular, mas, infelizmente, dentro do que, utilizando os instrumentos legais, nós dispúnhamos, nós não conseguimos ir além disso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, o pagamento da SBM e a propina para funcionários da PETROBRAS são algo antigo, não é? O próprio Pedro Barusco disse que começou a receber em 1997, 1998, algo assim. Por sinal, grande parte desses 90 milhões veio do período de antes do PT, em que a corrupção é antiga. O problema é que ele dizia que roubava sozinho para ele, mesmo num posto intermediário.

V.Sa., que presidiu a gerência de segurança empresarial da companhia, acha que é possível uma pessoa que está num cargo intermediário roubar sozinha essa quantidade, por um longo período? Quer dizer, havia certa atração fatal do cara da SBM por ele, que ganhava tanto dinheiro e resolvia distribuir para ele? Porque ele não era diretor, não era nem o executivo; apenas ocupava um cargo intermediário. Como V.Sa., que durante tantos anos gerenciou a segurança institucional da PETROBRAS, pode descrever esse caso? E presidiu a comissão que foi apurar exatamente esse episódio. O que pode trazer de contribuição a esta CPI? O que o Barusco esconde? Quem é que ele protege, em matar no peito e assumir sozinho que tudo era dele e que ele roubava sozinho, durante esse longo período?



O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O que eu posso lhe dizer, Excelência, é que, num processo licitatório ou de contratação direta, as oportunidades para desvio residem ou na especificação técnica ou na manipulação do processo licitatório em si. Então, no caso, o Sr. Barusco exercia alguma influência na parte técnica. Ele era engenheiro naval. Então, é tudo o que eu posso dizer. O senhor me perdoe, mas eu não teria mais nada a acrescentar sobre isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas o Pedro Barusco afirmou aqui que recebia desde 1997 ou 1998 — ele não afirma categoricamente — e que começou a receber da SBM. V.Sa. foi gerente de segurança industrial, empresarial da PETROBRAS e coordenou uma Comissão Interna de Apuração desta questão: se tinha ou não tinha pagamento da SBM. O inquérito concluiu, apenas por indícios, algo que depois se mostrou volumoso. Ele, aqui, disse que era uma corrupção institucionalizada, mas nesse período era ele sozinho. E a Comissão Interna de Apuração apenas ficou nos indícios. Quer dizer, não há nada palpável, concreto em relação ao discurso dele de que era institucionalizado. A Segurança Empresarial da companhia não tem nada a falar? Quer dizer, cala-se diante de uma afirmação tão grave como essa?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O que nós fizemos, tentando esclarecer melhor esse fato lá da SBM, foi comparecer à Holanda, onde nós tivemos entrevistas com pessoas da SBM, pessoas do escritório de advogado De Brauw Blackstone. Tivemos entrevistas com pessoas de um escritório americano, Paul Hastings, e não conseguimos entrevistas com o Openbaar Ministerie, que é o Ministério Público da Holanda. Na ocasião, também, nós tentamos contato com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Esse contato, num primeiro momento, resultou ineficaz. No entanto, alguns meses depois, o Departamento de Justiça demonstrou interesse em conversar conosco. E nós tivemos oportunidade de ir até a Divisão Criminal do Departamento de Justiça e apresentar os nossos achados. Infelizmente, eu repito aqui, nós não conseguimos identificar nomes. E, também, essas autoridades não nos facultaram nomes. O que eu poderia ainda acrescentar é que nós temos trabalhado junto ao Ministério Público, CGU, TCU, procurando apoiá-los naquilo que esteja dentro do nosso alcance.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu confesso que tenho enorme dificuldade de conseguir compreender que, diante de uma situação que, se fosse uma atuação pontual, mas não é pontual... É algo que se inicia em 1997, vai até 2010 ou 2012, quer dizer, durante um longo período, com pagamentos de propina, com réu confesso, como o Barusco. Então, a Segurança Empresarial, com 4 bilhões de investimento em tecnologia, computadores, não pega nada. É feita uma comissão interna de investigação, ela vai à Holanda e também não pega nada, apenas indícios. Isso é uma humilhação para os órgãos de segurança da PETROBRAS ou não? Porque é algo difícil de entender. O corrupto vem aqui e diz: *“Não, era institucionalizada”*. Ao colocar aqui que a corrupção era institucionalizada, ele coloca todos sob suspeita, inclusive a Segurança Empresarial da PETROBRAS. V.Sa. não se sentiu ofendido por essa declaração de um corrupto, aqui?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas é só o “sim”? E quais as providências, exatamente, a partir desse escândalo, que é evidenciado? Antes de deixar a área de Segurança Empresarial da PETROBRAS... A partir desse fato, que lição ficou para a PETROBRAS e o que V.Sa. deixou de novas normas, novos procedimentos, novos mecanismos de controle?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Eu acredito que tenha sido a questão da criação de uma Diretoria de Governança e Conformidade, para fazer mais um crivo de análise antes de os processos serem consolidados financeiramente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mudando um pouquinho aqui. Em março de 2014, a PETROBRAS lançou o edital de concorrência para afretamento do primeiro FPSO de Libra e de um FPSO para o projeto Tartaruga Verde e Tartaruga Mestiça. A SBM teria sido excluída da concorrência até que as investigações sobre as denúncias contra a empresa fossem concluídas. V.Sa. confirma a decisão interna da PETROBRAS de firmar novos contratos com essa empresa?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Perdão. Eu não sei se eu entendi bem. A PETROBRAS suspendeu a participação da SBM nas licitações em curso até que houvesse um pleno esclarecimento de todas as circunstâncias que envolviam as denúncias de corrupção.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Com a comissão de sindicância interna, que ficou só na evidência, aquilo serviu para, inclusive, liberar a SBM para que pudesse participar novamente e normalmente de novos contratos com a PETROBRAS?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Não. O que aconteceu foi que a SBM teve... O C.O. da SBM procurou a Presidenta da PETROBRAS, quando já concluída a comissão. A comissão terminou em abril, salvo engano, e, em maio, já em meados de maio, o Sr. Bruno Chabas, que era o C.O da SBM, telefonou para a PETROBRAS e informou à Presidente Graça que ele tinha tomado conhecimento de que houvera pagamento de propina a um empregado da PETROBRAS. Então, na ocasião — e aí foi uma decisão do negócio —, a SBM ficou excluída dos certames licitatórios para Tartaruga Mestiça e também para Libra, salvo engano.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Quando foi isso, Sr. Pedro?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Perdão.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Quando aconteceu isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Isso foi em maio. Nós terminamos a nossa...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - De 2014?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Maio de 2014.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, depois da conclusão dessa comissão de inquérito, a SBM ficou livre novamente para fazer contratos com a PETROBRAS? É isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Eu não posso lhe precisar se, entre o término dos trabalhos da comissão e essa licitação para Tartaruga Mestiça e Libra, houve algum outro contrato. O que eu entendo, e aí não é uma decisão da segurança, mas uma decisão das áreas pertinentes da companhia, é que não foi identificada uma razão concreta, que tivesse sustentação jurídica, legal, para excluir a SBM dos certames.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas o C.O. da SBM procura a PETROBRAS e reconhece que a empresa pagou para um funcionário. Aí, houve um outro funcionário, o Sr. Jonathan Taylor, que disse que a SBM pagava 2% do valor



ao Sr. Julio Faerman, que fazia uma destinação a empregados da PETROBRAS. O que V.Sa. tem a dizer sobre essa acusação?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O que nós pudemos comprovar foi que a SBM pagava para as empresas do Sr. Julio Faerman percentagens pelos contratos variáveis, de 1% a 5%. Em geral, de cada um desses contratos, 1% era depositado ou para a FAERCOM ou para a Oildrive, que são empresas brasileiras. O restante era depositado em nome de quatro empresas... em uma das quatro empresas que o Sr. Faerman mantinha nas Ilhas Virgens Britânicas. Isso foi tudo o que nós conseguimos identificar. E foi informado ao Ministério Público, com toda a riqueza de detalhes que nós obtivemos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O que fica evidente é que a SBM, como V.Sa. pôde presenciar na Comissão de Apuração, tinha informações privilegiadas — as informações saíam da PETROBRAS — e não consegue identificar como é que se dava todo esse processo. Então, reconhecer única e exclusivamente, apenas com um “sim”, que a segurança empresarial da PETROBRAS é muito falha, a meu ver, é muito pouco. Ela é falha por quê? Porque não foi falta de investimento. O debate que a gente sempre pega é o seguinte: *“Ah, tem questão de violência, porque não tem investimento; tem questão de não sei o quê, porque não se investiu”*. Mas, nesse caso, a PETROBRAS não poupou investimento na área de segurança industrial. Foram 3,9 bilhões. O planejamento era de 21 bilhões até 2017. Como nós estamos em 2015, eu não sei quanto, desses 21 bilhões, foi investido. Quer dizer, eu não quero crer que isso tenha sido dinheiro jogado fora; e algo significativo, relevante.

Quer dizer, é aberta uma comissão de investigação, as pessoas da PETROBRAS vão à Holanda, olham, têm contato, mas também não se apura nada. Então, fica difícil acreditar nisso. Isso nos leva também a ser audaciosos e dizer: *“A Comissão de Sindicância protegeu alguém, ou achou que era melhor botar panos quentes em cima dos fatos ali investigados?”*

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARARUDA - Primeiro, eu gostaria de fazer uma observação. Talvez, eu tenha dado margem a um equívoco de entendimento. Quando eu me manifestei com um “sim”, foi em relação à indignação ao saber que tudo isso de errado tinha acontecido. Não houve um “sim” referente a falhas na



segurança da PETROBRAS. Quem trabalha na área de segurança sabe que não existe segurança 100% eficaz. Por mais que se invista em segurança, por mais que se trabalhe em segurança, sempre haverá a possibilidade de algum evento. O senhor tem insistido na questão do volume de investimentos. Grande parte desse volume de investimentos foi de competência da área de tecnologia da informação, que os aplicou em programas, em antivírus, em sistemas de segurança de proteção das redes da PETROBRAS, sistemas para identificar eventuais tentativas de intrusão. Eu posso citar um exemplo aqui que não é do meu dia a dia, porque eu não sou da área de TIC, mas conheço o exemplo. A PETROBRAS, diariamente, se não estou enganado, barra 8 milhões de SPAMs. Então, são 8 milhões de correspondências, se eu não estou enganado, que são dirigidas à companhia e que são bloqueadas por esse sistema de segurança. Então, eu entendo, ainda que não seja um especialista em TI, eu entendo que tenham sido investimentos eficazes e que se justificam. Não sei lhe dizer, por não ser da minha área, quanto foi investido até hoje e quanto ainda se vai investir.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas os documentos confidenciais da PETROBRAS que teriam sido encontrados em poder da SBM teriam sido acessados como? São documentos que foram acessados eletronicamente? Toda essa tecnologia não conseguiu identificar de onde ele foi acessado, como é que essa informação saiu da PETROBRAS e chegou à SBM, na Holanda? Nesse aspecto, a comissão concluiu que não conseguiu explicar esse fato gravíssimo que aconteceu?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARARUDA - O que nós conseguimos identificar, senhor, foi a pessoa que gerou a informação. Qualquer empregado da PETROBRAS adequadamente credenciado tem acesso aos documentos necessários ao desempenho das suas funções. Então, se uma pessoa que tem acesso a um determinado documento para fazer o seu trabalho, no dia a dia, pratica um ato irregular, fora do sistema, não há como termos uma identificação imediata. O que nós concluímos, em relação aos documentos que estavam na Holanda, é que possivelmente eles foram salvos. Eram arquivos PDF. Esses arquivos foram salvos num *pen drive* ou coisa semelhante, algum dispositivo móvel semelhante. E aí duas hipóteses: ou isso foi enviado eletronicamente por meio de um *e-mail* particular, que também nós não temos condição de acesso, ou de monitoramento, ou de



fiscalização de qualquer ordem; e a outra hipótese é a de impressão do documento e entrega de um documento impresso. Mas, se a pessoa precisa ter acesso aos sistemas para obter aquela informação, ela vai ter acesso ao sistema. Agora, o uso que ela vai fazer fica fora do controle da segurança.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mais uma pergunta bem objetiva: em relação aos pagamentos de propina por parte da SBM para empregados da PETROBRAS, a Comissão Interna de Apuração encontrou apenas evidências ou, no final do trabalho, pode-se concluir que ela evidenciou que houve esse pagamento? Ou não deu para fazer essa afirmação?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Não foi possível fazer essa afirmação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não foi possível.

V.Sa. também trabalhou em uma outra Comissão Interna de Apuração, que foi a Comissão Interna de Apuração em relação ao empreendimento do COMPERJ, no Rio de Janeiro. Foi isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E o que foi apurado nessa Comissão Interna de Apuração em relação ao COMPERJ?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O que foi possível apurar nessa Comissão foi que ocorreram falhas tanto de gestão quanto de conformidade dos processos. E essas falhas foram, todas elas, apontadas no relatório que, certamente, os senhores já dispõem.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Voltando aqui à SBM, na visita à Holanda, ficou evidente que a SBM tinha em seu poder documentos que eram confidenciais da PETROBRAS e que não poderiam estar lá. Essa Comissão de Investigação não poderia, pelo menos na sua conclusão dos trabalhos, concluir que a SBM acabou sendo favorecida por um processo ilegal de informações privilegiadas por parte da PETROBRAS? Mesmo que não se chegasse a como o documento saiu, mas vocês tinham uma prova de que a SBM estava sendo privilegiada por informações obtidas de maneira ilegal. Nem isso a Comissão processante descreveu no seu trabalho final?



O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Não nos foi possível caracterizar com clareza uma relação de causa e efeito. Eu citaria um dos documentos que se referiria a um navio lançador de linhas, que é um tipo de embarcação que a SBM, até aquele momento, não produzia. Então, o que a Comissão caracterizou foi que aqueles documentos não estariam lá, que eles foram lá de maneira irregular, foram encaminhados para a companhia de maneira irregular, e a Comissão... Não competia à Comissão sugerir providência em relação a isso, no meu entendimento e dentro do que eu me recordo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu tenho uma divergência em relação a esse fato. Se um documento sigiloso da PETROBRAS é encontrado em uma outra empresa fora do País, que não era para estar lá, independente da causa e efeito, fica evidenciado que ela tinha um sistema de obter dados da PETROBRAS de maneira ilegal. A meu ver, a Comissão passou um pouquinho a mão na cabeça da SBM. Desculpe, mas não é causa e efeito. É um documento sigiloso que não poderia estar lá. Ele saiu da empresa e estava lá. E era uma informação. Podia não ser para esse caso específico, mas serviria para um outro, no futuro.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O que eu posso afiançar é que não houve nenhuma intenção de acobertamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas se conclui que a Comissão de Investigação achou que, como esse documento não tinha causa e efeito, então, também, não tinha problema nenhum.

O SR. PEDRO AMARIS DE LIMA ARRUDA - O senhor desculpe, não é essa a interpretação que nós tivemos na Comissão. A nossa Comissão entendeu que aqueles documentos estavam lá equivocadamente, não deveriam estar lá, foram fornecidos...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Desculpe, mas os documentos não estavam lá equivocadamente. Os documentos foram levados para lá por um processo de corrupção. Não foi um erro de correspondência.

O SR. PEDRO AMARIS DE LIMA ARRUDA - A minha palavra foi inadequada. Realmente isso foi para lá intencionalmente, e o que... Não há dúvida. E o que nós pudemos fazer, como eu já expressei aqui, foi identificar a pessoa que gerou esse documento. Então, nós fizemos pesquisa em uma forense e



identificamos quem gerou o documento. Agora, não conseguimos identificar como esse documento transitou entre a PETROBRAS e a SBM.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas o que eu quero saber é o seguinte: no final, a PETROBRAS comunicou ou puniu a SBM por ela ter um procedimento antiético nessa relação de conseguir documento de forma ilegal? Porque isso é uma relação antiética. Então, alguma coisa está meio esquisita nessa relação. E essa questão meio esquisita em relação à SBM nos leva a crer fielmente que o Sr. Pedro Barusco, que é o primeiro que passou a receber recursos, mente a esta CPI, quando ele afirma que roubou, durante uma década, sozinho, para ele mesmo.

Então, possivelmente, esses 90 milhões de dólares que ele devolveu, ele deveria gerenciar. Já que ele era o gerente, como diz, da propina, possivelmente ele também era o caixa de todos. Alguma coisa ele esconde, não diz a verdade aqui. E essa comissão de investigação em relação à SBM foi muito frouxa, porque chega ao escritório da empresa, a empresa tem documentos sigilosos que não eram para estar ali e estão ali, e acha que chegou ali de forma indevida. Não, chegou de forma transviada.

A PETROBRAS teria que ser dura com essa empresa, em relação a esse fato, porque poderia a PETROBRAS acusar a SBM de ter roubado informações da PETROBRAS, porque, se ela não teve oficialmente, ela teve de maneira que o roubo evidencia um dos fatos. E isso poderia estar diretamente relacionado ao pagamento de propina, porque, se alguém estava num cargo em que não tinha o poder de decisão de interferir, mas possivelmente teria o poder de passar informação... E nem isso a Comissão apurou, e também achou que essa relação com a SBM estava mais ou menos já assim mesmo. Então, eu acho que foi um processo — desculpe-me, mas é a palavra adequada — muito frouxo.

Dou como concluído aqui os meus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Luiz Sérgio.

O SR. IZALCI - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Faça a questão de ordem, Deputado Izalci.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, na ausência do Deputado Bruno Covas, ele me pediu que eu fosse Relator *ad hoc*, como em outros casos. Eu pediria a V.Exa. que na hora de passar a palavra aos Sub-Relatores eu possa falar em nome do Deputado Bruno Covas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Vamos iniciar com o Sub-Relator Deputado Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Pedro, quais as principais descobertas da comissão interna de apuração sobre o COMPERJ, que o senhor presidiu? Que evidências de favorecimento de contratações ou direcionamento de licitação praticou o cartel que o senhor averiguou? Quem foi favorecido? Quem foi apontado culpado por essas irregularidades, e quais foram as punições?

Posso fazer as perguntas primeiro, Sr. Presidente? Eu acho melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Se o senhor puder anotar, em relação à investigação interna da PETROBRAS relativa à refinaria de Pasadena, quais foram as principais irregularidades apontadas pela comissão que o senhor presidiu? E como ficaram as punições? O senhor afirmou, a frase é do senhor, abre aspas: *“Olhando o processo, vê-se nitidamente que aquelas mudanças de estimativas conduziram a um direcionamento”*. O senhor disse isso em relação ao COMPERJ. Como é que o senhor percebeu isso à época, e o que o senhor fez, a partir do momento em que observou isso? Onde o senhor registrou qualquer documento? Qual foi o procedimento do senhor para dizer que isso estava acontecendo e não se calar diante de tal fato? O senhor anotou, só para não se perder?

Em relação ao COMPERJ ainda, o senhor disse: *“Um projeto petroquímico bastante ambicioso”*. E disse: *“Ao longo desse processo, alguns equipamentos adquiridos perderam sua utilidade, porque, pela mudança e o abandono da atividade petroquímica, esses equipamentos ficaram inservíveis”*. O senhor poderia nos dizer qual o relatório em que o senhor especifica essa questão que o senhor encontrou, essa irregularidade dos equipamentos inservíveis? O senhor acredita que isso foi só falta de planejamento? (Pausa.)



Antes de o senhor responder, vou fazer mais uma. São muitas perguntas. Vou fazer mais uma pergunta, Sr. Presidente, mas antes eu queria fazer um comentário sobre essa área petroquímica. Lá em Itaboraí, Sr. Presidente, lá no COMPERJ — o senhor conhece bem o COMPERJ, não é? —, mais uma vez, ontem a gente viu aqui, no plano de negócio da PETROBRAS, o prejuízo que a população de Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro, vai ter, e eu estarei apresentando um requerimento para explicação. Poderia até ser um convite, eu acho.

Quer dizer, é uma convocação, mas eu acho que tem de ser o entendimento de todos que isso é bom para o Brasil, convocar o Sr. Presidente Bendine, da PETROBRAS, para vir aqui explicar o plano de negócios da empresa, porque a gente já não sabe em quem a gente acredita mais, porque a ex-Presidente Graça Foster declarou, no final do ano passado, que era prioridade para ela terminar a refinaria no COMPERJ e a RNEST, para que o Brasil fosse autossuficiente nos derivados de petróleo, não é? Fizesse o refino, e não precisasse importar. E ela é uma técnica de altíssima categoria, segundo os entendidos no mercado, com 35 anos de PETROBRAS. E agora vem a nova direção, a do Presidente Bendine, e vai no sentido contrário, tecnicamente. Se tecnicamente Graça Foster dizia que isso era importante, agora o plano de negócio mostra o inverso, um outro caminho.

Então, eu estou apresentando esse requerimento para que o Presidente Bendine venha aqui, a esta Comissão, explicar-se, porque se isso nos deixa muito inseguros em relação à atitude da PETROBRAS, imaginem o mercado! Como é que o mercado se comporta em relação a isso? Quer dizer, a ex-Presidente, que tecnicamente... que era colocada acima de qualquer suspeita, em relação à corrupção, vem aqui e fala, tecnicamente, de um caminho; vem o Presidente e fala de outro caminho; então, em quem a gente acredita? O povo de Itaboraí, no Rio de Janeiro, lá do Nordeste, onde está a RNEST, o investimento da PETROBRAS, ninguém sabe mais! Uma hora dizem uma coisa, outra hora dizem outra coisa.

Quer dizer, eu vou deixar que o Sr. Pedro Aramis dê essas respostas, mas eu não usei a palavra anteriormente, e queria dizer desse meu requerimento de convocação do Presidente da PETROBRAS, e mais, falando sobre petroquímica, em que foi grande o prejuízo também para a Braskem, não é? Quando o Sr. Marcelo Odebrecht foi preso, as ações da Braskem caíram, no mesmo dia, 10% ou 15%. E



foi a Braskem que ditou as regras lá em Itaboraí, dizendo que não ia ter mais petroquímica e tal, não é? Foi quem o senhor investigou lá, em todo aquele assunto do COMPERJ, não é?

Então eu... para a minha satisfação, o Presidente Hugo Motta cumpriu o compromisso de trazer aqui na próxima quinta-feira, já está marcado, o Sr. Auro Gorentzvaig, que vai começar aqui a trazer a parte de petroquímica, porque se houve corrupção em tudo, será que não houve na petroquímica, em todas essas ações que fizeram a Braskem ficar com o monopólio petroquímico do País, que envolvem o Grupo Suzano, o Grupo Feiffer, outros grupos? Então, Auro Gorentzvaig vai vir aqui também, é de uma petroquímica que se sente atingida por isso, e vai poder dar o início, nesse caminho petroquímico, do que nós temos a seguir.

E diga-se de passagem, Sr. Presidente, às vezes o Governo se defende, e tem que se defender, porque eu acho que existem muitas situações que eu considero que realmente aconteceram e outras podem ser injustiça, mas o senhor sabe quem é que estava lá na comitiva da Presidente Dilma ontem, em Nova Iorque, em Washington? O Grupo Suzano, da área petroquímica! Estava ao lado da Presidente Dilma! Será que ela tem conhecimento de que quando, por exemplo, você vai à Bolsa de Valores para comprar um produto, uma empresa, ou uma ação de uma empresa, e a ação custa R\$ 1,00, se você paga R\$ 3,00 você não está pagando o preço, está pagando um valor superfaturado?

Essa empresa é alvo de uma situação muito maior do que a de Pasadena. Muito maior do que a de Pasadena! E esta Comissão aqui... Eu não sei da Comissão passada, não quero falar sobre o passado lá, sobre o que aconteceu, não sei qual foi o caminho disso, mas esta Comissão aqui tem de meter o dedo na área petroquímica da PETROBRAS, senão nós estaremos deixando de investigar.

Então, Sr. Pedro, eu gostaria que o senhor respondesse a esses questionamentos que eu fiz ao senhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Perfeitamente. Primeiro, eu confirmo todos os elementos que constam do relatório da comissão interna de apuração referente ao COMPERJ. O que está lançado lá eu confirmo integralmente, inclusive a questão que o senhor colocou de direcionamento. O que foi que nós



identificamos que possa ter significado direcionamento? Foram sucessivas alterações nas estimativas apresentadas pela PETROBRAS. A PETROBRAS tem um procedimento para a execução de projetos, em que a empresa faz uma estimativa com um grupo seletivo, que trabalha isolado, protegido, para não ter qualquer tipo de contato com os potenciais fornecedores. Esse grupo levanta uma estimativa. Essa estimativa é encaminhada para a diretoria da área de forma lacrada, fica lá, e há então o funcionamento da comissão. Quando a comissão chega ao resultado, faz-se uma comparação entre o que foi estimado pela PETROBRAS e as propostas que foram apresentadas. Então, internacionalmente se admite uma diferença de menos 15% até mais 20% como alguma falha nessa estimativa. Agora, se extrapolar esses valores, então, normalmente, tem de haver reuniões para identificar ou se houve falha na estimativa da PETROBRAS, ou se as empresas não interpretaram adequadamente o produto que a PETROBRAS desejava. Então, o que foi que nós constatamos? Que houve uma... Depois de abertas as licitações, houve uma série de situações, se eu não me engano foram seis ou nove situações em que essas estimativas variaram, algumas vezes para mais, outras vezes para menos, e em um ou dois casos específicos elas aumentaram e diminuíram ao longo do processo licitatório, o que para nós era um indício forte de direcionamento. O senhor perguntou também quem é o favorecido. Foram as empresas que venceram as licitações, especialmente as que constam aí, no dia a dia, aí, das denúncias da Operação Lava Jato. Culpados? Nós temos dois culpados que estão sendo tratados pelo Ministério Público, dois ou mais, e temos também, pela Justiça, temos também a linha gerencial, que, segundo o entender da comissão, foi corresponsável por esses fatos, porque poderia em algum momento ter acusado alguma irregularidade, ou pelo menos ter interposto alguma ação para evitar algumas das falhas que nós constatamos, sejam de gestão, sejam de conformidade com os procedimentos da companhia. Em relação à Pasadena, eu não era o coordenador da comissão, mas eu fui membro da comissão. Então, realmente a comissão identificou algumas questões, eu tenho lembrança de alguma coisa, mas já se vai algum tempo aí. A Comissão percebeu uma chamada inversão na lógica do negócio. Então, quando a refinaria foi avaliada por uma empresa contratada para tal, a empresa Muse Stancil, essa empresa apresentou uma avaliação para a refinaria no Estado, uma outra



avaliação na refinaria com uma adaptação para trabalhar o petróleo de Marlim e uma terceira avaliação para uma ampliação para 165 mil barris, e o que ocorreu foi que o negócio foi tratado em valores não equivalentes ao estado em que a refinaria se encontrava, mas sim em relação ao potencial que ela poderia gerar. Então, isso a comissão identificou. Assim, vagamente, eu poderei, na medida em que o senhor tenha algum elemento, em que pergunte objetivamente, eu poderei... Isso poderá me ajudar a lembrar aqui.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não, eu gostaria que o senhor fosse assim, bem objetivo. O senhor é um homem experiente, não é? É coronel do Exército.

O SR. PEDRO AMARIS DE LIMA ARRUDA - Obrigado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não é? E tem larga experiência. O senhor, quando senta para olhar um processo como aquele que o Brasil já conhece aí, de um superfaturamento gigantesco, eu queira que o senhor fosse assim, objetivo ao dizer como é que o senhor viu aquilo ali e o que a comissão fez vendo um escândalo daquele, porque eu acho que eu não tenho nem... É tudo tão absurdo ali, porque não existe nenhum fato, assim, específico para eu apontar para o senhor. Eu gostaria que o senhor mostrasse, assim, a impressão do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Vamos concluir, Deputado.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O que a comissão faz nesses casos é encaminhar para a direção da empresa um conjunto de recomendações. Dentro do conjunto de recomendações do caso de Pasadena, se não me falha a memória, constava avaliar o encaminhamento disso para o Ministério Público, para que se pudesse fazer uma apuração mais detalhada com os recursos que a lei confere ao Ministério Público, ao TCU, à CGU, etc.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A direção da empresa de que o senhor fala é quem? Aqui, olhe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Tem a palavra...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Quando o senhor fala em direção da empresa, o senhor está falando de quem?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Waldir, vamos dar sequência aqui à...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - A direção da empresa vai depender do nível em que se estiver tratando daquele assunto. Poderá ser um gerente-executivo, um diretor, ou o próprio presidente da empresa, a depender do nível do problema que está sendo tratado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem, tem a palavra agora o Deputado Arnaldo Faria de Sá, Sub-Relator, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Pedro, quantos funcionários tinha sob o seu comando na segurança industrial?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Diretamente subordinados a mim, da ordem de cento e poucos empregados, e mais uns cento e poucos contratados. Agora, a gente tinha também da ordem de 5 a 6 mil vigilantes que estavam vinculados a uma outra organização...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, eu digo, da sua parte, cem mais cem?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Duzentas pessoas não viram nada do que estava acontecendo?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Essas pessoas tinham, como eu procurei caracterizar no início, um conjunto bastante robusto de atribuições, em que nós atuávamos na parte investigativa, porque...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aí é que eu quero saber: na parte investigativa, eles não conseguiram investigar nada? Estavam lá fazendo papel de figuração, só?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Não, essas pessoas não eram todas envolvidas especificamente com investigação. Mas a segurança empresarial, ela trabalha, ou trabalhava, na época em que eu estava lá, em investigações sob demanda. Então, nós tínhamos que apurar desde certificados de soldador adulterados, questão de empregado que estava burlando o sistema médico, uma quantidade enorme de apurações que eram feitas no dia a dia. Agora, a



PETROBRAS dispunha de, como eu já comentei aqui, auditoria, ouvidoria, controles internos. Quando esses órgãos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não, eu não quero saber de nada disso. Eu quero saber da segurança industrial.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - A segurança, ela atuava sob demanda desses órgãos. Então, se a ouvidoria recebia uma denúncia, ela repassava essa...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas o senhor tinha, a segurança industrial tinha independência para poder, se percebesse alguma coisa errada, passar a apurar. Não dependia de ordem superior para poder trabalhar. Segurança industrial é segurança! Pela sua própria formação, o senhor é coronel do Exército, o senhor tem uma vida de caserna... Quanto tempo o senhor ficou no Exército?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Trinta e três anos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, com mais de 3 décadas no Exército, o senhor conhece bem esse mecanismo. Alguém escondia alguma coisa do senhor propositadamente, deliberadamente, ou tinha medo do senhor?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Eu não posso dizer do comportamento dos outros. O que eu tenho... O que posso assegurar é que os fatos que chegavam ao meu conhecimento tinham o tratamento normativo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E aí? E aí, quando chegavam ao seu conhecimento, o senhor não precisava de ordem de ninguém para apurar. Precisava da ordem de alguém para apurar?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E por que é que o senhor não apurou certas coisas que aconteceram, deliberadamente, durante pelo menos, pelo menos 10 anos na PETROBRAS, e o senhor, como uma pessoa experiente, um militar de escol, que trabalhava na área de segurança empresarial, não detectou nada desse tamanho, do tamanho do escândalo que aconteceu?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Senhor, é muito difícil detectar ações que são cometidas à margem dos processos. Então, se nós temos uma ação



que é um desvio de procedimento, esse desvio pode ser, por exemplo, detectado pela auditoria. Se a auditoria entender que nesse desvio possa ter havido má-fé, ela demandará a segurança empresarial para fazer uma investigação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sobre isso aí, tudo bem, eu já entendi que a ouvidoria e a auditoria poderiam demandar, mas independentemente de demanda, como gerente de segurança empresarial, o senhor tinha liberdade para agir. O senhor não dependia de ser comandado. O senhor podia... O senhor era quem comandava. O senhor não era comandado, o senhor era quem comandava. E o senhor tem uma forte experiência anterior. Eu não entendo por que para nós, o público, o escândalo tem 2 anos, mas dentro da PETROBRAS há fatos de 10 anos! Quer dizer, não havia nenhuma ratoeira para pegar os ratos lá dentro?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - É, senhor, nós tínhamos uma série de mecanismos de fiscalização...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Isso, isso.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - ...que são os mecanismos que eu citei. A segurança empresarial, ela não dispunha de mecanismos de fiscalização das ações da Companhia. Então, o que esses órgãos levantavam, e mandavam para nós, nós investigávamos. Agora...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, tudo bem, se o senhor ficava só nessa de ser demandado, não precisava ter segurança empresarial. O senhor tinha que ter *sponte propria* para tomar as iniciativas. Aliás, temos um depoimento seu, quando o senhor fala, em depoimento à CPI mista, aquela do Senado e da Câmara, que um dos documentos sigilosos da estatal passou pelas mãos do empresário Júlio Faerman, suspeito de ter pago propinas a funcionários da companhia para obter contratos bilionários de locação para a SBM. O senhor é que faz essa afirmação. Como o senhor obteve conhecimento disso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Eu obtive conhecimento disso ou foi durante o período em que funcionou a comissão, ou foi logo após.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o que foi que o senhor fez?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Nós mantivemos o Ministério Público Federal informado constantemente, e também a direção da companhia.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor disse que comunicou ao Ministério Público? O Ministério Público não tomou uma providência?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O Ministério Público está investigando esse caso, que está sob a responsabilidade...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas de quando é esse evento aqui, esse específico de que nós estamos falando agora, o de Júlio Faerman? De quando ele é?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Esse evento é de 2014. Esse processo está sob investigação ainda.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - De 2014? De que período de 2014? Qual é o período?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Nós terminamos a comissão em abril, e imediatamente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Abril de 2014?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Sim, e imediatamente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Certo. Quer dizer que de abril de 2014 até agora o Ministério Público não fez nada?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - É, o Ministério Público está investigando, senhor. O que ele está investigando é só...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas, quando se passou para o Ministério Público, já se passou o fato concreto, o senhor já tinha afirmado aqui, já tinha afirmado. Não precisavam investigar nada. O senhor havia afirmado aqui, e eu vou ler de novo, vou ler de novo: *“Documentos sigilosos da estatal passaram pelas mãos do empresário Júlio Faerman, suspeito de ter pago propina a funcionários da companhia para obter contratos bilionários para a SBM”*. Isso foi em julho de 2014, isso já passou, e até agora não aconteceu nada?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Eu vou repetir para o senhor: eu não sei. A velocidade no Ministério Público é uma questão que foge à minha alçada de atribuições. E ao que me é dado perceber...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas quando o senhor passou para o Ministério Público, já passou o caso apurado? Já passou o caso concreto para eles?



O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O que eu passei para eles...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Concreto?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Eu vou só perder 1 minutinho: o que eu passei para eles foram elementos que permitirão que eles estudem se há configuração de tipificação penal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Independentemente da avaliação deles, na sua avaliação caberia essa capitulação?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O senhor me perdoe, mas eu não tenho...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não? Mas o senhor é o gerente de segurança empresarial!

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Sim, sim, mas não é da minha atribuição verificar se está...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, mas, olhe aqui, pelo que o senhor apurou, pelo que o senhor apurou, o senhor acha que havia algo de concreto ali?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O senhor me perdoe, mas para esse fim temos a Justiça. A Justiça é que vai dizer se houve ou não houve crime. A minha atribuição foi cumprida a partir do momento...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Espere um pouquinho, se o senhor é gerente empresarial, gerente de segurança empresarial, e o senhor toma conhecimento de um fato desse, o senhor ainda vai posteriormente avaliar se houve ou não houve crime? Pelo amor de Deus!

Uma outra pergunta para o senhor: numa investigação interna da PETROBRAS, portanto, da sua área, sobre o plano de desenvolvimento integrado do pré-sal da Bacia de Santos e a contratação de empresa concorrente da SBM, foram vazados documentos a partir de senhas pessoais do ex-diretor da área internacional Jorge Zelada. Os dois arquivos, segundo o senhor, apareceram na sede da SBM holandesa. O que é isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - É, foi o que eu já procurei comentar aqui anteriormente, foram dois arquivos, um, como o senhor disse, tratando genericamente sobre o planejamento do pré-sal, e o outro tratando sobre,



se não me falha a memória, uma possível contratação de um PLSV, que é um navio lançador de linhas, e que não era objeto dos trabalhos normais da SBM. Agora, o que foi que nós fizemos? Nós encontramos esses dois documentos lá na Holanda; coletamos, na ocasião, elementos que nós julgávamos que nos permitiriam identificar a origem do documento; ao chegar ao Brasil, isso não se concretizou. Então, nós demos mais um passo além, e pedimos ao escritório da Holanda que verificasse os documentos mais uma vez. E lá, nessa ocasião, foi identificado um conjunto de quatro caracteres alfanuméricos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pelo que o senhor aprendeu e localizou, o senhor acha que isso era o quê, independentemente da sua condição de não membro do Ministério Público? Por que o senhor acha que isso tudo é de Jorge Zelada?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Bem, se o documento estava lá, e ele gerou o documento, é o caso de saber por que foi que esse documento que ele gerou foi parar lá na Holanda. Agora, esse elemento nós não...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, mas senhor não era o gerente de segurança empresarial? O senhor não tentou tomar providências naquele momento, tomar uma providência quanto a um fato desse tamanho?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - A providência foi tomada, sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual foi a providência?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Foi encaminhado ao Ministério Público Federal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não foi tomada providência alguma. Acho que o senhor, como gerente de segurança empresarial, teria de tomar uma providência imediata! Não poderia o senhor mandar para uma comissão estudar, para ver se cabe ou não cabe. E olhe, desculpe-me, com todo o respeito a V.Sa., eu acho que o senhor fazia de conta que era gerente lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, e passo a palavra para o Sub-Relator Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Pedro, V.Sa., indo direto às perguntas, V.Sa. tinha conhecimento do



descomunal esquema de corrupção sob o comando do Presidente da PETROBRAS Sérgio Gabrielli?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Não. Durante o desenrolar dos trabalhos não tinha, nem sequer posso afirmar se ele tem ou não tem responsabilidade, e em que nível. Não me compete esse julgamento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. então não tinha nenhum conhecimento, nem desconfiava de nada desse esquema de corrupção?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. teria algum envolvimento com o presente esquema de corrupção investigado por esta CPI?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. ocupava um cargo influente na PETROBRAS. Diante desse fato, chegou a ter contato direto com o doleiro Alberto Youssef?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. conhece o Sr. Pedro Barusco? Já se reuniu com ele para tratar de algum assunto contratual, ou eventual, de propina na PETROBRAS?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Eu tive a oportunidade de ouvir o Sr. Pedro Barusco em duas ou três comissões internas de apuração.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E dessa oitiva, dessa comissão interna de apuração com o Sr. Pedro Barusco de que o senhor disse que participou, foi discutido e foi colocado nessas três reuniões o quê?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O senhor vai me permitir, mas a única coisa que poderia dizer, passado esse tempo, é que o Sr. Barusco apresentou justificativas ou explicações técnicas para os fatos que estavam sendo analisados, não sendo possível na ocasião atribuir-lhe qualquer irregularidade.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, a avaliação do senhor, como gerente de segurança empresarial da PETROBRAS, das explicações do Sr. Pedro Barusco é de que nada ali podia ser imputado a ele, pelo menos nas três explicações, nas três reuniões de que o senhor participou com ele?



O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - É. Durante o trabalho de uma comissão, nós convidamos várias pessoas que vão prestar, participar de entrevistas, como nós chamamos. Então, nessas entrevistas, tanto o coordenador quanto os outros membros da comissão dirigem perguntas à pessoa que está sendo entrevistada, e ao final dessa entrevista, quando nós identificamos algum desvio, nós consignamos isso num relatório final. Se...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E o senhor identificou algum desvio?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - De que eu me recorde, do Sr. Pedro Barusco nada foi identificado. Eu não me recorde de o nome dele constar em alguma não conformidade dessas que nós registramos, a não ser... Perdão, perdão.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, no entendimento de V.Sa., pelo entendimento de V.Sa., então, como gerente de segurança da PETROBRAS, o simples fato de o Sr. Pedro Barusco ter chegado a essas três reuniões e ter negado e ter feito explicações verbais, na avaliação do senhor, como gerente de segurança empresarial, um técnico experimentado e experiente como V.Sa., o senhor ficou satisfeito, não abriu nenhum procedimento de investigação nem nada? O senhor se deu por satisfeito, e aí a explicação do Sr. Pedro Barusco por si só contemplou a V.Sa. e, conseqüentemente, a gerência que V.Sa., pela sua experiência e seu conhecimento, foi designado para poder exercer.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Eu estava me lembrando aqui, enquanto o senhor falava, que na comissão do COMPERJ houve responsabilidade imputada ao Sr. Pedro Barusco.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Ah, o senhor só se lembrou agora?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O senhor perdoe...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O envolvimento do Pedro Barusco, no nível que ele está de envolvimento na corrupção da PETROBRAS, o Pedro Barusco é um fato que passa despercebido. Aí o senhor só se lembrou agora?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Senhor, o senhor me perdoe, mas no momento em que o senhor comentou eu até fiz uma menção de interrupção, era justamente para dizer que havia me passado, aqui e agora, neste momento, a questão relativa ao COMPERJ. Ele, como era o gerente executivo corporativo da engenharia, poderia, ou deveria, ter percebido desvios nos processos e,



consequentemente, foi-lhe imputada responsabilidade, sim, na comissão do COMPERJ.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Como o senhor avalia o planejamento enquanto gerente que era responsável pela área para a instalação do COMPERJ?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Eu não era responsável pelo planejamento para o COMPERJ, o senhor me perdoe, eu fui responsável pela apuração de como ocorreram as circunstâncias de contratação das diversas contratações feitas no COMPERJ. Então, nesse trabalho nós tivemos a oportunidade de identificar que houve falhas de planejamento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E o que chamou a atenção do senhor enquanto gerente para o fato de haver irregularidades no COMPERJ? O que foi que chamou a atenção de V.Sa.?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Nós tivemos falhas de gestão, entre elas essa que já foi mencionada aqui no planejamento. Tivemos também falhas na condução dos processos licitatórios. Também comentei aqui a questão de um potencial direcionamento a partir da flutuação das estimativas da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quais problemas o senhor identificou na RNEST?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Eu não participei da comissão que fez a apuração da RNEST, ela foi conduzida por outro grupo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Na compra da Refinaria de Pasadena o senhor identificou algum problema? O senhor participou da avaliação para compra?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Eu não participo dos processos de negócio. Apenas quando há alguma potencial irregularidade num processo de negócio é que a minha área poderia ser demandada. No caso foi constituída uma comissão interna de apuração, e nessa comissão interna de apuração eu fui membro e pude constatar, sim, alguns problemas. Então, eu, dentro do conjunto dos membros da comissão..., como eu disse, o principal deles foi essa inversão da lógica de negócio.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor acredita que houve ajustes de preços e direcionamento para as empresas específicas, no caso do COMPERJ e da RNEST?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Eu coordenei a comissão do COMPERJ e o que nós identificamos de não conformidades nós procuramos apontar, e contamos também com prova emprestada da Operação Lava-Jato.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor apontou, mas o senhor então aqui afirma se houve ou não ajuste de preço e direcionamento, principalmente como coordenador que foi na questão do COMPERJ?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Direcionamento sim, ajuste de preço fora do nosso alcance.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, ajuste de preço o senhor não conseguiu identificar?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O que nós conseguimos identificar foram variações nas estimativas da PETROBRAS. Agora, o senhor me perdoe, mas eu não consideraria esse fato..., ele atribuiria essa inspeção a ajuste de preço, porque isso a gente não presenciou. O que a gente presenciou foi que uma estimativa, digamos, de 1 bilhão e 800 mil para uma obra, no momento seguinte ela caiu para 1 bilhão e 500 e depois subiu para 2 bilhões. Isso foi o que a gente constatou.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas o senhor, então, afirma, o senhor constatou, portanto, que houve direcionamento para empresas específicas?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Sim, direcionamento em cada processo que nós identificamos para uma empresa, nesse sentido, empresas específicas, não em um conjunto mais amplo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sim, mas para empresas em cada um dos processos, empresas que foram vencedoras do certame ali.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Perfeito, exato.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, houve esse direcionamento...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Exato.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - ...para que empresa A ou empresa B ou empresa C fosse vencedora daquele certame, daquele processo?



O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Em alguns certames, sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, direcionamento claro e evidente. Se foi identificado...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O senhor está colocando uma expressão, "claro e evidente", que é difícil a gente afirmar. A gente identifica indícios de direcionamento. Quando nós víamos as estimativas da PETROBRAS passando por sucessivas mudanças, até que uma determinada empresa se encaixe dentro do perfil daquela estimativa, nós interpretamos que isso é um indício forte de direcionamento...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Em outras palavras, burlando todo o procedimento legal para que uma empresa, como V.Sa. colocou agora, possa se encaixar naquilo que é exigido até ela ser vencedora daquele certame?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O.k.

O senhor tem conhecimento de ativos que a PETROBRAS possui ou possuiu na África?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Pela imprensa, e também os ativos que eu tive a oportunidade de visitar e de prestar algum tipo de apoio de segurança quando surgiu alguma situação que demandou esse tipo de providência.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor acabou de afirmar que coordenou essa etapa do COMPERJ, e o TCU apontou que, dado o atraso nas obras do COMPERJ, o prejuízo seria de 1,4 bilhões de reais. Como o senhor explica isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Na comissão que nós coordenamos, nós identificamos realmente um prejuízo, pelo menos num caso nós identificamos um prejuízo de 1 bilhão, e justamente decorrente da questão do planejamento incipiente ou infeliz. Então, quando vai ser feito um planejamento para uma obra, tem que ser feito um trabalho de modo que todas as ações se concluam aproximadamente no mesmo período, para que não haja pedaços da obra concluídos enquanto outros pedaços ainda estão em construção. Então, no caso do COMPERJ, nós identificamos que algumas partes da obra foram concluídas, praticamente 80% concluídas, enquanto outras partes ainda demandariam um



tempo razoável para a construção, e isso acarretou prejuízos sérios dessa ordem de 1 bilhão por necessidade de rever contratos para a hibernação e condicionamento de equipamentos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Só para encerrar, Sr. Presidente, são duas perguntas.

Houve contratação de alguma empresa identificada obviamente pelo trabalho de V.Sa. sem que o projeto básico estivesse pronto?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor recorda quais foram essas empresas, em qual contrato?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Excelência, isso consta do relatório. Agora de cabeça aqui eu não me lembraria.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Perfeito. Só para encerrar, Sr. Presidente.

Os diretores da PETROBRAS poderiam tomar decisões que envolvessem grandes contratos ou pagamentos sem que o Conselho de Administração da PETROBRAS tivesse conhecimento ou sobre eles deliberasse. O senhor sabe me afirmar isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - A PETROBRAS tem um sistema de governança em que alguns fatos estão no controle da Diretoria Executiva, outros exigem parecer do Conselho, então, por exemplo, aquisição de ativos ou venda de ativos exige a participação do Conselho. Agora, uma vez que o Conselho tenha aprovado um projeto, um plano de investimentos, cada um dos procedimentos relacionados àquele plano não necessariamente terá que passar pelo Conselho, segundo eu entendi do tempo em que trabalhei lá.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O.k. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado André Moura. Vamos agora para a lista de inscrição dos Srs. Líderes.

Na verdade, Deputado Luiz Sérgio, ele solicitou para falar como sub-Relator na ausência do Deputado Bruno Covas, mas nós entendemos que não cabe, em função de... Enfim, vamos, então, dar sequência à lista de Líderes.



O primeiro é exatamente o Deputado Izalci, que simultaneamente já se inscreveu como membro para o debate. Então, V.Exa., se quiser juntar os dois tempos, terá 8 minutos mais 3 minutos. Acredito que é um tempo suficiente para fazer os comentários e as indagações.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vou primeiro fazer as perguntas, depois eu vejo a questão do tempo de Líder, porque talvez não seja o momento ainda.

Sr. Pedro, V.Sa. participou e coordenou várias comissões internas, a questão do COMPERJ, SBM e também dos prejuízos e dos ilícitos praticados na compra da refinaria de Pasadena. Pergunto a V.Sa. No anexo do relatório de Pasadena, V.Sa. fez parte, e constam informações de que Paulo Roberto Costa teria se reunido com o ex-Presidente Lula entre os dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2006 para tratar da operação da compra de Pasadena.

Figura ainda no aludido documento a informação de que o mesmo ex-Diretor Paulo Roberto Costa viajou a Brasília em 25 de agosto de 2006, 3 dias após ter retornado de Houston, no Texas, Estados Unidos, onde presenciou a assinatura da compra dos primeiros 50% de Pasadena. E ele viajou exatamente para se reunir com a então Ministra da Casa Civil e Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS, a atual Presidente da República, Dilma Rousseff, e tratar desse mesmo assunto.

Quais foram os achados da comissão interna de apuração com relação a essas reuniões? Paulo Roberto Costa era o responsável por transmitir as informações sobre as operações do ex-Presidente Lula e da ex-Ministra Dilma Rousseff?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O Diretor Paulo Roberto era responsável pela área de abastecimento, que incluía a área de refino. Então, o que a comissão identificou é que ele teve uma participação como diretor responsável pelo refino. Ele não foi a pessoa que conduziu as negociações. Essas negociações todas foram conduzidas pela área internacional.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas ele era o informante? Porque houve essas reuniões. O relatório diz isso, que Paulo Roberto Costa se reuniu com o Presidente Lula e se reuniu também com a Ministra para tratar desse assunto.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Sim.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu quero dizer, no relatório, o que vocês colocaram?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Ao que me recorde, nós apenas registramos aí um fato que chegou ao nosso conhecimento, sem juízo de valor.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E não se apurou nada? Não houve interesse nenhum de apurar os detalhes. Por quê?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Procurou-se apurar, mas nós não chegamos a concluir com juízo de valor. Isso é o que eu posso lhe dizer.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Inclusive, V.Sa. disse há pouco que encaminhou o relatório para o Ministério Público sobre a questão da SBM.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu perguntaria: e para a diretoria? Evidentemente que foi encaminhada também a cópia do relatório. Quais foram as providências que foram tomadas por essa diretoria relacionadas a isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Relacionadas a...?

O SR. DEPUTADO IZALCI - À SBM, que V.Sa. disse há pouco, que mandou para o Ministério Público.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Ao que me recorde, a única atitude que foi tomada na ocasião foi referente ao encaminhamento para o Ministério Público, TCU e CGU. Por quê? Porque não havia evidência concreta de uma prática ilícita. A única coisa que havia, que caracterizava, que poderia ensejar alguma providência da companhia — e eu não sei lhe dizer se o negócio tomou alguma providência, não me recorde agora —, é a questão dos documentos que vazaram. Agora, em relação à corrupção, nós tínhamos apenas aquelas sinalizações, aquelas bandeiras vermelhas, mas não tinha nada concreto. Então, nós estivemos na Holanda, estivemos nos Estados Unidos, procurando extrair elementos a respeito desse episódio todo aí da SBM, e nada nos foi passado que permitisse uma caracterização concreta de participação de empregado ou de procedimento incorreto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não querendo interromper, mas já interrompendo...



O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Pois não. Pois não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Meu tempo é muito curto. Já havia há muito tempo denúncias de que a SBM pagaria propina a funcionários da PETROBRAS. A PETROBRAS tinha conhecimento disso — pelo menos foi divulgado isso. Aí se encontra nessa SBM na Holanda um documento sigiloso, que só poderia ter sido repassado... De fato foi comprovado depois que foi um diretor que tinha a senha e o repassou. E, mesmo havendo essas evidências, a Diretoria não tomou nenhuma providência, simplesmente o encaminhou ao Ministério Público, internamente. Quem era o Presidente que recebeu essas informações? Eu queria que o senhor anotasse as perguntas; depois V.Sa. as responde, porque eu tenho outras, senão não dá tempo de eu perguntar. Então, eu queria saber qual o diretor que recebeu e quais as providências, mesmo sabendo de tudo isso.

Nessa mesma linha, eu pergunto: V.Sa. entende razoável a abertura do processo da CGU e pela SBM somente em novembro de 2014, uma vez que o envolvimento de servidor da PETROBRAS já havia sido confirmado em maio de 2014? V.Sa. teria alguma informação adicional acerca desse fato? V.Sa. entende que o processo eleitoral de 2014 interferiu de alguma maneira nessa decisão? Poderia dar mais detalhes a esse respeito? V.Sa. entende que a CGU postergou a publicação do processo de investigação, mesmo de posse de farta documentação que comprovava o pagamento de propina?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado, peço que conclua.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nessa mesma linha, só para concluir: segundo o entendimento de V.Sa., isso decorreu de interferência política, incompetência ou falta de provas? Qual é o entendimento de V.Sa.? V.Sa. tem o entendimento de que a CGU protegeu o Governo? V.Sa. poderia desenvolver um pouco esse entendimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para concluir mesmo, definitivamente: V.Sa. teria alguma informação que poderia nos oferecer acerca do comportamento dúbio da ex-Presidente Graça Foster na conclusão desse episódio? Ela negou esse fato na CPMI da PETROBRAS. E V.Sa. saberia dizer se o ex-Presidente José Sérgio



Gabrielli teve alguma participação nesse esquema de pagamento de propinas envolvendo a SBM?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. entende que o Palácio do Planalto interferiu para que esse assunto não fosse divulgado? V.Sa. pode dizer alguma coisa sobre isso?

Só quero reforçar, Sr. Presidente, porque talvez ele não tenha a informação. Nós, a CPI, recebemos — V.Sa. mesmo esteve em Londres — a informação de que a CGU recebeu toda uma farta documentação da comprovação da propina em maio e só em agosto é que tomaram algumas providências.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Então, como é que a PETROBRAS tomou conhecimento de que ocorriam desvios nessa relação do representante da SBM com empregados da PETROBRAS? Houve num primeiro momento, se não me engano em 2012, numa reunião de negócios, o Presidente da SBM informou ao Diretor de Exploração e Produção que eles haviam recebido uma denúncia de corrupção na África. E na ocasião foi indagado se havia alguma coisa relativa ao Brasil ou PETROBRAS, e a resposta da SBM foi negativa. Em 2013, numa outra reunião de negócios, também esse tema voltou à tona e também houve, mais uma vez, uma negativa de participação de empregado ou de brasileiro em algum ato ilícito. E, em 2014, houve a publicação da revista *Quote* — se não me engano foi início de fevereiro —, e, em consequência disso, no dia 12 ou 13 de fevereiro, houve uma publicação no *Valor Econômico*, e, nesse mesmo dia, a PETROBRAS instaurou uma comissão interna de apuração que eu coordenei.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E as outras perguntas que fiz com relação às informações que foram recebidas em maio e as providências só foram tomadas em agosto?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Senhor, eu, infelizmente, não tenho como julgar os procedimentos internos da CGU. Eu não conheço os processos deles. Nós apenas os apoiamos sempre que solicitados. Agora, eu não tenho condições de...

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa., em maio, já não estava mais na PETROBRAS?



O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Não. Não. Em maio do ano passado eu estava na PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E V.Sa. não tomou conhecimento de que uma farta documentação foi entregue à PETROBRAS sobre isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Nós encaminhamos a documentação para a CGU como também para o Ministério Público. Agora, eu não tenho meios para julgar o trabalho que eles estavam fazendo, porque eu não tomei conhecimento, apenas, eventualmente...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas quando V.Sa. recebeu essa farta documentação, a comissão não fez nada? Não reabriu? Não apresentou nada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Izalci, V. Exa. já excedeu bastante o tempo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só a resposta.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O senhor me perdoe, mas eu não me recordo de que a CGU tenha mandado farta documentação para a PETROBRAS. Isso, se aconteceu, foi fora da minha alçada. Eu não me recordo de ter recebido documentos da CGU.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Prosseguindo aqui, o próximo Deputado inscrito na relação de Líderes é o Deputado Leo de Brito. *(Pausa.)*

Na ausência, Deputado Aluisio Mendes *(Pausa.)* Também ausente.

Deputado Júlio Delgado *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Onyx Lorenzoni, como Líder.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas é que, Presidente, eu vou abrir mão, porque eu não posso perguntar para o depoente. Então, eu vou esperar a minha inscrição e vou guardar a Liderança para as outras que eu acho que podem render mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

O Deputado Augusto Coutinho também não está presente.

Vamos em frente agora. Relação dos membros para debates.

Deputada Maria do Rosário também ausente; Deputado Izalci já usou o tempo; aliás, usou e abusou. *(Risos.)*



Com a palavra o Deputado Jorge Solla pelo tempo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Primeiro, quero comunicar que vou substituir, posteriormente, o Deputado Leo de Brito na fala de Líder do Partido dos Trabalhadores na sessão de hoje. O ofício já está sendo encaminhado. Já vai chegar.

Eu queria perguntar ao Sr. Pedro Aramis, já que é responsável pela segurança da PETROBRAS, mesmo que não tenha sido no seu período de atuação. A PETROBRAS, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, sofreu muito. Em apenas 15 meses, foram 95 acidentes, 3 explosões, 10 mortes e um prejuízo de 1,5 bilhão de dólares. Vou repetir: em apenas 15 meses, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, a PETROBRAS sofreu — para quem não se lembra, é bom resgatar — 95 acidentes, 3 explosões, 10 mortes e um prejuízo de 1,5 bilhão de dólares. Nós estamos falando mais precisamente no período de 2001, entre 2000 e 2002.

Quatro vazamentos gigantes despejaram 5,5 milhões de litros de óleo em lagoas, rios e baías. Desativaram a então maior plataforma do mundo em capacidade de produção de petróleo. Estão lembrados da P-36, na Bacia de Campos, que custou 430 milhões de dólares e adornou, deixando de produzir 80 mil barris de petróleo por dia, que, na época, correspondia a 6% da produção nacional?

Eu queria saber, o senhor como responsável pela PETROBRAS, pela área de segurança, como é que o senhor vê um período tão curto de 15 meses, pouco mais de 1 ano, com tantos desastres que aconteceram na PETROBRAS. Essa é uma questão.

Deixe-me terminar todas, porque eu não corro o risco de ser repreendido pelo Presidente. É melhor fazer as perguntas e o senhor respondê-las.

A outra questão é a seguinte: o Sr. Paulo Roberto Costa confessou um esquema de pagamento de propina com empresas que se organizavam num cartel para ganhar contratos da PETROBRAS desde 1997 até 2010. Nesse processo ele esteve em associação, obviamente, com dirigentes das áreas que se envolviam diretamente nas licitações. E ele teve a cara de pau de aqui nesta CPI mentir e omitir, utilizando-se do argumento da “calação” premiada para não falar sobre todo o período de corrupção e roubo que aconteceu na PETROBRAS, especialmente



durante o Governo mais corrupto da história do Brasil, que foi o Governo Fernando Henrique Cardoso, sobre todos os processos de privatização, inclusive as tentativas de privatização da PETROBRAS, em que por pouco esse patrimônio iria para o lixo, como foi a Vale do Rio Doce, como foram as teles, e outros escândalos de corrupção do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Será que com tanta evidência de pagamento de propina, como Pedro Barusco mesmo admitiu aqui, a partir de 1997, não houve nenhum procedimento da área de segurança da PETROBRAS que tivesse sido tomado? Ou foram feitas algumas tentativas, mas, como era típico no período do Governo Fernando Henrique Cardoso, elas foram engavetadas, como foram engavetas na Procuradoria-Geral da República, que na verdade era a engavetadoria-geral da República? Ou eram proibidas e amordaçadas, como eram a Polícia Federal e o Ministério Público naquele período? Também a segurança da PETROBRAS era amordaçada, proibida de investigar?

Então, é importante, é importante resgatar a história da segurança da PETROBRAS, não só no combate à corrupção, mas também na tentativa de impedir desastres como os que aconteceram na PETROBRAS, dando prejuízos incalculáveis como foi a era de Fernando Henrique Cardoso, com a corrupção e os desastres acumulados na PETROBRAS durante o seu Governo.

Por favor, o senhor pode responder às duas perguntas? Obrigado.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Perfeitamente. A primeira questão é a seguinte: desde que eu entrei na companhia, no dia 1º de abril de 2002, eu não tive proibição de atuar em qualquer processo. A outra pergunta que o senhor fez se refere a um período anterior à minha chegada na companhia, que eu não tenho como comentar, ainda mais porque essa área de segurança, meio ambiente e saúde na PETROBRAS constitui uma gerência à parte. Então, é outro segmento que trabalha nessa parte de segurança em relação às operações, em relação a meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Solla, antes de...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Vou registrar aqui que o senhor não respondeu nenhuma das duas perguntas que eu fiz.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O tempo de V.Exa. está esgotado, como membro, mas tem ainda o tempo de Líder do PT; se V.Exa. quiser utilizar agora...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Presidente, eu não quero usar o tempo de Líder. Eu só queria insistir com ele que respondesse as duas questões que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k. Tem a palavra o Sr. Pedro Aramis.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - É, a questão de proibição, eu não tenho qualquer registro de ter sido proibido de fazer isso ou aquilo, uma vez tendo identificado alguma irregularidade. A questão relativa a desastres é uma questão que concerne a uma outra área, uma gerência executiva de segurança, meio ambiente e saúde. Então, eu também não posso comentar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

Então, dando sequência, vamos ouvir o Deputado Leo de Brito, como membro inscrito; não se encontrando, o Deputado Aluisio Mendes. Também não se encontra.

Vamos ouvir o Deputado Delegado Waldir, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sr. Pedro Aramis. Antes de começar, eu queria só dizer aos brasileiros e brasileiras que nos ouvem neste momento que o PT, Sr. Presidente, e a Presidente Dilma estão experimentando do próprio veneno que eles criaram, que foi a lei da delação, e parece que esse veneno está sendo bom, está causando um desespero geral. É, está, tendo em vista até o fato de a nossa Presidente divagar, falar da mandioca, falar da... Etc. Mas eu acho que esse veneno que eles criaram está fazendo mal, e tentam agora, de uma forma assim, humilhante, tentam constranger os delatores. Eu acho que esse não é o melhor caminho.

Eu vou fazer um desafio, aqui, Sr. Presidente: o Sr. Emílio Odebrecht, pai do Sr. Marcelo, que está no presídio lá em Curitiba, ele disse à *Veja*, ele disse ao Brasil — e eu quero saber se o Sr. Emílio tem palavra ou não —, ele disse que se por um acaso o filho dele fosse preso ele iria... Podiam preparar e construir um presídio para Lula e para Dilma, porque com certeza eles iriam fazer companhia ao filho dele.

Mas vamos lá, Sr. Presidente, vamos... Eu tinha de fazer essas observações. Eu vou fazer as perguntas rapidamente para o senhor, porque o meu tempo é



pequeno, mas eu vou acreditar que o Sr. Presidente vai dar uma tolerância: qual a finalidade da viagem para a Holanda? Qual a finalidade, para que é que foi feita? Quem foi que deu a ordem para vocês irem até a Holanda? Quem foi que deu a ordem? Quando vocês retornaram, para quem vocês deram satisfação dos resultados? Para quem foi que vocês deram satisfação?

E eu gostaria de saber, assim, com data precisa, se o tiver, quando foi feita a comunicação ao Ministério Público, à CGU, ao TCU e a qualquer outro órgão, dos resultados dessa viagem. E eu queria saber se o senhor confirma todo o teor — por último, não é? —, se o senhor confirma todo o teor do seu depoimento ao Poder Judiciário, inclusive que a área de engenharia da PETROBRAS foi pressionada pelo Sr. Duque e pelo Sr. Paulo Roberto. O senhor confirma todo o teor do seu depoimento, já prestado ao Dr. Sérgio Moura?

Muito obrigado, Sr. Presidente. Olhe, sobrou tempo!

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Então vamos começar pelo fim. Eu confirmo os depoimentos que eu prestei, exatamente nos termos em que foram prestados. Nós comunicamos ao TCU, à CGU e ao Ministério Público... Eu teria dificuldade de precisar as datas, mas foi imediatamente após a conclusão dos trabalhos da Comissão. Então, a Comissão... Foi em abril de 2014. Em abril de 2014. Então, tão logo nós concluimos o trabalho nós informamos, e continuamos informando sempre que havia algum fato novo. Então, sempre que houve algum fato novo nós informarmos. Aqui até foram mencionados dois deles: a questão da identificação de quem produziu o arquivo que estava na Holanda e... Se não me engano, alguma outra coisa surgiu aqui também. Então, as datas...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tem esses documentos, mandando para esses órgãos?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Perfeitamente. Está tudo documentado. O senhor poderá conseguir isso com o Jurídico da PETROBRAS, que tem tudo lá, arquivado. A questão da viagem a Holanda, quando... Logo que nós iniciamos a Comissão, nós fizemos um contato com a SBM, convocando a companhia a prestar esclarecimentos. Então, a companhia providenciou a vinda ao Brasil do Sr. Sietze Hepkema e de mais duas pessoas de cujos nomes não me recordo, mas uma era, se não me engano, um diretor de operações, e a outra era



uma diretora da área de comunicação. Então, nós entendemos que somente o Sr. Sietze Hepkema e mais o Sr. Philippe Levy, que era o empregado da SBM aqui no Brasil, deveriam comparecer perante a Comissão. Não haveria nenhuma razão para nós recebermos tanto o cidadão da área operacional quanto a pessoa da área de imprensa, porque não tínhamos nada na Comissão a tratar com o pessoal de comunicação. Então, nós tivemos uma reunião com o Sr. Sietze Hepkema. Durante essa reunião, se não me engano, entre o que lhe foi formalmente arguido, ou o que foi paralelamente conversado, solicitou-se esse acesso à documentação das investigações que estavam sendo feitas na Holanda, e houve a anuência da SBM, por intermédio do Sr. Sietze Hepkema, para que nós tivéssemos acesso a isso. Então, a Presidente Graça, que era quem tinha poderes na ocasião para fazer isso, autorizou, determinou que nós fôssemos à Holanda no mais curto prazo, o que foi feito. E quando nós retornamos, isso que foi apurado, que foi levantado lá fazia parte do trabalho da Comissão. Então, só foi informado junto com o trabalho da Comissão. Não houve uma prestação de contas do que... Eu não me recordo de ter havido porque não é comum acontecer isto, uma prestação de contas: *“Olha, nós fomos à Holanda e fizemos isso, isso e aquilo”*. Pode ter havido alguma conversa muito genérica com quem nos entrevistamos, coisa do gênero. Mas a essência do que foi obtido lá ficou no âmbito da Comissão, até que terminassem os trabalhos da Comissão.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, eu acho que foi completo.

Só pra finalizar, Sr. Presidente, eu vi que alguns Deputados aqui ficaram bravos com supostos vazamentos de informação. Eu queria só lembrar aos nobres colegas que o direito e a investigação não socorrem aqueles que dormem. Se a imprensa está conseguindo fazer um papel mais avançado é porque isso também foi usado na Mãos Limpas, na Itália. A Justiça se socorre da imprensa e da sociedade para que não haja impunidade nos casos de corrupção.

Só queria lembrar esse detalhe, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Delegado Waldir.



Convido o Deputado Júlio Delgado para usar da palavra, (*Pausa.*) Não se encontra.

Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Pedro, o senhor, ao se apresentar, deixou a esta Comissão a certeza de que, com o currículo que o senhor nos apresentou quando membro do Exército... E nós somos cientes de que um homem, um integrante das Forças Armadas só chega ao nível a que o senhor chegou porque investiu na sua formação e certamente foi um homem rigorosamente cumpridor dos seus deveres e da disciplina. Sabemos também que, em qualquer profissão, ainda mais em se tratando das Forças Armadas, cuja disciplina é rigorosa, nós levamos para o resto da vida o *modus operandi* ou pelo menos o que concerne à observância do nosso redor com base naquilo que adquirimos ali.

Sabemos também que o Exército é muito rigoroso na observância da evolução patrimonial dos seus integrantes. E é aqui que eu quero me focar com o senhor. Eu quero saber se, sob o seu comando, estava também a incumbência de verificar a evolução patrimonial dos integrantes da PETROBRAS, sobretudo dos seus diretores, porque é notório que muitos desses diretores viviam de forma nababesca. E é impossível que isso tenha escapado à percepção de um homem com a formação que o senhor nos apresentou aqui.

Então, a pergunta é neste sentido: se estava sob o seu comando essa área e se o senhor chegou a produzir e, se sim, a quem encaminhou relatórios possíveis com essa verificação.

Então, o meu questionamento, Sr. Presidente, é nesse sentido. E eu gostaria que o Sr. Pedro fizesse uma exposição bastante esmiuçada dessa questão, se é que ela estava sob seu comando.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - A segurança empresarial, ela não trabalhava sobre a evolução patrimonial das pessoas, até porque nós não tínhamos autoridade legal para fazê-lo.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Mas, sobre seu trabalho, nenhuma verificação, nenhuma determinação lhe é era dada, para verificar esse tipo de comportamento ou de acontecimento dos servidores daquela estatal?



Isso é comum em qualquer empresa privada, Sr. Pedro. Em qualquer instituição, isso é comum. Em qualquer empresa privada que se preze, tem um departamento, que eu creia seja exatamente o departamento que V.Sa. ocupava na PETROBRAS, que está de olho nas páginas sociais, está de olho na evolução ou na demonstração, ostentação de riqueza. Estranha-me que um setor com todo o aparato do que o senhor tinha, com um número de funcionários, de servidores expressivo, não tenha se ocupado dessa questão.

Minha pergunta é, Sr. Presidente: foi por omissão, foi porque não havia uma determinação ou foi porque isso estava fora da sua alçada?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Nós só atuávamos em relação à questão de comportamento das pessoas quando nós tínhamos algum indício revelador de que essa pessoa estaria envolvida em alguma prática espúria dentro da companhia. E essa nossa verificação ficava restrita aos recursos legais que nos eram facultados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Edio Lopes.

Passo a palavra para o Deputado Celso Pansera e, em seguida, ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Pedro, eu respeito muito os servidores públicos. Tenho por eles um apreço de fato. Agora, o fato é que, na PETROBRAS, um conjunto de servidores públicos, inclusive de matrícula, servidores de carreira da PETROBRAS, montaram uma estrutura e se enriqueceram muito, não foi pouco. Os valores são imensos. Se pegarmos dois servidores que aceitaram fazer delação premiada, estamos falando em torno aí de quase 500 milhões de reais, quase em torno de 400 milhões de reais que devolveram para os cofres públicos.

E para cima, alguém ordenava. Mas eu estou convencido de que, para baixo também, não era possível montar uma estrutura tão grande sem envolver um conjunto de servidores de cargos intermediários. E eu não consigo ver como uma estrutura desse tamanho não consiga ser percebida no dia a dia da fundação. A Presidente Graça falou que era impossível detectar isso. Mas eu não consigo: já fui gestor de instituição pública, e quando a gente fica com o olhar atento, percebe a



movimentação. A gente recebe muita informação e só não vai atrás se não quer. E a gente só não configura porque não consegue provar. Mas a gente tem a percepção do que está acontecendo.

E aí eu não consigo entender — e também porque era segurança empresarial — como não haver uma percepção desse movimento, desse conjunto de pessoas se movimentando através de ilícitos, movimentando-se, mudando o padrão de vida, a qualidade de vida, a relação com os amigos, a relação interna com os seus colegas de trabalho. Eu não posso entender que não conseguisse a PETROBRAS ter detectado isso. É impossível isso não ter chegado a ela.

E aí eu lhe pergunto: nunca a Presidência da PETROBRAS ou o que quer que seja, a Direção de Recursos Humanos da PETROBRAS nunca instaurou um inquérito, não fez uma pergunta, não procurou saber sobre nada disso? Nunca houve nenhuma movimentação nesse sentido? *“Olha o que está acontecendo aqui com fulano e tal!”*

O Pedro Barusco, servidor de carreira, ele saiu da direção da PETROBRAS para assumir a Sete Brasil. Ele foi rebaixado para cima, e muito bem. Ele perdeu o cargo na PETROBRAS para pegar um negócio imenso, que era um projeto de poder e de investimento imenso.

Nunca, em nenhum momento, a segurança da PETROBRAS detectou essa movimentação de servidores? Nunca chegou ao senhor isso? Nunca a alta direção lhe procurou para ouvi-lo sobre isso, mesmo que fosse de forma informal?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Não, senhor. E eu vou tecer aqui um comentário. Havia dentro da PETROBRAS um entusiasmo muito grande com o potencial crescimento da companhia, com o poder empreendedor da companhia. E eu acredito que, de alguma forma, isso haja inibido a percepção de que alguma coisa incorreta estivesse acontecendo. O corpo empresarial, ao que me era dado perceber, vivia esse momento de muito entusiasmo. Então, era entusiasmo pela construção de refinarias, era entusiasmo pela descoberta do pré-sal, era entusiasmo pelos prêmios da OTC. Então, isso contaminava o corpo da companhia, talvez dificultando a observação dessas questões que o senhor hoje comenta.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Mas não foi instalado nenhum procedimento? Nunca foi instalada, por exemplo, uma comissão de sindicância



interna sobre determinados servidores que poderiam estar dando sinais externos de enriquecimento? Nunca houve essa percepção por parte da direção?

Eu conheço o prédio EDISE lá no Rio de Janeiro. É um prédio: as pessoas estacionam na garagem, pegam elevador, sobem e convivem. Eu conheço Macaé, eu sou lá do Rio de Janeiro. É um mundo aquilo ali. As pessoas se falam muito; pegam o mesmo helicóptero para ir até a plataforma; se deslocam da Capital até Macaé; se deslocam dos bairros, de metrô, de carro, até o prédio EDISE.

Não havia essa percepção, essa sensação? Não existe uma comissão, uma sindicância, algo que detecte isso, que vá buscar essa informação? É possível? Essa coisa durou 10 anos mais ou menos sem explodir.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O que chegava ao nosso alcance nós procurávamos verificar, junto com a auditoria, junto com a área de controle interno, se havia dentro dos processos de responsabilidade daquela pessoa... E isso normalmente chegava por denúncias, que foram poucas nesse sentido. Havia denúncias mais frequentes dos níveis mais baixos, mas, envolvendo níveis mais altos, as denúncias foram muito poucas. E as poucas denúncias que aconteceram foi-me facultado verificar. Então, infelizmente, nos trabalhos que nós fizemos, nós não conseguimos detectar nada irregular. Então, numa ocasião nós fizemos uma investigação: houve uma denúncia de que agora a Operação Lava-Jato torna transparente a questão de afretamento de navios. Então, houve uma denúncia relativa a afretamento. Em momento algum, me disseram para não investigar. Inclusive autorizaram a contratação de uma empresa internacional, a Control Risks, se não me engano, que fez uma investigação. E essa investigação resultou inconclusiva. Então, dentro daquilo que estava ao nosso alcance, foi feito. Agora, infelizmente, nós só tomamos conhecimento dessas coisas depois das delações.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, serei rápido, só vou encerrar.

Sr. Pedro, o senhor conheceu o empresário Julio Faerman? Chegou a conhecê-lo?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Eu o conheci no momento em que o entrevistei por ocasião da Comissão Interna de Apuração. Ele se apresentou acompanhado do filho, do sócio e de um advogado, e com uma precondição. Nós



não temos poder para convocá-lo, o nosso poder era apenas para convidá-lo. Então, foi colocada uma condição de que ele só responderia àquelas perguntas que o advogado concordasse que ele respondesse. Então, essas perguntas foram feitas a ele e constam do relatório que nós apresentamos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Deixe-me fazer mais uma pergunta. Esses documentos são os que foram para o Ministério Público? A partir dessa Comissão é que os senhores enviaram para o Ministério Público essas informações?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Ministério Público, TCU, CGU.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Mesmo no período em que o senhor ficou na PETROBRAS, ainda posterior, o senhor nunca acompanhou, nunca foi chamado para dar um testemunho ou foi até a esses órgãos, enfim, entrou no *site* para ver lá um número de processo e se isso andava, estava parado?. O senhor nunca mexeu mais nisso? Foi essa a sensação que eu tive da sua fala anterior.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Eu vou lhe confessar que uma das razões que me levaram a pedir o afastamento da companhia foi porque eu estava ficando com a saúde sacrificada pelo excesso de demanda de trabalho. E paralelamente a isso, o que nós tínhamos era apoio aos órgãos. Então, a CGU nos demandou alguns documentos, apresentou para nós alguns pedidos de informação. Eu me recordo de que, acompanhado de outras pessoas da PETROBRAS, eu vim pessoalmente aqui a Brasília, para fazer uma apresentação na CGU. Depois nós tivemos umas duas ou três reuniões lá na PETROBRAS. E no meu entendimento, eles estavam fazendo o trabalho deles. Na parte referente a Ministério Público, tanto o Ministério Público do Paraná quanto o Ministério Público do Rio de Janeiro, que está encarregado da apuração do caso da SBM, fazem-nos demandas. Agora, nós não conhecemos qual é o propósito ou o significado de cada uma dessas demandas,...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O objetivo disso.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - ...o objetivo disso dentro do contexto da investigação. Então, o que a gente sabe é que, quando nos era demandada uma determinada informação — ou isso era no tempo em que eu estava lá —, a gente procurava prover isso com a máxima brevidade e da melhor forma possível.



O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Em que período foi essa Comissão, a ida do Sr. Julio Faerman lá para a PETROBRAS?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - A ida dele para responder na Comissão?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - É isso. Essa data eu não anotei

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - No nosso relatório, consta lá a data exata. Eu, de cabeça, não a tenho.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Aproximadamente.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Mas foi na transição aí de março para abril de 2014.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Na época em que estava estourando o problema, não é?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Não, o problema surgiu em fevereiro.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Em fevereiro. Então? Mas foi na época em que começou a surgir essa questão da África.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Nós desenvolvemos o trabalho da Comissão. E no corpo desse trabalho...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu só tenho uma pergunta ainda a fazer.

Um por cento ia para o Julio Faerman e 2% para quatro empresas em *offshores*, em paraísos fiscais. O senhor falou isso.

Na nossa ida para Londres estava lá “1%, *Julio Faerman*; 2%, *outside*” numa anotação num dos contratos. A PETROBRAS nunca investigou, nunca buscou informação sobre essas empresas que recebiam dinheiro, esses 2% de comissão? A PETROBRAS nunca foi buscar informações sobre essas empresas que recebiam os 2%, ou tentou e não obteve informação? Houve alguma movimentação por parte de vocês ou da instituição, da empresa, para buscar informação sobre essas contas, antes, obviamente, que a Lava-Jato explodisse, que isso tudo surgisse e viesse à tona?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O que nos foi possível obter foi um pacote relativamente denso de informações a respeito dessas empresas no



exterior. E isso foi tudo agregado à documentação que foi encaminhada para esses diferentes órgãos. No corpo do nosso relatório, a gente apenas colocou um resumo do que a gente tinha constatado, como data de criação das empresas no exterior, em nome de quem estavam, coisas do gênero. Mas nós entregamos documentos à base de 10 a 15 páginas, sobre cada uma dessas empresas do Sr. Julio Faerman no exterior.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Obrigado, Sr. Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Celso Pansera.

Passo a palavra para o Deputado Onyx Lorenzoni, que tem também o tempo como Líder e os 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, Sr. Presidente, eu vou usar só os 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - O.k.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Pedro, quem faz o *compliance* na PETROBRAS? Quem é que acompanha normas, execução de contatos? Quem faz isso? Ninguém faz ou tem alguém que faz?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Tem um órgão que é a auditoria, que tem um plano anual de auditoria, que faz as verificações nos procedimentos que ela seleciona. Então, tem dois tipos de seleção: tem uma pré-seleção de processos e tem também a chamada auditoria especial quando surge algum fato atípico, alguma denúncia, alguma coisa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - No período em que o senhor esteve na PETROBRAS, quem respondeu? Quem era a pessoa física que coordenava esse trabalho?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Era o Gerente Executivo Gerson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Gerson Gonçalves.

É algo assustador, não é? Quando a PETROBRAS faz aquela megacapitalização em 2009, dos 70 bilhões de dólares, parece que o céu é o limite na PETROBRAS. É a isto que senhor está se referindo aqui: o entusiasmo dentro da companhia.



Tem uns relatos aí da Venina Velosa, tem os relatos do assessor ou gerente jurídico, que foi colocado numa sala porque fez alguns questionamentos. A Venina foi para Ásia como prêmio, foi para a Cingapura como prêmio, ganhando cento e tantos mil reais por mês. Quer dizer, ela fez a denúncia e aí é premiada.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Foi rebaixada para cima.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Ela foi rebaixada para cima.

Aí a Abreu e Lima tem catapultado o valor das suas obras e os seus aditivos. O COMPERJ é a mesma história: até hoje não está pronto.

Então, a pergunta que não quer calar lembra, pela situação do seu depoimento aqui, Ayn Rand, aquela judia naturalizada americana que acompanhou o julgamento de Nuremberg, lá dos nazistas. E lá no julgamento dos nazistas é que surge a Teoria do Domínio do Fato, que acabou botando o ex-Chefe da Casa Civil na Papuda. Essa teoria surgiu lá no julgamento dos nazistas, em Nuremberg. E ela dizia: *“Está bem! Não foi Fulano que mandou, não foi Beltrano que fez. Mas um era chefe!”* O senhor é militar e sabe o que eu estou o que eu estou dizendo, não é? Mas a pergunta dela era: *“Por que calaram? Por que o silêncio?”* É isso que nós não entendemos aqui.

A PETROBRAS, ao lado da Vale do Rio Doce... Aí tem um monte de bobagem que falam em relação à Vale. A Vale antes era uma empresa quase falimentar, rendia muito pouco para os cofres públicos do País. Depois que ela sofreu uma privatização, é hoje uma empresa modelar no mundo, é referência mundial e paga bilhões e bilhões de impostos para os brasileiros, o que antes não acontecia. Então a gente tem que analisar as coisas direitinho.

E a PETROBRAS é uma empresa que, do ponto de vista da sua competência, da qualidade dos seus quadros técnicos, sofreu uma ação política, sofreu uma ação parasitária, sofreu uma ação de corrupção deliberada muito bem estruturada. E ela obedeceu a uma lei do silêncio, nos seus diretores, nos seus cargos de comando mais relevantes: ninguém questionava nada, estava tudo muito bem. Isso é muito parecido com aqueles fundos de pensão que, ao longo do mês, fazem um conjunto de operações e perdem 30, 40 milhões de reais. Mas em compensação, no final do mês, aparece um lucro de dez, porque têm muito volume: *“Não, está tudo bem! tudo bem. Ele lucrou dez!”* Mas ele sumiu com vinte, que algum espertalhão colocou no



bolso. A gente sabe como isso funciona. Vai vir o pessoal da PETROS, vai vir o pessoal da POSTALIS aqui.

Então, eu não tenho nada contra o senhor. Aliás, o seu currículo é um bom currículo. O senhor tem uma história, por tudo que se sabe, correta. Mas por que, dentro da companhia, não havia *compliance*, ou seja, não havia essa situação de princípios de controlar, de fazer economia, de cuidar da companhia; e havia esse ao deus-dará? Quer dizer, fizeram coisas que hoje...

Já teve uma presidente que caiu — a presidente que lhe mandou para a Holanda —, que queria relatar no balanço da PETROBRAS mais de 60 bilhões de prejuízo. Depois que ela caiu, entrou uma administração nova, fizeram uma maquiagem e estão aceitando seis. Mas, no mínimo, é o triplo, o quádruplo, o quádruplo ou dez vezes isso o prejuízo que a PETROBRAS teve, se somarmos tudo o que ocorreu lá.

A pergunta é: por que houve o silêncio e por que nenhum sistema de controle da PETROBRAS funcionou? Eu sei que é uma pergunta difícil essa que eu estou lhe fazendo. O senhor me parece um homem sério até que provem o contrário. Mas eu queria entender o que houve. Tinha um pacto de silêncio? Tinha um controle de quem estava em cima, no comando diretivo, para que as coisas não transitassem? Essa é a única explicação.

Várias pessoas, ao longo de tempo, se rebelaram, vários ex-funcionários da PETROBRAS já me procuraram, enviaram *e-mails*, fizeram denúncias. E nada disso veio a público. Foi preciso fazer uma operação malfeita aqui, num lava a jato de Brasília, para se pegar o fio da meada de um doleiro e fazer explodir, para o bem do Brasil, essa tragédia que foi o que aconteceu na PETROBRAS.

A pergunta é esta: o senhor tem explicação de por que quem tinha responsabilidade de cuidar da PETROBRAS não cuidou? E parodiando Ayn Rand: por que se calaram, por que não falaram, por que o silêncio?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O senhor comentou também a questão da empregada Venina e do advogado — agora me foge o nome dele. Os dois foram ouvidos na nossa Comissão do COMPERJ. E na ocasião, a Venina praticamente não agregou nenhum fato relevante; e o advogado nos alertou para uma situação de uma potencial influência da ABEMI nos modelos de contratação da



PETROBRAS. Então, isso nós registramos também no relatório. Agora, o senhor está me pedindo para falar sobre as pessoas que se calam. Eu posso responder por mim: tudo que chegou ao meu alcance, tudo que eu percebi, eu tomei providência. Agora, se outras pessoas deixaram de fazê-lo, foge ao meu alcance.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Só para completar, o que a D. Venina, por exemplo, trazia eram operações de superfaturamento. E ela estava correta — hoje a gente sabe. A mesma coisa: o que trouxe o advogado era a interferência de fora para dentro da PETROBRAS, que era o cartel. Quer dizer, para o quê eles alertaram? Eles alertaram para a existência de um cartel, eles alertaram para uma influência externa para dentro da companhia, que trouxe esse buraco todo, essa roubalheira toda.

E a Venina chama a atenção para o fato de que há aditivos e movimentações que são indevidas. Há coisas que ela, inclusive, queria se negar a assinar. E aí a punição dela foi mandá-la para Cingapura, com salário estratosférico.

E é por isso que eu estou lhe perguntando: o comando, a estrutura central da PETROBRAS, esta era impermeável a qualquer envio de questionamentos, por exemplo, do seu nível de gerência? Ela não dava sequência? É isso que talvez seja a raiz de, por tanto tempo, tantos roubarem com tanta facilidade, na PETROBRAS?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - O senhor me perdoe, mas o que eu posso dizer é que essas situações não chegavam até o nosso nível.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O senhor repassava. E aí é o que eu quero lhe perguntar. Aí a sua colocação agora é a seguinte: *“Eu repassava e lavava a mão”*.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Não, não.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O que eu estou lhe perguntando é: o senhor repassava, e daí para frente não andava? É isso que o senhor está dizendo.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Não, o senhor me desculpe, então. Se foi isso que eu disse, eu me expressei mal. O que eu estou dizendo é que não chegavam ao meu conhecimento atos que exigissem alguma providência. Os atos que chegaram ao meu conhecimento e que recomendavam alguma



providência, as providências foram tomadas dentro do nível do meu trabalho, que era apurar e informar. Então,...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Informar a quem?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - A quem de direito. Por exemplo,...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E quem era de direito?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Vou exemplificar: se tinha um problema numa refinaria, nós informávamos ao gerente da refinaria, que tomava as providências. Agora, que providências ele tomaria, eram a critério dele, era uma atribuição dele. A minha atribuição era chegar e informar para ele: *“Olha, Fulano, nós apuramos aqui e está havendo ou houve tal problema”*. Normalmente, pelo que eu me recorde, nas situações que nós levamos, houve algum tipo de providência, como a instauração de uma auditoria especial ou de uma comissão interna de apuração, não necessariamente tendo eu participado dessas comissões.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu quero só repor aqui uma situação que, mais ou cedo ou mais tarde, talvez tenhamos que enfrentar.

Além das correções legislativas que vamos fazer na legislação brasileira, vai ter que se ter uma discussão aqui e talvez uma proposição, porque não é possível: a estrutura organizacional da PETROBRAS ela é tendente a favorecer a roubalheira. Isso é uma coisa clara como água. O depoimento das pessoas que vieram aqui atestam isso.

Ora, o que disse a Sra. Venina aqui não pode ser muito diferente do que disse o Sr. Pedro Aramis. O que disse aquele consultor jurídico aqui, coisas gravíssimas, não pode ser diferente. Então, essas coisas não tiveram consequência porque o comando da companhia, a estrutura corporativa da companhia era montada e organizada para que isso não tivesse consequência alguma, porque o esquema era para saqueá-la.

O que é importante, se essa companhia quiser ter futuro, é que ela mude a sua forma de gestão corporativa e a estabeleça como a SBM demonstrou. O sistema de *compliance* da SBM foi atrás e investigou.

E eu vou lembrar: a ex-comandante do Sr. Pedro Aramis, a Sra. Graça Foster, esteve lá no Senado Federal e disse com todas as letras: *“Fizemos uma sindicância*



que nada apurou". Aliás, ela se empertigou na cadeira ao dizer que estava tudo muito bem na PETROBRAS. E hoje nós sabemos do escândalo que foi. O Deputado Celso Pansera esteve lá em Londres e viu, ao vivo e a cores, o que fizeram naquela relação da SBM com a PETROBRAS.

Só para o seu conhecimento, o cidadão, aquele que fugiu daqui — o Sr. Julio Faerman, o mascarado, aquele que gostava de festa — só veio aqui porque o seu filho e o seu sócio foram convocados. E ele se apresentou voluntariamente lá, para falar na Comissão da PETROBRAS. Sabe por quê? Porque ele tinha certeza da impunidade lá, de que não ia dar em nada a investigação lá. E por que ele demorou a vir aqui? Ele temia e teme a apuração que nós estamos fazendo aqui.

Só quero que este registro fique claro para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem até 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Pedro Aramis de Arruda, eu queria fazer para o senhor algumas perguntas. A primeira pergunta é sobre a sua fala à Justiça Federal do Paraná em fevereiro de 2015, em que o senhor coloca um termo referente ao planejamento precário quando se refere, por exemplo, às obras do COMPERJ. O que significa isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Eu já procurei comentar isso aqui, mas vou procurar fazê-lo de uma outra maneira, para tentar deixar mais claro. Quando foram iniciadas as obras do COMPERJ, ainda havia alguns aspectos que não estavam claramente consolidados no planejamento, por exemplo, qual o modelo de negócio da unidade de geração de hidrogênio. Por quê? Porque a ideia era construir um grande complexo petroquímico em que uma empresa proveria hidrogênio pra todo o conjunto. Então, essa decisão foi postergada. E em consequência, várias obras do Complexo avançaram sem que essa obra tivesse sequer sido iniciada. Então, de antemão já se sabia, quer dizer, à medida que foi atrasando essa obra, já se sabia que haveria problema com as obras que estavam avançando e que não funcionariam sem o hidrogênio — se a minha observação técnica está correta. Mas não era só hidrogênio. Também a questão das utilidades — vapor, energia, etc. —, elas também se iniciaram com uma defasagem razoável. Então,...



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ou seja, começou tudo errado, já começou errado o processo.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Começou... Houve um descasamento entre o planejamento mais amplo e o planejamento das obras, então, gerando esse descompasso.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ainda referente a essa falta desse planejamento inicial, não é estranho, por exemplo, você iniciar um processo licitatório sem ter o detalhamento desses projetos? O ideal não seria você ter um melhor detalhamento para você até poder evitar mais aditivos, que são exatamente o grande instrumento do superfaturamento?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Esse aspecto que a senhora está comentando, ele está bem exposto no relatório da comissão. Então, houve efetivamente alguns processos em que a licitação foi para rua sem que o projeto básico e o chamado FEED estivessem concluídos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ou seja, foi um erro.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Ou um erro, ou uma iniciativa ousada, ou até dando margem a algum desvio posterior.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ou seja, foram iniciadas as condições para nós podermos ter, num futuro aí, um superfaturamento, aditivos e responsabilidades, enfim, coisa parecida.

Mas eu quero finalizar, Sr. Presidente, fazendo a minha última pergunta, que é referente exatamente à Comissão Interna de Apuração da PETROBRAS, cujo relatório foi coordenado pelo Sr. Pedro. Na verdade, eu tenho esse relatório em mão.

No relatório, ao final, na finalização proposta por V.Sa., V.Sa. coloca o seguinte: *“Dentro da profundidade do presente trabalho, não foi caracterizado prejuízo financeiro à PETROBRAS”*. Ao mesmo tempo, há certa incongruência porque o próprio relatório, ao falar que não havia, por exemplo, erros e, portanto, prejuízos financeiros, coloca, na verdade, a continuidade do processo de investigação, ou seja, as investigações deveriam ser continuadas. Mas, ao mesmo tempo, também diz que não houve prejuízos referentes a toda essa investigação sobre a SBM.



A minha pergunta para o senhor é a seguinte... No início, o senhor coloca os recursos a que na verdade tinha acesso para investimento na área de segurança. O senhor tinha recursos financeiros, o senhor tinha recurso humano. Pela própria formação sua e experiência, o senhor é alguém que já impõe certo temor, todo mundo da área militar já impõe certo temor, certa precisão. O senhor tem todo o histórico que lhe daria respaldo suficiente para ter uma investigação à altura, um relatório conclusivo e importante, digamos assim, do ponto de vista de informações. Mas nada disso aconteceu, ao contrário, o relatório não é compatível com a realidade. Depois, nós temos inclusive informações passadas ao próprio Ministério Público referente à afirmativa de que a SBM pagou sim propinas.

Eu pergunto ao senhor: quem o induzia a isso? Eu não consigo acreditar que o senhor era inocente ou que não sabia. O senhor sabia sim, mas parece que temia informar isso a alguém. Alguém o induzia ou induziu a que esses relatórios acabassem sendo feitos de forma errada? Porque os relatórios foram errados. Os relatórios que estão aqui concluem uma coisa que não existe. Houve prejuízo sim, houve erro sim. Quem o induzia a tomar esse tipo de atitude, ou o intimidava, colocando em cheque sua própria biografia?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Senhora, não houve intimidação, o que houve foi um trabalho que foi feito honestamente não apenas por mim, mas pelos outros membros da comissão, e que nós chegamos a uma situação em que caracterizamos um potencial desvio, mas que para nós não foi possível caracterizar prejuízo material para a companhia. Isso por quê? Porque os valores relativos a esses contratos com a SBM, eles, em regra, estavam alinhados com os valores de mercado. Então são valores muito grandes, uma plataforma, 200 mil dólares, 300 mil, 500 mil dólares por dia. Então, uma variação de 5 mil, 10 mil dólares ao longo de 15, 20 anos é um valor muito significativo. Mas quando é feito um procedimento licitatório, ou quando é feito mesmo uma contratação direta, fica difícil para uma comissão que funciona em 45 dias identificar que tenha ocorrido aí alguma perda material para a companhia, algum prejuízo para a companhia. Então, tanto eu quanto os outros membros da comissão não recebemos nenhuma orientação de acobertar. Até, se a senhora me permite, Excelência, o Dr. Jorge Hage declara isso numa reportagem que foi publicada, se não me engano, no O



Globo, e posteriormente tem outra reportagem no *O Estado de S. Paulo* que também tece outros comentários sobre esse trabalho da comissão, e que, dentro do prazo que a gente teve e dentro do prazo que a gente tinha, foi feito um trabalho adequado.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ou seja, o senhor continua afirmando que não teve prejuízo o contrato com a SBM?

O SR. PEDRO ARAMIS DE ARRUDA - Senhora, hoje nós temos conhecimento de que houve desvios. Agora eu não tenho, com meu conhecimento técnico, eu não tenho como afirmar se houve ou não prejuízo. O que eu posso afirmar, que todos nós já sabemos, é que houve pagamento de propina. Agora, essa propina, ela era originária do que a SBM pagava para o seu representante. Então, esse é o caminho que eu conheço.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ou seja, havia já um flanco, digamos assim, foi condicionado um flanco para garantir o pagamento das propinas. É isso que o senhor está querendo colocar?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Não, senhora, perdão. O que eu estou querendo colocar é o seguinte: que havia um contrato...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ou seja, eu preparei um contrato, e nesse contrato eu já coloco um aditivo suficiente para poder garantir o pagamento das propinas e não ter prejuízos. É por aí o raciocínio?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Não, senhora. Absolutamente, não, me perdoe. O que eu...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Daí, portanto, o início das licitações de forma viciada lá atrás...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - ...como o senhor colocou no começo. O senhor coloca isso de uma forma muito clara, fica muito patente isso, quando o senhor afirma que as licitações iniciais foram viciadas, vieram com erros, e depois o senhor continua afirmando que não houve prejuízos.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - A senhora me perdoe, mas eu estou com o entendimento de que está havendo aí uma superposição de relatórios, o do COMPERJ com o de SBM.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu estou falando da SBM.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Pois é, senhora, no relatório de SBM nós não constatamos nenhuma falha de projeto, nós não constatamos nenhuma contratação iniciada sem projeto básico ou FEED. Nós constatamos isso no COMPERJ. Na SBM o que nós constatamos foram aquelas cinco bandeiras vermelhas: pagamento de comissão muito elevada; pagamento a uma empresa, a mais de uma empresa; pagamento a empresas no exterior; uma denúncia que não chegou aqui, foi uma denúncia feita no exterior; e posteriormente os documentos que nós encontramos lá. Então, tudo que nós conseguimos identificar nós registramos no relatório. Agora não foi possível para nós identificar prejuízos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É lamentável isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Dando seguimento aos demais inscritos, seria o Deputado Félix Mendonça Júnior, que está ausente.

Com a palavra o Deputado João Gualberto. Em seguida, falarão os Deputados Izalci e Antonio Imbassahy, último inscrito.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Pedro, o senhor trabalhou na PETROBRAS de 2002 a 2014, é isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - A 2015.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - A 2015. De 2002 a 2015.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Perdão, Até março de 2015.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Março de 2015.

Sr. Presidente, me preocupam muito as últimas denúncias, principalmente a última do senhor sobre a UTC, que cita que foi oferecida e dada propina para Deputados e Senadores que participavam da última CPI para melar a CPI, para não ser ouvido. Se alguém levantasse essa questão naquela época, garanto que todos os Deputados e Senadores iriam achar que esse Deputado queria aparecer, mas aconteceu de fato na última CPMI sobre a PETROBRAS.

E me causou espécie quando um Deputado do PT começou a falar. Ele deveria estar fazendo perguntas ao Sr. Pedro, mas começou a falar de perdas que teve a PETROBRAS em 1998 ou 1997, sabendo ele que o Sr. Pedro não trabalhava lá naquela época, que esta CPI somente está investigando fatos a partir de 2005.



Então, eu fico pensando o que quer esse Deputado. Ele citou também que houve 1,5 bilhão em perdas nesse período de 1 ano, se não me engano, 1997, 1998. Eu queria lembrar a ele que somente em 2014, por conta de corrupção, a PETROBRAS perdeu 22 bilhões. Foram 22 bilhões só por conta de corrupção em 2014! E ele levanta um histórico duvidoso, de que ninguém nunca ouviu falar aqui, de perdas por acidente, etc. de 1,5 bilhão.

Então, eu acho que é uma preocupação minha e de todos que participam desta CPI essas colocações de alguns Deputados que, parece, só querem melar a CPI, e não se aprofundar nas coisas importantes que o Brasil todo quer saber, a corrupção na PETROBRAS.

Sr. Pedro, o senhor já foi perguntado aqui por vários colegas, e o senhor sempre não sabe, só trabalhava por demandas. Até entendo em parte. Mas, veja, o senhor agora já tem um período que saiu da PETROBRAS, início de 2015. Eu acho que deve passar um filme na sua cabeça: *“Poxa, quando nós ouvimos o Barusco lá atrás, eu percebia, ou achei, que era inocente, o caso da SBM”*. São todos esses casos que se passaram lá atrás, que naquele momento, como o senhor mesmo falou, o senhor estava envolvido, como todos os gerentes e funcionários da PETROBRAS, no pré-sal, novas plataformas, novos campos. O senhor estava entusiasmado com a PETROBRAS e não conseguia perceber nenhum enriquecimento de algumas pessoas, o que seria até normal. Eu acho que as pessoas comentam isso: *“Poxa, o Barusco está milionário de repente, com um pequeno salário.”* Isso é normal falar, é um mundo empresarial. Quando você vê algum desvio de conduta, começa a imaginar que tem alguma coisa estranha. Mas o senhor disse que nesse período em que trabalhou na PETROBRAS não percebeu nada e não quis se aprofundar também. Mas hoje, o senhor saiu, o senhor está vendo tudo isso que aconteceu na PETROBRAS, essa quadrilha que se instalou, parece-me, a partir de 2003. Eu queria saber o seguinte: o senhor percebeu alguma coisa a partir de 2002/2003, até o senhor sair da PETROBRAS, se tinha uma quadrilha organizada para assaltar a PETROBRAS ou não, mesmo depois que o senhor já tem conhecimento de tudo?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Durante o período em que eu estava trabalhando na PETROBRAS, eu não percebi o funcionamento ou a



operação de procedimentos espúrios. O que me foi dado a perceber foi apurado dentro dos limites que nós poderíamos apurar. Então, uma vez que foram deflagradas operações como a lava-jato, a todas as demandas que nos foram apresentadas nós procuramos atender da melhor maneira, inclusive comparecendo lá por três vezes para prestar depoimentos, alguns dos quais até foram parcialmente comentados aqui durante esta reunião.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O.k. Tecnicamente, o senhor já respondeu isso, durante o período em que o senhor trabalhou. Mas, depois que o senhor saiu da PETROBRAS, com todo esse vasto conhecimento, com toda essa documentação, com tudo que foi noticiado pela imprensa, o senhor hoje não faz um retrato diferente? O senhor, como um cidadão, coronel da reserva, com currículo muito bom, não acha que poderia contribuir? Depois de tudo isso, o senhor não pode contribuir realmente com esta CPI?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Senhor, honestamente, a tudo o que eu pude responder aqui, estava dentro do meu conhecimento, eu respondi. E eu tenho procurado não só contribuir com a CPI, mas também com o Ministério Público, com a Controladoria-Geral da União e com órgãos que demandem alguma questão. Então, a minha postura tem sido aberta neste sentido: o que eu disponho de informação, eu não tenho nenhuma razão para mascarar.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Olha, o senhor percebe que contribuiu muito pouco hoje com esta CPI. É claro que o senhor contribuiu muito pouco! O cidadão comum que tem acompanhado o desenrolar dessa corrupção na PETROBRAS hoje já tem um vasto conhecimento. Mas o senhor tem muito mais! O senhor esteve 12 anos lá fazendo isso, e não percebeu. Hoje o senhor não tem conhecimento e não tem condições de apresentar para nós aqui e dar algum parecer? Por exemplo, a quem interessou essa corrupção toda? O senhor acha que foi ao Barusco, ao Paulo Roberto Costa, ao Youssef? Foi só a eles, ou interessou a alguns políticos? Quem o senhor acha que foi o chefe disso tudo? O senhor não pode contribuir com isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Senhor, no que eu posso contribuir se refere a elementos de que eu tenha fatos e dados. Do que eu não tenho fatos e dados, infelizmente, eu não posso contribuir.



O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O senhor deseja interromper um pouquinho?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Eu não sei quanto tempo mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Só falta um Deputado.

Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio, Deputados, amigos todos, eu vou me ater aqui à SBM. Poderia ser uma coisa mais ampla, como muitos já fizeram, mas eu quero me ater à SBM, até porque temos no momento a denúncia muito forte de um conluio que teria acontecido entre a PETROBRAS, a própria SBM e a CGU, acobertando uma investigação, que deveria ter sido revelada à população brasileira logo nos meados do ano passado. Mas eu faço aqui algumas considerações para o Sr. Pedro.

Primeiro, logo no início da sua apresentação, e no final também, V.Sa. repete que foram cinco fortes indícios. E, realmente, fortíssimos indícios! Porque pagar 130 milhões de dólares ao intermediário de negócio com a PETROBRAS por si só já é uma suspeita muito grande. Ademais, foi caracterizado também que de apenas uma empresa ele recebia o percentual dele, 1%, e os outros, até 4%, eram pagos, depositados pela SBM em empresas sediadas nas Ilhas Virgens, outra revelação, como disse o Deputado Celso Pansera, também muito forte. Depois houve a denúncia de um técnico da SBM de que se pagava propina aqui no Brasil. Aliás, até sobre esse ponto o senhor disse que não chegou aqui. Para mim, é uma coisa terrível dizer que não chegou aqui! Certamente chegou à PETROBRAS. Uma denúncia desta! Não pode simplesmente se achar que não chegou aqui e está tudo bem, porque não veio documento para o Brasil. Por fim, há também os documentos sigilosos que V.Sa. encontrou na Holanda, documentos reservados, com arquivos inclusive identificados. Então, são cinco indícios fortíssimos.

V.Sa. fechou esse relatório em meados de abril, até porque o prazo era 27 de março, e entregou a quem dentro da PETROBRAS? É a primeira pergunta que eu faço: a quem o senhor entregou esse relatório dentro da PETROBRAS?



O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Entreguei o relatório à autoridade que instituiu a comissão, que foi a Presidente da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - E, a partir daí, o que foi feito pela Presidente da PETROBRAS no momento em que V.Sa. entregou um relatório contendo esses indícios fortíssimos de propina dentro da empresa? O que ela fez?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Ela acolheu a recomendação que nós fizemos, e com isso o relatório foi encaminhado aos órgãos de controle — TCU, CGU e Ministério Público Federal.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Internamente o que se fez?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Internamente não tinha sido identificada responsabilidade objetiva, a não ser no momento em que foi caracterizada a autoria do envio do documento, e eu aí não posso precisar. Mas, se não me engano, o Dr. Jorge Zelada já não era mais empregado da PETROBRAS e a PETROBRAS não teria mais condições de adotar qualquer medida do ponto de vista trabalhista em relação a ele, e as medidas, do ponto de vista legal, estavam já em curso pelas investigações do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Internamente nada se fez. É isso, resumindo. Apenas pegou esse relatório e encaminhou para a CGU, para o Ministério Público, para o TCU, e mais nada se fez. Do ponto de vista prático, foi isso. Muito bem.

Em meados de maio, o senhor aqui afirmou que o Sr. Bruno Chabas, da SBM, informou que houve pagamento de propina a técnicos da PETROBRAS. O que se fez dentro da PETROBRAS a partir dessa informação do principal da SBM?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - A PETROBRAS suspendeu a participação da SBM nas licitações e também informou aos órgãos de controle da Justiça que havíamos recebido aquela informação em data subsequente, se não me engano, foi em torno de 23, 27, 28 de maio. Dia 14 que isso se passou.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Mas V.Sa. deve ter acompanhado o depoimento da ex-Presidente da PETROBRAS, Maria das Graças Foster, que esteve aqui no Congresso Nacional após esse fato, e simplesmente omitiu essa informação, que era preciosíssima para a CPI naquele momento. Ela



praticamente nada falou sobre essa questão. Foi até acusada de ter mentido durante o depoimento dela na CPI.

Eu quero concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizendo que, em relação a essa denúncia de conluio que teria havido entre SBM e PETROBRAS e CGU por parte da PETROBRAS, com o depoimento do Sr. Pedro Aramis, para mim, não há a menor dúvida de que a PETROBRAS, mais do que negligenciar, simplesmente omitiu e participou efetivamente de um acobertamento desse processo. Só veio a ser revelado esse processo, praticamente, nas investigações pela CGU, depois do segundo turno. Essa é a denúncia grave que nós queremos aqui investigar. Então, o meu convencimento, por parte da PETROBRAS, a partir do depoimento de S.Sa., é o de que a PETROBRAS mais do que negligenciou, teve uma ação criminosa, escondeu da população brasileira um fato relevante que pode ter influenciado inclusive nas decisões do destino do Brasil, tudo que a gente está vendo hoje aqui. Então, com relação à PETROBRAS, não tenho mais nenhuma dúvida.

Espero, Sr. Presidente, que, com essa documentação toda que nós obtivemos em Londres e que foi entregue pelo Sr. Jonathan Taylor, advogado número 2 da SBM, até então, nós possamos também interrogar o ex-Ministro Jorge Hage, cuja presença já foi providenciada pelo Presidente Hugo Motta, para que ele esclareça o que teria havido.

Dentro da PETROBRAS, não há dúvida alguma, vamos ver agora como foi feito esse casamento com a CGU. Por parte da SBM, quem esteve em Londres, como o Deputado Celso Pansera — estivemos juntos lá —, viu uma vasta documentação que mostrava que a SBM também procurou iludir a população brasileira e escondeu esse fato tão grave que trouxe estas consequências todas que hoje nós estamos vivenciando no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Antonio Imbassahy.

Para encerrar, passo a palavra ao Sr. Pedro Aramis para fazer suas considerações finais.



O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA - Apenas agradeço a todos pela oportunidade de participar aqui e contribuir dentro daquilo que estava ao meu alcance.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa., que está dispensado.

A próxima testemunha é o Sr. Fernando Leite Siqueira, Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS. Convido-o para tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

Solicito à Taquigrafia que faça constar nas notas taquigráficas a decisão da Presidência sobre as solicitações de inserções na ata. *(Pausa.)*

Sr. Fernando Leite Siqueira, V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto-o ainda de que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal fará incidir sobre si as penas culminadas no crime de falso testemunho previsto no art. 342 do Código Penal.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

V.Sa. tem até 20 minutos para fazer sua saudação inicial.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Eu queria fazer uma apresentação, Sr. Presidente, é possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim.

(Pausa prolongada.)

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. É uma satisfação estar aqui na CPI tentando colaborar no que for possível. Eu queria fazer uma apresentação, porque, quando entrei na PETROBRAS, em 1972, o Presidente Geisel fez um decreto permitindo que a PETROBRAS comprasse no mercado nacional até pelo dobro do preço internacional. *(Segue-se exibição de imagens.)* Nós fizemos, na PETROBRAS, um plano de nacionalização e passamos a visitar empresas, passamos a transferir



tecnologia e conhecimento da PETROBRAS, do Centro de Pesquisa, para essas empresas, e foram formados 5 mil fornecedores de equipamento de petróleo, competindo com as empresas estrangeiras no estado da arte. Veio o Governo Collor e eliminou aquela vantagem do Presidente Geisel e baixou as tarifas internacionais de 30%. Foi o primeiro golpe. No Governo Fernando Henrique foi criado o REPETRO, o Decreto nº 3.161, que isentou as empresas estrangeiras de imposto de importação, e não isentou as empresas nacionais do ICMS. O resultado foi que as 5 mil empresas foram desmontadas e as que sobraram foram compradas por empresas multinacionais que estão hoje no Brasil — GE, FMC, Siemens, etc. Então, foi uma perda muito grande para o nosso País, não só de técnicos e de tecnologia, como também de remessa de lucros, que hoje... No ano passado o Brasil teve um déficit de 81 bilhões, neste ano pode se superar esse déficit. E em tudo isso tem maior peso a remessa de lucros para o exterior. Quando se criou a Lupatech, nós do fundo de pensão achamos uma ideia boa, que era retomar a nacionalização das obras, a nacionalização das construções por empresas e estaleiros genuinamente nacionais. Então, achamos que a ideia era — e continuamos achando — boa. Nós vimos que teve desvios, mas o desvio tem que ser corrigido. Não se pode matar a ideia porque houve desvios. Assim como as empresas multinacionais cometem desvios frequentes no mundo inteiro, e nem por isso são desmanteladas, desmontadas. A própria CPI, às vezes, resvala para uma disputa partidária e esquece o objetivo principal, mas nem assim a CPI deixa de ser uma das instituições mais importantes, mais necessárias do Congresso Nacional. Então, a PETROBRAS sofreu ataques e sofre ataques há muitos anos, nem por isso deixa de ser a empresa mais estratégica e mais importante do nosso País. Próximo, por favor. Toda essa pressão sobre a PETROBRAS, sobre o nosso País, sobre o nosso Governo é porque o petróleo é a fonte mais eficiente de energia, que é fácil de extrair, transportar, responde por 93% do transporte mundial e a sua eficiência é tão grande que, no Oriente Médio, ele tem uma relação energética de 100 para 1, ou seja, com 1 unidade de energia, nós conseguimos obter 100 unidades de volta. Quando vamos para águas ultraprofundas, essa relação cai para 23 para 1. Mas o segundo colocado, que é o carvão, tem uma relação de 9 para 1, e a biomassa, de 2 para 1. Próximo. Também o petróleo é matéria prima para mais de 3 mil produtos



que nós usamos no dia a dia. Oitenta e cinco por cento dos bens de uso comum vêm de produtos do petróleo: componentes eletrônicos, remédios, câmeras fotográficas, telefones celulares, computadores. Enfim, são 3 mil produtos que dependem da matéria-prima do petróleo. Só que, a partir dos anos 80, o consumo de petróleo passou a superar o descobrimento. Nós chegamos hoje a uma relação alarmante em que, para cada barril que descobrimos, quatro são consumidos. Então, vamos ter crise. Os países desenvolvidos calcaram todo o seu desenvolvimento nesse energético, e não têm reservas. Nós vamos mostrar isso. Nós temos aqui um quadro de reservas mundiais. Os Estados Unidos têm uma reserva, incluindo o *shale gas*, ou gás de xisto — mas o *shale gas* é o gás de folhelho —, de 30 bilhões de barris e consomem 10 bilhões por ano, ou seja, consomem um terço das suas reservas por ano, estando, portanto, numa insegurança energética extremamente forte, extremamente grave. A Europa está em pior situação, porque não tem reservas. Na Ásia, só a China tem 12 bilhões de barris e consome 6 bilhões por ano; Japão e Coreia não têm. Então, os países desenvolvidos querem o petróleo onde ele estiver. E quando o Brasil descobre uma província que tem hoje descobertos 70 bilhões de barris e pode chegar a 300 bilhões, ou seja, ser a maior reserva do mundo, então a cobiça internacional se volta para o País. Em 2013, o Vice-Presidente americano, Joe Biden, veio pessoalmente conversar com a Dilma, trouxe junto os *black blocks* e, segundo um artigo de um jornalista americano, e os Anonymous, que provocaram o movimento de 13 junho — onde o Biden vai eles vão atrás; caiu a popularidade da Presidente; e ela entregou 60% do maior campo do mundo, que é o Campo de Libra, para multinacionais. Outra fonte de pressão sobre o Brasil é o cartel internacional do petróleo. Por que está separado aqui o braço europeu do braço americano? Porque, quando houve o leilão de Libra, eu disse, lá no Senado, uma semana antes, quando me convidaram para uma audiência pública sobre espionagem: *“Quem vai concorrer é esse braço, que é o braço europeu. Esse é o braço americano, que não vai concorrer porque coloca em risco a anulação do leilão”*. Estava no auge da denúncia do Edward Snowden. Então, se os Estados Unidos, o braço americano, entrasse no leilão, eles propiciariam uma ação judicial contra a espionagem, usando a espionagem. Então, esse braço foi quem ganhou: a Total, com a Shell e duas empresas chinesas. A



Shell e a Total pertencem ao mesmo dono, que é essa REPSOL, que é a irmã mais nova. Era uma empresa espanhola, foi comprada pelo Santander, que, por sua vez, foi comprada pelo Royal Bank of Scotland. Portanto, pertence ao grupo Rothschild. Esses dois blocos pertencem às famílias Rothschild e Rockefeller. Isso aqui mostra que, no mundo, os países exportadores de petróleo, que são esses daqui, têm uma média de ficar com 84% da renda de participações governamentais no petróleo. Em Libra, a gente está ficando com 40%. Na Lei de Concessão, a Lei nº 9.478, o Brasil fica com 10% de *royalties* e 20% de impostos, ou seja, 30% em dinheiro, menor do que a menor participação do mundo. É o contrato de concessão que estão defendendo voltar. Então, a menor participação governamental do mundo é o contrato de concessão do Brasil. A média dos países exportadores é de 84%; a Venezuela fica com 92%; a Noruega fica com 82%. Então, a Noruega era o segundo país mais pobre da Europa e, na década de 60, descobriu petróleo no Mar do Norte, criou uma estatal, administrou corretamente e hoje é o país mais desenvolvido do mundo, porque empregou essa renda na educação, na saúde e na tecnologia. Hoje vende equipamentos, vende projetos, tem empresas certificadoras, ou seja, ganhou, nos últimos 5 anos, o melhor Índice de Desenvolvimento Humano do mundo. Então, nós, hoje, temos uma chance, uma alternativa. Ou nós mantemos a PETROBRAS como operadora única e viramos uma Noruega, ou nós abrimos mão da PETROBRAS operadora única, viramos uma Nigéria, um Gabão ou uma Angola. Os países que têm petróleo e o entregaram para multinacionais são hoje os países que estão na miséria. Isso aqui mostra que as grandes descobertas ocorreram até 2000. Não deverão ocorrer novas descobertas. O pré-sal talvez tenha sido a última grande descoberta de petróleo. Assim mesmo, está aqui nesses tracinhos. Técnicos renomados, como Colin Campbell, do Instituto Francês do Petróleo, preveem que nós estamos atingindo o pico mundial de produção de petróleo. A tendência é uma queda daqui por diante, porque o consumo não deve cair muito, mas a oferta vai cair drasticamente. Aqui eu falo da Noruega. Eu já falei que, até a década de 60, era o segundo país mais pobre. Ela, além de se tornar o país com o melhor IDH, ainda tem reservas de 9 bilhões de barris e um Fundo Soberano de 900 bilhões de euros para quando o petróleo acabar. Os noruegueses vão ter o resultado ainda em cima desse Fundo. Por outro lado, os países que entregaram o seu petróleo para



multinacionais estão todos na miséria: Gabão, Nigéria, Angola, Iraque, Líbia e outros. O sucesso dos noruegueses se deve ao fato de a Noruega ter criado uma estatal para produzi-lo e usado o petróleo para desenvolver sua indústria, tecnologia, educação e saúde. Esta foi a ideia para a criação da Sete Brasil, quer dizer, incentivar a retomada de empresa genuinamente nacional para fabricar, criar tecnologia e manter o lucro dentro do País. Aqui é a província do pré-sal, de que eu falei. Ela vai de Santa Catarina até o Espírito Santo. Nessa chamada Baleia Azul, pelos baianos, e Picanha Azul, pelos gaúchos, está previsto ter 100 bilhões de barris, dos quais 70 já foram descobertos nesse núcleo e uma parte aqui, no Espírito Santo. Agora, segundo o ex-diretor Guilherme Estrella, nesse intervalo entre essa linha lilás e a linha limite da reserva do pré-sal, hoje teórica, ainda existem grandes prospectos, embora na profundidade de 3 mil metros, o que já não é mais problema. Então, existe uma possibilidade de ter mais 200 bilhões de barris nessa região. Aqui são as leis, que vocês conhecem perfeitamente: a Lei nº 12.351, que altera o contrato de concessão para partilha; a Lei nº 12.734, que modifica os *royalties*. O art. 42 dessa lei proíbe que os *royalties* pagos sejam devolvidos em petróleo — o leilão de Libra infringiu esse artigo da lei e mais outros; e a Lei nº 12.276, que deu à PETROBRAS a cessão onerosa. Aqui é para mostrar para vocês a importância de nós termos empresas nacionais. Esse é um esquema de um sistema de produção em águas profundas. Nós temos aqui três gargalos, que são a perfuração a 7 mil metros, incluindo 2.200 de lâmina d'água; esse conjunto de válvulas controlado remotamente — a PETROBRAS tem participação em 80% dessa tecnologia, mas a PETROBRAS não fabrica isso, ela repassa isso para os fabricantes e depois compra. E tem aqui a linha flexível, que tem uma tecnologia fantástica. A PETROBRAS inclusive criou uma empresa fabricando no Brasil. Mas eu quero me ater aqui à perfuração, que é objeto da Sete Brasil: construir plataformas para produção, para perfuração. Sobre essa tecnologia houve até uma pergunta de um Deputado ao Presidente da Sete Brasil. Ele perguntou por que a PETROBRAS não perfurou esses poços com plataforma própria. Carneiro, infelizmente, não respondeu, mas eu diria que é simples: nenhuma das petroleiras — nenhuma — tem a sua perfuradora. Nenhuma. Não é usual as petroleiras perfurarem poços. Também não é usual elas fabricarem esses equipamentos. Eles compram de especialistas.



Então, o que ocorre? Vou citar um exemplo particular, que é a Transocean, a empresa que furou para a British Petroleum no Golfo do México e causou um acidente, porque a operadora British Petroleum mandou-a economizar na cimentação e, economizando na cimentação, o tubo de revestimento se partiu, e deu um desastre que afundou a plataforma. A mesma Transocean perfurou para a Chevron na Bacia de Campos, no Campo de Frade, e também, mandada, economizou na cimentação do primeiro... Ela furou dois reservatórios. Quando furou o primeiro, tinha que isolá-lo, cimentando, para chegar no segundo. Ela não fez isso, e a pressão do segundo reservatório era maior; tiveram que aumentar o peso da lama, e o peso da lama, mais a pressão de baixo, fluíram para o reservatório superior e arrombaram o seu invólucro. Então, a Transocean furou no Golfo do México com problema; furou no Brasil com problema; e já furou 30 poços no pré-sal sem problema nenhum. Por quê? Porque a PETROBRAS, sendo uma estatal controlada pelo Governo, pela sociedade, não transige com a segurança por efeito de economia. A PETROBRAS não visa apenas ao lucro; a PETROBRAS tem uma função social. Então, a PETROBRAS não transgride a segurança, usando esse tipo de economia. A Lei nº 9.478, como eu já falei, paga 10% de *royalties* e 20% de impostos, tudo em dinheiro. O petróleo é todo da empresa que produz. Aqui são alguns telegramas — estou resumindo bastante a palestra — que na época do Campo de Libra saíram na imprensa como denúncia do WikiLeaks. Diz assim a Patricia Pradal, Diretora da Chevron: *“A estratégia das petroleiras para barrar o novo marco regulatório do Pré-Sal é fazer um forte lobby no Senado por meio do IBP, da ONIP”* — que é a Organização Nacional da Indústria do Petróleo — *“e da FIESP”*. Vocês conhecem bem a FIESP. Fizeram oito audiências públicas aqui, sendo seis no Senado e duas na Câmara, cada audiência com cinco mesas, cada mesa com dois lobistas. Portanto, foram oitenta palestras. E eu pedi para fazer o contraponto, deram-me 10 minutos numa das mesas. Outro telegrama, para o Consulado do Rio, dizendo que *“as petroleiras”* — o lobby contra a partilha — *“não terão mais, como em outros países, a concessão dos campos sendo donas do petróleo. No Pré-sal o modelo é de partilha. A União é a dona”*. Carla Lacerda, Diretora da ExxonMobil, disse que o controle da PETROBRAS sobre as compras de equipamentos e tecnologias e seus serviços poderá prejudicar os fornecedores americanos, porque a



PETROBRAS compra no Brasil. Então, é a ExxonMobil reclamando. E hoje uma das grandes lutas na mídia é para acabar com a exigência do conteúdo local; é tirar a PETROBRAS de coordenadora única e acabar com a exigência do conteúdo local. Aqui é a mídia comentando. Os telegramas mostram como as petroleiras estão aborrecidas com a nova lei, em especial com a PETROBRAS sendo operadora única. E recomendaram — essa aqui é importante: *“É preciso atuar com muito cuidado, para não despertar o nacionalismo dos brasileiros”*. Repetindo: *“É preciso atuar com muito cuidado, para não despertar o nacionalismo dos brasileiros”*. Então, a minha função aqui, Presidente, é despertar o nacionalismo dos brasileiros.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, os 20 minutos do expositor já foram concluídos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A apresentação já está próxima ao fim?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Está próximo. Está terminando.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - A gente aqui, Presidente, não quer tomar (*ininteligível*). A gente quer falar sobre a CPI da PETROBRAS, com todo o respeito ao expositor. Vamos lá, para a gente acelerar e entrar nos trabalhos, porque daqui a pouco abrem os trabalhos da Ordem do Dia e a gente tem que trabalhar. Parabéns pela aula, mas vamos ao que interessa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vou pedir a V.Sa. apressar um pouco.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Bom, aqui é um cálculo mostrando que, na verdade, o Brasil ficou com 40% ou menos no Campo de Libra, ao contrário do que mostra a Rede Globo. Eu vou encerrar, atendendo aí à solicitação do Deputado. O assunto é muito vasto, e eu resumi o máximo que eu pude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Passo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio, Relator desta CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. desempenhou algum papel, ou desempenha algum papel, alguma atividade profissional, depois da sua aposentadoria na PETROBRAS?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Não, Relator Luiz Sérgio. Eu me aposentei da PETROBRAS e passei a trabalhar exclusivamente na Associação dos



Engenheiros da PETROBRAS, levando para o Brasil... E, trabalhando aqui no Congresso, fiz algumas participações em audiências públicas. Então, presidi a Associação por cinco períodos. Hoje sou Vice-Presidente e faço uma média de 80 palestras pelo Brasil, tentando levar para as pessoas a realidade da questão do petróleo: que a PETROBRAS é a empresa que tem sob seu encargo um dos produtos mais estratégicos do mundo. Sou Vice-Presidente do Clube de Engenharia — também é não remunerado — e sou Vice-Diretor de Administração do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Na apresentação que V.Sa. fez, V.Sa. disse que, ainda no Governo Geisel, ele tomou uma decisão política de comprar os produtos no Brasil, mesmo que custassem até três vezes mais caros...

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Até o dobro.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Até o dobro, 100% a mais, que era para poder desenvolver uma cadeia de empresas fornecedoras para a PETROBRAS, para desenvolver uma indústria nacional. E, já em uma das últimas exposições, V.Sa. se refere à Sete Brasil.

V.Sa. faz uma relação entre o que foi feito no Governo do Geisel, para se construir uma indústria fornecedora para a PETROBRAS, com o esforço que vem sendo feito com a Sete Brasil, para fornecer as plataformas de petróleo para a PETROBRAS?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Sim. Eu esqueci de dizer que eu sou Vice-Conselheiro da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social. E, quando a Fundação discutiu, no Conselho, a compra de ações dessa entidade, eu fui favorável exatamente por isso: porque a perspectiva era de desenvolver estaleiros, fabricantes nacionais, e comprar predominantemente no Brasil. Quer dizer, havia uma perspectiva de conteúdo nacional na faixa de 60%. Então, eu achei a ideia muito boa e lamento que ela tenha tido um percalço. Mas a empresa continua existindo. Reduziu o número de plataformas, mas eu acho que, no geral, é extremamente positiva a ideia de construir no Brasil com empresas genuinamente brasileiras.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Do ponto de vista da AEPET, que é a Associação de Engenheiros da PETROBRAS, V.Sa. acompanhou a criação da Sete Brasil, defendeu os investimentos, e esse projeto e esse modelo, são um projeto e



um modelo que V.Sa. defende. Isso não significa defender os problemas que ocorreram, mas...

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Claro! Defendo a punição total para os que corromperam a ideia, mas de que a ideia é boa não tenho dúvida.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E em virtude das denúncias de que o estaleiro estaria envolvido em pagamento de propina para pagamento da PETROBRAS e dirigente da Sete Brasil, como o Sr. Pedro Barusco, como uma pessoa que acompanhou todo esse processo, que opinião V.Sa. tem sobre esse caso?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Eu acho extremamente lamentável que isso tenha ocorrido e defendo a punição bastante exemplar para os que ocasionaram desvios. Mas, repito, o fato de ter havido esses percalços não invalida a ideia da empresa para gerar emprego, tecnologia e recursos, lucros, para o País.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conhecia o Sr. Pedro Barusco?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Conhecia. A gente trabalhava em departamentos diferentes, mas eu o conheci, na época. Inclusive, fui chefe do Paulo Roberto Costa. Mas, como eu estou há 20 anos aposentado, então, quando eu os conheci, eu os reputava engenheiros competentes e não desconfiava de absolutamente nada sobre isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O juízo de valor que tinha do Sr. Pedro Barusco era de um engenheiro competente?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Competente. Um bom projetista. Foi chefe de projeto algum tempo. Ele fazia projetos para o meu departamento. Ele era bastante competente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Foi tão competente que, segundo declaração dele aqui, roubou durante um longo período sozinho e não dividiu com ninguém. V.Sa. acredita nessa tese, ou acha que ele está escondendo alguma coisa de alguém?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Não, parece que ele dividiu com o Duque, com o chefe dele.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, mas houve um período em que ele disse que não dividiu. Ficou com ele sozinho.



O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - É possível.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Embora ocupasse um cargo intermediário ali.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - É. Nessa intermediação aí com a SBM, como ele falou, parece que levou algumas propinas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. também acompanhou o processo em que a PETROS também comprou e entrou como participante da empresa Sete Brasil?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Sim. A gente, como Conselheiro, foi informado... Embora tenha de um lado aí o Paulo Brandão, ex-Diretor e meu titular, como Conselheiro, nós, infelizmente, na PETROS, o participante não tem mais muita voz ativa. No Conselho Deliberativo tem três eleitos e três nomeados pelo Governo, mas o Governo tem o voto de desempate. Então, os Conselheiros não têm chance nenhuma de ganhar alguma luta. Infelizmente, era isso na gestão Fernando Henrique e se manteve na gestão PT. Então, nós não tínhamos como reprovar. Mas, no caso da Sete Brasil, a gente considerou uma ideia boa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, a PETROBRAS também decidiu por grandes projetos, como a Refinaria Abreu e Lima, o COMPERJ, o Gasoduto GASENE. V.Sa. acompanhou isso mais de perto ou só por notícias? Qual é a posição de V.Sa. em relação a esses projetos?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Nós, da AEPET, fizemos algumas cartas para os presidentes, inclusive para o Presidente Grabrielli, depois para a Presidente Graça Foster. Nós reprovávamos a forma de contratação que foi criada em 2004, que era contrato tipo EPC — Engineering, Procurement & Construction, engenharia, fornecimento de material e construção. Por que isso? Porque não tinha um projeto básico. Sem um projeto básico era feita a contratação por pacote. Esse pacote era uma regressão à década de 50, porque, na década de 50, a PETROBRAS comprava as suas instalações no regime *turn key*, que dizer, virava a chave, recebia pronto. E, com esse sistema epecista, você tem uma empresa que faz o pacote, e essa empresa subcontrata as suas eventuais concorrentes. Ou seja, permitia uma combinação entre elas para que a titular do pacote contratasse aquelas que teoricamente perdiam a concorrência. Então, havia uma combinação, e



isso sistematizou o cartel. Nós denunciávamos esse contrato epecista e chegamos a pedir uma audiência ao Presidente Gabrielli, que foi o primeiro presidente a não receber a AEPET. Mas Gabrielli teve um papel importante na época da elaboração da lei. Ele foi um defensor... Nessas audiências públicas promovidas, o Gabrielli foi um defensor, junto com o Estrella, do contrato de partilha. Mas ele não recebeu a AEPET, e a gente questionou muito essa contratação epecista. Questionamos a Graça. Agora mandamos uma carta para o Presidente Bendine, para termos uma conversa. Inclusive nós somos contra desfazer de ativos como a BR, desfazer de ativos como o do pré-sal. Tem campos lá de 1 bilhão de barris descobertos, e a Diretora de Exploração disse que quer vender ativos do pré-sal para dividir risco. Ou seja, vamos vender bilhete premiado para dividir risco. Isso não existe. Então, nós questionamos vários pontos: a terceirização na PETROBRAS. Nós desconfiamos que a P-36 foi sabotada; que se infiltrou um suposto terceirizado para sabotar a plataforma, e ela afundou. Foi dito aqui: nós tivemos 62 acidentes em 2 anos, 98 e 99. Para um histórico de menos de 1 acidente grave por ano, nós tivemos 62 em 2 anos. Tivemos o derrame na Baía de Guanabara, o derrame lá no Paraná, que são atitudes absolutamente inexplicáveis que técnicos da PETROBRAS cometerem erros tão infantis. Na P-36, o relatório mostra que havia uma válvula lá que jamais poderia estar aberta, e ela estava aberta. Foi o que propiciou a migração da pressão do óleo para dentro de um tanque que estava inativo, e ele explodiu. Então, nós mandamos documento para o Ministério Público, para a Marinha, solicitando a investigação de possibilidade de sabotagem, porque naquela época havia um processo de desnacionalização da PETROBRAS que inclusive chegou a receber o nome de PETROBRAX. Então, a AEPET teve essa visão, e nós condenamos muito o epecismo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas essa é uma tese que vocês defenderam.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É uma tese.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - É. O epecismo foi criado em 2004, mas já vinha sendo, de uma certa forma, praticado. Ele só foi sistematizado.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, dentro dessa tese que vocês defendem, de que na P-36 possa ter havido uma sabotagem, e, mesmo existindo as corrupções que estão evidenciadas, V.Sa. também é defensor da tese de que há um certo ataque à PETROBRAS enquanto o seu projeto em decorrência do pré-sal? Esse é a tese que defende a AEPET?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Claro. Nós sabemos que... Quando o pré-sal saiu, nós nos preparamos para ter um ataque muito mais forte da mídia, que infelizmente obedece muito mais a interesse estrangeiro do que ao nacional, ou defende nos seus editoriais — nós temos aí jornais defendendo, num dia ou numa semana, a PETROBRAS sair do pré-sal como operadora única, e, no outro dia fazendo um editorial para abrir o mercado de engenharia brasileiro para empresa estrangeira. Ora, um dos poucos segmentos que restam nacionalizados no Brasil é a engenharia. E a engenharia... Não é porque eu sou engenheiro, mas a engenharia é o pilar do desenvolvimento tecnológico, de construção e de evolução econômica de um país. E a engenharia brasileira está sendo desmontada. E nisso tudo aproveitou-se a denúncia sobre a PETROBRAS... E, aliás, todas as empresas de petróleo têm denúncias até mais graves do que a PETROBRAS. Tem denúncia de assassinato do Enrico Mattei, na Itália; do Jaime Roldós, no Equador; do Omar Torrijos, no Panamá; a deposição do Mohammad Mossadegh, no Irã; o assassinato de sete poetas na Nigéria, porque denunciaram que a Shell poluiu as terras do povo ogoni; tem o acidente do Alasca, enfim, há uma série... Tem muitas das empresas no mundo inteiro. E a PETROBRAS teve aí uma denúncia de corrupção que eu achei que é muito boa para ela sair dessa, porque aí acaba ou diminui drasticamente. E a PETROBRAS tem muita condição. No meio desse tiroteio, ela ganhou pela terceira vez o Oscar da indústria do petróleo. Nenhuma empresa do mundo ganhou três vezes. Então, a PETROBRAS tem um corpo técnico de 68 mil funcionários competentes, sérios e que foram manchados por meia dúzia de pessoas que caíram na fraqueza de se entregar por cargos, etc. Então é fundamental, Deputado, que a gente saiba que a pressão da mídia internacional e a exacerbação... Claro que eu acho que corrupção tem que ser banida e tem que ser punida drasticamente, mas, por exemplo, a Operação Zelotes envolveu 500 bilhões de reais, que é quase 100 vezes o prejuízo da PETROBRAS. E a Operação Zelotes não aparece na imprensa.



Temos aí a operação do HSBC, o SwissLeaks, que também sumiu da imprensa. Mas a PETROBRAS está em páginas, e páginas, e páginas sendo detratada, e exacerbada a condição da corrupção. Eu repito: eu sou a favor de punição, de erradicação da corrupção, mas não de usar isso para, oportunisticamente, apresentar um projeto de lei tirando a PETROBRAS de operadora única.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. disse aqui: a PETROBRAS tem um quadro técnico exemplar. E nós reconhecemos isso. Só um quadro técnico exemplar poderia desenvolver uma tecnologia para extração de águas profundas, bater o recorde. Tudo isso nós louvamos. Agora, nos causa estranheza que os mecanismos de controle da PETROBRAS, auditorias, ouvidorias... Hoje nós ouvimos aqui o ex-Gerente de Segurança Empresarial da PETROBRAS. Então, esse pessoal nunca pegou nada, nunca viu nada. Quer dizer, então há um cartel sendo denunciado, e também não sabia. Quer dizer: se, por um lado, o quadro técnico para buscar petróleo, descobrir petróleo, botar os poços em produção era excelente, por outro lado, que era o lado que tinha para zelar, para evitar o cartel, para evitar o roubo, vacilou? As pessoas não desempenharam bem a função? Como a Associação de Engenheiros da PETROBRAS se posiciona diante desse fato?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Eu vou citar um exemplo, Deputado. Talvez resuma bastante. Nós tínhamos um colega nosso, o Gesio, que era Gerente do Gasoduto Coari-Manaus. E o Gesio, como Gerente, detectou um sobrepreço de cerca de 100%. Ele denunciou isso na Diretoria, foi punido e perdeu o cargo — o Gesio morreu de infarto. Mas não satisfeito, veio aqui, conseguimos fazer uma CPI, e dez Parlamentares foram lá ver a obra. Infelizmente, foram, provavelmente, bem tratados, enrolados, e chegaram aqui e fizeram um relatório dizendo que a obra não tinha problema, que era excelente. E foi uma obra sobrefaturada em mais de 100%. O Gesio morreu de desgosto, numa mesa, sem ter o que fazer. Era o Gerente de Obra, e com essa...Então, isso assusta a gente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas não é o primeiro que morre, porque o jornalista — que agora está me fugindo o nome — denunciou a corrupção dizendo que diretores da PETROBRAS tinham recursos na Suíça, e a PETROBRAS, em vez de investigar, resolve... O Francis, Paulo Francis...

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Paulo.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A PETROBRAS, em vez de investigar, processa o jornalista. Quer dizer que, pelo menos, nesse aspecto, agora mudou. Quer dizer, não tem nenhum jornalista sendo processado porque está denunciando corrupção na PETROBRAS. Então, é um...

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Da história do Paulo Francis, eu vou dar a minha versão, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, Deputado Izalci; não. A família do Paulo Francis, agora, tem o direito, inclusive, de pedir uma indenização, porque quando o Barusco disse que estava roubando desde 1997, e aí ele já tinha conta lá no exterior, ele é a prova cabal, concreta, perceptível de que o Paulo Francis tinha razão. Então ele, o Paulo Francis, nesse aspecto...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não era quadrilha. Não era quadrilha.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, mas ele disse, ele não...Mas tinha.
(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A PETROBRAS, em vez de investigar, processou o jornalista. Eu estou falando de mudança de postura.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Eu vou dar a minha versão desse fato, porque ele também colocou a AEPET nesse... O Paulo Francis. O Paulo Francis fez várias matérias naquele programa...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - *Connection...* É isso: *Manhattan Connection*. Obrigado. E o Paulo Francis malhava os petroleiros como ladrões, enfim, inescrupulosos, etc. E um dia nós entramos com um processo contra ele. E o juiz disse: “*Não, mas isso aí é liberdade de expressão*”, e tal. Aí veio um terceiro artigo, dizendo assim: “*Sugiro que os brasileiros comprem metralhadoras Uzi e fuzilem esses petroleiros corporativistas*”. Aí, o juiz deu seguimento à nossa ação. Mas foi colocado um advogado competentíssimo, e ele foi inocentado. Então, o Paulo Francis se encheu de impunidade e declarou, no *Manhattan Connection*, que os diretores da PETROBRAS eram ladrões. E aí a PETROBRAS o processou lá nos Estados Unidos, porque esse foi um programa lá, e lá a Justiça funcionou, ele foi processado. Então, era uma pena muito elevada, financeiramente, e aí ele teve um enfarto. Essa é a versão que eu conheço.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sim, mas fala que ele disse que os diretores tinham conta, já, lá fora, na Suíça, e mesmo com a iniciativa da reação, mas podia, pelo menos, mandar dar uma olhada na situação, né? Porque quando a própria Direção da empresa, enquanto Diretoria, resolve processar alguém que está dizendo que há corrupção, no fundo passa, a meu ver, uma ideia de que o corporativismo é tão grande que não se deixa questionar esse fato. E esse fato existia, já naquele período, e o Barusco aqui pôde comprovar isso. Mas...

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - É, mas... Não, mas o Paulo Francis foi muito antes do Barusco. Mais ou menos uns 15 anos antes. Então, eu não sei se naquela época já tinha, realmente, conta na Suíça.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas V.Sa., voltando aqui para a Sete Brasil, e para finalizar, até porque V.Sa. aqui defendeu o modelo da Sete Brasil, V.Sa. é conhecedor da atuação da PETROS junto à Sete Brasil. E aquela instituição teria sido citada por um dos réus da ação que decorre da Operação Lava-Jato, precisamente, o Sr. Carlos Alberto Pereira da Costa, assessor do doleiro Alberto Youssef, por supostamente ter feito aplicações em empresas que pertenciam ao Sr. Youssef, e que, em decorrência desses investimentos, a PETROS teria tido perdas financeiras.

V.Sa. sabe se a PETROS foi indiciada, ou responde a algum procedimento perante a Polícia Federal, ou o Ministério Público Federal, ou mesmo a 13ª Vara Federal de Curitiba, em decorrência das operações da Lava-Jato?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Não. Que eu... No meu conhecimento, não. Eu, como Conselheiro, condenei algumas operações da PETROS, mas, como eu lhe disse, infelizmente, na hora da votação, a gente perde, né? Mas a PETROS fez alguns investimentos ruins, tem uma perda aí da ordem de 700 milhões de reais com investimentos que não deram certo. Mas, por outro lado, eles alegam, os diretores: *“Não, a gente tem que correr riscos”*. Porque eu, quando entrei na PETROS, o patrimônio era 60 bilhões; hoje é 70. Então, falou: *“Tivemos ganhos acima da meta atuarial por vários anos, e... perdemos”*. Agora tem, por exemplo, algum investimento que eles fizeram com o qual nós não concordamos, e foram feitos assim mesmo, porque a gente perdia a votação. Então, teve...Eu estou procurando o nome aqui, mas tem...



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, mas aqui, é o seguinte: a PETROS tem uma carteira enorme, tem vários investimentos, não é? E aqui, a CPI que apura a questão de problemas muito claros: da empresa Sete Brasil, do COMPERJ, do GASENE, então... E a PETROS investiu na Sete Brasil. Então, eu estou aqui buscando me focar neste que é o objeto da CPI.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, em relação a isso, o senhor não tem conhecimento se a PETROS responde a algum processo na 13ª Vara de investigação de Curitiba, em razão da Operação Lava-Jato. V.Exa. não tem...

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Eu acho que não. Eu acho que, no caso da Lupatech, perdão, da Sete Brasil, a...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sete ou outra, também.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - É, o BTG Pactual, que é o André Esteves, não é? Que tem uma visão muito grande, investiu 27,5%; a PETROS, 17%; o Santander, 6% etc. Então, vários bancos investiram na Sete Brasil, principalmente o BTG Pactual, que tem uma visão comercial tão grande que hoje ele tem um banco bastante produtivo, né? Então, em termos de tecnologia, em termos de investimentos, nós não vimos nenhuma, digamos, manobra escusa para comprar o... Houve uma euforia de fazer empresas nacionais, estaleiros nacionais, gerando empregos. Então, eu acho que a PETROS investiu corretamente aí. Agora, a administração ter dado furos, ter feito corrupção, isso aí é que é o ruim da história. Entendeu? Então, acho que não houve, assim, um desvio da PETROS em investir. A nosso ver, a PETROS tem uma relação com os participantes de 60 anos, ou 70 anos. São 35 anos contribuindo e outros 25 vivendo. Eu já tenho 20. Espero viver mais uns 10. O relacionamento da PETROS com os seus participantes é de longuíssimo prazo. Então, ela tem que investir em investimentos sólidos. E essa aqui, a área de petróleo, é investimento sólido. Eu não falei ali, mas a queda provisória do petróleo, hoje, é geopolítica. Os Estados Unidos, na década de 90, derrubaram o petróleo para 13 dólares e desmantelaram a União Soviética. E agora, como a União Soviética e a China formaram o BRICS, criaram um banco de desenvolvimento independente do FMI e estão ameaçando o poder hegemônico americano, eles estão fazendo a derrubada do preço do petróleo para ferrar a



Rússia e inviabilizar o poder do BRICS. E isso, de quebra, afeta o Irã, afeta a Venezuela, que são inimigos, assim, políticos deles. Então, esse preço do petróleo a 60 dólares não se sustenta por mais 1 ano. Como eu mostrei ali, nós estamos no pico de produção. A tendência é de o petróleo subir, e subir bastante. De forma que há essa ideia de que se tem que investir em investimento sólido, e petróleo — eu continuo dizendo para o Presidente da PETROBRAS — é um ramo de longo prazo para os participantes. Eu sou participante. Estou defendendo também o meu lado. Mas, principalmente, sou um conselheiro eleito e defendo o interesse dos participantes do fundo de pensão.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Bom, nós não vamos criar aqui uma polêmica, um debate em torno do Paulo Francis, mas a informação aqui é que ele teria feito a denúncia em 1994 e teria morrido em 1997. Então, não foram 15 anos antes. Mas isso não é objeto do debate aqui.

Eu me dou por satisfeito e passo a palavra ao Presidente, para que possa chamar os Sub-Relatores para fazerem os seus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Bem, passo, então, aos Sub-Relatores.

Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes. *(Pausa.)* Ausente do plenário.

Com a palavra o Deputado André Moura. *(Pausa.)* Ausente do plenário.

Com a palavra o Deputado Bruno Covas. *(Pausa.)* Ausente do plenário.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)* Ausente do plenário.

Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente em exercício, Deputado Izalci, Relator Luiz Sérgio, Sr. Fernando, eu não tive a oportunidade de acompanhar a exposição de V.Sa. Acabei tendo um problema que tive que resolver e me ausentei da audiência. Mas eu tive a oportunidade de chegar ainda durante as suas respostas às perguntas que o Relator estava fazendo.

Chamou-me a atenção um fato que V.Sa. abordou e que diz respeito à disputa internacional pelo controle do petróleo, que, sabemos todos, é a principal fonte de energia no mundo, em que pese buscarmos alternativas energéticas. Mas ainda há — e haverá, durante muitos anos — uma preponderância do petróleo. Ao



mesmo tempo, a PETROBRAS tem sido intensamente atacada, criticada, por vários setores, com relação à política que é adotada hoje, de partilha, e à política de conteúdo nacional nos últimos anos adotada, a partir, principalmente, da descoberta do pré-sal.

Eu tenho, nos debates, aqui, nesta CPI, sempre registrado que é preciso separar e distinguir a empresa dos atos ilícitos, os desvios de conduta de funcionários, ex-funcionários, ex-diretores da empresa que se aproveitaram do próprio crescimento da PETROBRAS nos últimos anos, que se aproveitaram de um processo de crescimento que o País vivia. A partir da descoberta do pré-sal e da utilização do pré-sal, o fluxo de investimentos da PETROBRAS aumentou significativamente. Ele aumentou praticamente dez vezes, se compararmos com o período do início da década de 2000. E tentaram usufruir desses recursos para benefícios pessoais. Em conluio com vários executivos, de várias empresas, tentaram se utilizar desses recursos.

Nós precisamos, de fato, apurar isso, para que aqueles que cometeram ilícitos sejam punidos. Mas nós precisamos distinguir o papel que a PETROBRAS exerceu, exerce e poderá exercer para o Brasil, em face da sua influência internacional, do seu *know-how* na extração do petróleo em águas profundas e, especialmente da sua importância econômica, política e social.

Eu estou fazendo essa abordagem porque eu gostaria que V.Sa. continuasse considerando essas questões. Para nós, é preciso deixar esse episódio como um episódio que precisa ser tratado no âmbito da Justiça. Aqueles que se aproveitaram têm que ser punidos. Mas nós não podemos permitir, em hipótese alguma, que isso desencadeie uma ideia de que a PETROBRAS é uma empresa que não pode ter a pujança que tem e não pode desempenhar esse papel econômico que tem para o nosso País.

Então, eu queria que V.Sa., de novo, abordasse estes aspectos: o que, de fato, diz respeito para a nossa economia e para o futuro do Brasil, vamos dizer assim, acabarmos com o regime de partilha? O que significa para a disputa internacional do petróleo, em especial para as grandes empresas internacionais, apoderarem-se das nossas riquezas naturais e da riqueza da Nação brasileira? O que significa essas empresas poderem se utilizar disso a seu bel-prazer, sem



exigência de que esses recursos sejam investidos para o crescimento e para o futuro do Brasil, como, por exemplo, sua utilização na educação e na saúde? Queria que V.Sa. abordasse esses aspectos.

E queria também que V.Sa., como alguém que foi funcionário da empresa durante muitos anos e acompanhou a PETROBRAS durante muitos anos...

Um dos delatores que esteve presente nesta CPI disse que, antes de 2003, havia desvios por parte dele, de forma pessoal e isolada e que, posteriormente a isso, houve a “institucionalização” — foi a palavra que ele usou — dos desvios. Essa frase, naquela ocasião, no mínimo me fez pensar: como é que um cidadão, sozinho, consegue fazer um desvio tão intenso e tão grande como esse que devolve agora, dizendo aqui, em depoimento, que a maior parte dos recursos que devolveu foi dessa época, e isso não estava dentro desse contexto de institucionalização?

Gostaria que V.Sa. falasse sobre isso. É possível essa tal de institucionalização? O que significa isso para o conjunto de uma empresa como essa, que tem mais de 80 mil funcionários e que tem uma importância que responde por quase 15% do PIB nacional, na área de petróleo e gás?

Eu queria que V.Sa. abordasse essas duas questões aqui.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Bom, inicialmente, Deputado, eu apresentei aqui na minha exposição que a Noruega, na década de 60, era o segundo país mais pobre da Europa. Descoberto o seu petróleo no Mar do Norte, ela criou uma estatal, a Statoil, e passou a desenvolver esse petróleo de forma a reverter os seus benefícios para a população norueguesa. E aí ela criou excelência de tecnologia; fabricou plataformas — fabrica ainda —; atingiu, por 5 anos consecutivos, o melhor índice de desenvolvimento do planeta. Isso só com petróleo! O Brasil tem petróleo, tem minério, tem biodiversidade, tem potencial de biomassa, tem nióbio, tem terras raras. Mas só que o nosso minério hoje é o maior item da pauta de exportação, e o Brasil fica com 1% desse minério. A Noruega utilizou bem e se tornou o país mais desenvolvido do mundo. Então, nós temos hoje, como eu falei, a chance. Ou a gente tira a PETROBRAS de operadora única e nos transformamos numa Angola, numa Nigéria, ou a PETROBRAS continua operadora única e transforma o Brasil numa nova Noruega através do pré-sal. Uma das coisas que o senhor falou aí é contrato de concessão. Primeiro, contrato de concessão,



como eu mostrei ali, o art. 26 da Lei nº 9.478 dá todo o petróleo para quem produz e uma obrigação de pagar 10% de *royalty* e 20% de impostos, ou seja, 30% em dinheiro, enquanto os países exportadores ficam com 84%, em média, da renda do petróleo produzido. Então, essa é a primeira comparação entre... Está faltando um item na partilha: estabelecer o percentual mínimo do óleo-lucro que vai ser dado à empresa. Isso ficou faltando na lei. E aí, no contrato de Libra, foi um valor irrisório: 41%, e pode cair muito abaixo disso. Outro ponto é o seguinte: na questão de ser operadora, nós temos aqui 14 motivos para a PETROBRAS ser operadora única. Um deles é que a geração de tecnologia só se dá com a atividade de operação, senão as universidades americanas ganhariam o prêmio de petróleo todo ano. Não ganham por quê? Porque elas não têm acesso à operação. A PETROBRAS foi a primeira que acreditou nas águas profundas, desenvolveu, junto com as empresas, a perfuração, a linha flexível. Os três gargalos foram tecnologia do CENPES da PETROBRAS. Só que ele não fabrica, não faz essa atividade e repassa. Então, a geração de tecnologia é importante. A questão da corrupção. Há dois focos de corrupção na produção mundial. Primeiro, o superdimensionamento dos custos de produção. Digamos, o operador gasta 1 bilhão e consegue declarar 1 bilhão e meio. Esses 500 milhões ele vai receber sem impostos, sem nada, e exportar em detrimento do povo brasileiro. Esse é o primeiro foco. E é difícil... Tanto é difícil que o Governo criou a Pré-Sal Petróleo para fiscalizar isso. O segundo foco de corrupção é a medição fraudulenta. Produzem-se 500 mil barris, declaram-se 300 mil e se exportam, à noite, nos navios, 200 mil barris sem pagar nada. Então, a operadora única sendo a PETROBRAS, uma empresa controlada pelo Governo e pela sociedade, evita isso. É por isso que a campanha hoje das multinacionais e da mídia não é acabar com o contrato de partilha. O contrato de partilha ficou tão ruim quanto a concessão no leilão de Libra. O empenho é tirar a PETROBRAS de operadora única, porque isso dificulta drasticamente essa corrupção na medição e no... Outro ponto é que, se forem as multinacionais, como eu mostrei aqui, os países dessas multinacionais e as próprias do cartel estão em uma insegurança energética brutal por não terem reservas. Se eles dominarem o pré-sal, eles vão produzir açodadamente. Pelo cálculo dos geólogos da PETROBRAS, em 15 anos, eles acabam com o pré-sal — em 15 anos! E se o pré-sal for produzido, obedecendo ao



Conselho Nacional de Política Energética, num ritmo compatível com o interesse brasileiro, exportando, por exemplo, 11 milhões de barris por dia — fica com 3 milhões ou 4 milhões e exporta o resto —, isso é aceitável. Assim, o pré-sal dura 45 anos, 50 anos. Agora, se for exportar... Se todo o mundo vier aqui querendo resolver seu problema econômico e de insegurança energética, esgotamos o pré-sal em menos de 15 anos. Então, a PETROBRAS é importante na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Sr. Fernando, conclua.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Peço que conclua.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Então, concluindo, Deputado, é fundamental a PETROBRAS ser operadora única, porque, como a Noruega, ela consegue reverter o pré-sal, que é a maior oportunidade que o Brasil já teve de sair da condição de eterno país do futuro. Essa é a maior oportunidade que nós já tivemos na nossa história, e não podemos perdê-la. E só acontece isso se a PETROBRAS for a operadora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Passo a palavra agora para o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Deputado Izalci, eu perguntei acerca do ex-gerente que delatou e que fez aqui nesta CPI um pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Ele já respondeu sobre isso, mas eu vou pedir a ele para responder novamente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu não estava, por isso que eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Ele está falando sobre Pedro Barusco.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - O Barusco disse que fez a coisa sozinho. Eu não acredito que ele estivesse sozinho. Acho que havia outros. Mas a gente só tinha suspeita, não tinha prova. Mas acredito que ele não fez isso sozinho, não. Havia outros gerentes também envolvidos, não no mesmo ramo que ele, mas em outras obras, etc. Eu acho que havia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Vamos passar a palavra, então, para o autor do requerimento, o Deputado Celso Pansera, do PMDB.



O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Fernando Leite, boa tarde. Tudo bem com o senhor?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Boa tarde, Deputado. É um prazer.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu fiz o requerimento da sua presença porque eu acho importante ouvir a visão dos servidores da PETROBRAS. Estamos ouvindo aqui operador, policial, empreiteiro, mas sabemos que há uma desilusão muito grande dentro da PETROBRAS. Até o depoente anterior falou aqui que se criou um clima de euforia, depois uma grande decepção com o que aconteceu com a PETROBRAS. O senhor mesmo disse que concordou, à época, que a PETROS investisse na ideia da Sete Brasil, que depois se revelou um grande problema para a PETROS e também para o País e para a PETROBRAS.

Eu, por exemplo, tenho informação — e aí eu queria ouvir do senhor — de que o Conselho Fiscal da PETROS já há 3 anos não aprova as contas da PETROS, que depois são aprovadas na reunião do Conselho, com o voto de minerva da PETROBRAS. Eu queria ter informação sobre isso. Essa é minha primeira pergunta ao senhor.

Eu queria que o senhor fosse respondendo que eu vou desenvolvendo as outras, por favor.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Eu fui Presidente do Conselho Fiscal por 4 anos. Na realidade, Deputado, as contas são rejeitadas há 11 anos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Há 11 anos são rejeitadas?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Há 11 anos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Tapeadas.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - É. Há vários motivos, como algumas atitudes que não satisfazem o interesse dos participantes. A gente pede para corrigi-las, não são corrigidas, então o Conselho tem reprovado as contas nesses últimos 11 anos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Já existe cálculo de qual foi o tamanho do prejuízo da PETROS com a Sete Brasil? Já existe esse cálculo atuarial, previdenciário? Como é que está isso?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Não. A gente tem aqui uma publicação que a PETROS fez que mostra que o investimento foi de 7,9 bilhões



pelos associados, e o patrimônio atual é de 6,9 bilhões. Agora, como eu já falei aqui, na pergunta do Deputado Luiz Sérgio, eu acho que isso foi um bom investimento. Era um projeto excelente, que foi conspurcado por exceções, mas que ainda pode ser muito rentável, porque se trata do setor petróleo, e essas sondas serão alugadas por 30 anos para a PETROBRAS a uma tarifa média de 500 mil dólares por dia. Então, a perspectiva de lucrar com esse investimento é muito boa. Hoje, o prejuízo parece que é de 1 bilhão. É claro que há reajustes e atualizações, podendo chegar a 3 bilhões, etc., mas a premissa foi boa. Então eu acho que é recuperável. O BNDES, em função da Operação Lava-Jato, deixou de aportar dinheiro, deixou a empresa em dificuldade, mas eu acho que isso é superável, porque a perspectiva é boa. Toda empresa do mundo que tem plataforma e a aluga ganha muito dinheiro.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Vamos agora ouvir o ponto de vista dos engenheiros da PETROBRAS. Vou fazer algumas perguntas nessa área.

Primeiro, voltando à análise do balanço, o Bendine, atual Presidente, e a nova Diretoria publicaram um balanço reconhecendo — com cálculo de 3% sobre todos os contratos das empresas envolvidas na Lava-Jato, que somam 201 bilhões de reais —, um prejuízo contábil de 6 bilhões de reais no balanço da PETROBRAS. Isso é especificamente na questão da possível corrupção — 6 bilhões de reais. Como isso é visto pela associação dos engenheiros da PETROBRAS internamente? Como é que foi recebido dentro da empresa esse balanço registrando um prejuízo de 6 bilhões de reais decorrente de possíveis atos de corrupção?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Houve, assim, eu diria para o senhor, certo alívio. Não garantimos que esse foi o prejuízo real — pode ser mais, pode ser menos —, mas houve certo alívio porque esse balanço emperrado estava travando completamente a empresa. Então, eu discuti com alguns colegas exaustivamente: *“Está bom. Pode ser um pouco mais? Pode, mas o que a PETROBRAS vai deixar de perder com essa retomada das suas atividades vale cem vezes mais do que uma possível perda por um possível erro do balanço!”* Não quero dizer que esteja, mas... Então, a retomada da PETROBRAS... Para o senhor ver, lá no Rio, eu estive na semana passada com uns colegas que foram conversar com a ABIMAQ, e a ABIMAQ está apavorada, porque a PETROBRAS compra a metade dos equipamentos que a ABIMAQ fabrica. A parada da PETROBRAS nas refinarias é



uma lástima para o comércio, para a indústria, para o País! Então, eu diria para o senhor que a gente recebeu com certo alívio, abstraindo se o valor é correto ou não. Mas, qualquer que seja ele, vai ser infinitésimo em relação à retomada da PETROBRAS. Inclusive, como Vice-Presidente do Clube de Engenharia, nós mandamos uma carta ao Presidente Bendine, dizendo o seguinte: *“Presidente, em face da Operação Lava-Jato e dos atrasos e paralisação das obras, retome os contratos em andamento com a PETROBRAS e administre-os”*. É o que foi feito quando o Verolme faliu, o Ishibras faliu, e o Mauá. Havia embarcações da PETROBRAS sendo feitas, e a PETROBRAS assumiu o contrato, pagou fornecedores, pagou o pessoal e depois devolveu a empresa para o seu respectivo dono. Então, nós todos sugerimos isso, para não pararem as obras.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Como o meu tempo é limitado, eu vou lhe fazer mais umas perguntas.

Eu sou do Rio de Janeiro, então eu vivo o drama da cadeia de petróleo lá. Quando o COMPERJ foi anunciado, havia estimativa de custo em torno de 6 bilhões de dólares. Já se gastaram em torno de 30 bilhões de dólares. E chega-se a pensar na estimativa de 47 bilhões de dólares para colocar o COMPERJ para funcionar. E isso criaria a situação de que ele jamais retornaria o investimento. Esse investimento não teria como retornar. Tudo o que o COMPERJ possa produzir, durante o seu tempo de vida útil, não será suficiente para gerar ganho que recupere o investimento.

O que aconteceu? Piorou a qualidade dos projetos da engenharia da PETROBRAS ou houve açodamento e má-fé no lançamento do projeto do COMPERJ do jeito que foi feito?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Eu citei aqui o *epcismo* — de *engineering, procurement and construction* —, que significa a empresa empreiteira controlar o projeto como um todo. A PETROBRAS teve muito sucesso quando fundou o CENPES para fazer o projeto básico, contratando empresas para auxiliá-lo, depois fez o detalhamento com o serviço de engenharia e a obra com outra empresa. Essa foi a evolução tecnológica da PETROBRAS. Nós regredimos ao fazer pacotes, porque aí o empreiteiro ganhador faz o projeto básico e, no projeto básico, infla a seu bel-prazer e contrata equipamentos mais baratos. Enfim, há uma



série de pontos negativos que, digamos assim... Encarece em 10% o projeto? Encarece, mas a perda que se deixa de ter ao longo da operação — essa é que é significativa — é muito maior do que essa elevação de preço.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, tenho mais duas perguntas. Vou tentar fazer as duas perguntas que eu tenho ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Conclua, então, Deputado.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - É que temos um limite de tempo — são 5 minutos para o requerente.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Desculpe.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu tenho muitas perguntas, mas vou fazer duas ainda.

Retomando esse assunto, a origem do problema está na publicação do Decreto nº 2.745, de 1998, que abriu mão de se trabalhar com a Lei nº 8.666 e afrouxou as regras de contratação de empresas? Essa é primeira pergunta.

Segunda: a margem de 15% para mais e 20% para menos, que é a flexibilidade de 35% do preço básico, não estaria também no centro da criação do espaço para o desvio de recursos e o manuseio inadequado de projetos da PETROBRAS? O depoente anterior falou assim: *“Isso é um padrão internacional”*. Isso não é um padrão internacional, é um padrão que a PETROBRAS usa. Ela estabelece o preço básico de mercado e aceita que o fornecedor jogue até 20% para cima ou 15% para baixo.

Então, essas duas ações não estariam no centro do que permitiu esse des controle da PETROBRAS nos últimos anos e que servidores como o Barusco, como o Paulo Roberto Costa, que são servidores de carreira da PETROBRAS, usassem isso para promover tudo isso que promoveram de desvio de recursos de milhões de reais e levassem a PETROBRAS à situação em que se encontra hoje?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - É, esse fato contribuiu fortemente. O epcismo é um dos pontos e outro é o convite, que na época era para agilizar os processos. A Lei nº 8.666 permitia muito recurso e tal. Só que essa modalidade foi mal usada. Convidavam-se sempre as mesmas empresas. E isso realmente contribuiu muito para esse desvio, juntamente com o fato de um pacote feito por uma empreiteira em detrimento da empresa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Antes de passar à lista de inscritos, eu quero fazer a leitura aqui de uma retificação:

“Pedro Aramis de Lima Arruda, que no final assina, vem pela presente dizer que retifica a informação dada há pouco em meu depoimento ao responder pergunta formulada pelo Deputado Antonio Imbassahy, no sentido de que, na verdade, o Relatório Final da Comissão Interna de Apuração relacionada à SBM foi entregue ao ex-diretor de E&P da PETROBRAS, José de Miranda Formigli Filho, que foi quem constituiu a referida comissão, e não à ex-presidente da PETROBRAS, Sra. Graça Foster, como eu equivocadamente havia informado. Tal informação, ora corrigida, consta do referido relatório, cuja cópia foi entregue a essa CPI, em atendimento ao Requerimento 397/2015, por intermédio da carta GAPRE 250, de 23 de abril de 2015.

Brasília, 30 de junho de 2015.

Pedro Aramis de Lima Arruda.”

Com a palavra a primeira Parlamentar inscrita, a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Deputado Izalci, que preside esta reunião, neste momento, eu quero cumprimentar o Sr. Fernando Leite Siqueira e dizer que o seu pronunciamento aqui acontece num momento bastante importante para nós.

Eu gostaria das suas considerações sobre a seguinte questão: todos nós, com o compromisso que devemos ter, um compromisso público e ético com a política, devemos nos posicionar claramente por investigações que sejam objetivas, que nos levem ao conhecimento pleno de tudo o que aconteceu dentro dessa empresa que pertence ao povo brasileiro e que não merece atitudes oportunistas de quem quer que seja, lesando o patrimônio público nacional. É assim que nos posicionamos aqui.



Eu participo de uma bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, Dr. Fernando, que acredita que a PETROBRAS está no centro de um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Não é outro lugar.

O Brasil só chegou aos números positivos, na sua economia, ao longo dos últimos anos, porque reconheceu o lugar de uma política energética diferenciada e o lugar da PETROBRAS, que, aliás, foi um sonho de gerações e realizado por gerações, uma política de Estado.

No entanto, enquanto nós estamos aqui debatendo com o senhor, que me parece, por todo o seu pronunciamento, uma pessoa de interesse nacionalista, vinculado aos temas da soberania nacional, o Senado Federal debate o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015, e num momento de fragilidade momentânea, temporária, dessa empresa, não estrutural.

A PETROBRAS não está quebrada. A PETROBRAS não está inviabilizada. A PETROBRAS não está destruída. A PETROBRAS é uma das maiores empresas do mundo. E, na sua área de conhecimento, como o senhor muito bem destacou, ela desenvolveu a excelência da pesquisa, no sentido da perfuração em águas profundas e da identificação do pré-sal, que é uma riqueza que não pertence exclusivamente à geração atual de brasileiros, é uma riqueza que pertence também ao futuro.

Eu quero sua consideração sobre esse PLS 131, do Senador José Serra, que hoje está sendo votado no Senado Federal, sem passar pelas Comissões, ou por audiências conjuntas de Comissões, numa tática que parece articulada pelo PSDB, objetivamente, porque tanto tramita o projeto do Senador José Serra quanto tramita, aqui na Câmara dos Deputados, um projeto, também do PSDB, do Deputado Jutahy Junior, que modifica a essência do regime de partilha, modifica a regra que condiciona a participação mínima da PETROBRAS a 30% e a sua condição de operadora única.

Eu gostaria de ouvir as suas considerações, mas eu quero fazer um pronunciamento político aqui também, porque esta é uma Casa política, e nós devemos ter opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Peço que conclua, Deputada.



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Quero empenhar a minha posição, dizendo que considero um absurdo, um oportunismo, um aproveitamento da fragilidade momentânea da empresa, quando os seus resultados operacionais são continuamente melhorados, mesmo durante esta crise, mesmo com a Operação Lava-Jato.

O custo de extração tem diminuído. Houve uma elevação da produção na Bacia de Campos. Há uma série de medidas sendo tomadas e outras medidas que precisam ser tomadas, inclusive, no sentido de maior transparência, é claro, mas no sentido do conteúdo nacional.

E aí, ao mesmo tempo em que peço a sua consideração sobre isso, Dr. Fernando, eu lhe faço uma pergunta: nós erramos, como Brasil, ao pensarmos uma política de conteúdo nacional?

Nós constituímos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Eu vou concluir, Deputado, V.Exa. pode ter certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Então, conclua, por favor. Conclua, por favor, porque este não é o foro para isso.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Enquanto o seu partido tenta, no Senado Federal, acabar com o regime de partilha, eu tento aqui defender uma posição. Permita-me, concluir, então, sem me interromper, pelo menos, por 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Conclua.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Fernando, a minha pergunta ao senhor, com reconhecimento de sua vida dedicada à engenharia e à PETROBRAS: o conteúdo nacional é uma boa política para o Brasil? Empresas nacionais devem ser fomentadas, é claro, enfrentando-se a corrupção de um lado, de agentes de qualquer natureza e de qualquer partido, mas, por outro lado, salvaguardando-se o conteúdo nacional? Como fazemos isso no próximo período, da forma mais adequada, e não permitirmos a aprovação do projeto do PSDB, nem na proposta do Senador José Serra, no Senado, nem na do Deputado Jutahy Junior, na Câmara?



A PETROBRAS não pode ser moeda para trocar por delação premiada de corrupto, em qualquer lugar do Brasil ou do mundo, nem para dar às empresas internacionais também, que se favorecem da posição do PSDB, nesta Casa e no Senado Federal.

Obrigada.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Eu já defendi um pouco essa posição aqui, mas nós enumeramos 14 pontos que dizem que a PETROBRAS tem que ser operadora. Sobre essa questão do conteúdo nacional, eu mostrei na minha exposição que, na década de 70, o Presidente Geisel fez um decreto permitindo à PETROBRAS comprar até pelo dobro do preço. E, num projeto de nacionalização, na PETROBRAS, nós conseguimos fomentar a criação de 5 mil empresas nacionais, fabricando no Brasil, gerando empregos de qualidade, e essas empresas foram dizimadas por um decreto do Collor, tirando a vantagem instituída por Geisel, e pelo Decreto 3.161/99, o REPETRO, que isenta as empresas estrangeiras de imposto e não isenta as nacionais. A senhora colocou aí que a PETROBRAS não está quebrada. É claro que não está. Em 2013, a PETROBRAS foi pegar 5 bilhões de dólares no exterior, queriam empurrar a ela 30 bilhões de dólares, seis vezes o que ela queria. Alegamos: *“Não, eu não preciso de 30 bilhões; eu preciso de 5 bilhões”*. *“Não, mas você tem condições de pagar, você tem o bem mais valioso para conseguir empréstimo”*. Agora, com toda a Lava-Jato, a PETROBRAS foi ao mercado internacional pegar 2 bilhões e meio, com um prazo de 100 anos; ofereceram 15 bilhões, ao ponto de ela poder baixar os juros e pegar juros melhores, por 100 anos, Deputada — 100 anos! Então, como eu costumo dizer, quem tem reserva de 70 bilhões de barris de petróleo para pôr em produção, que é a maior reserva a ser posta em produção pelas petroleiras, não tem nenhuma dificuldade em conseguir empréstimo. A China está aí oferecendo, a Rússia está oferecendo. O mercado financeiro, que vive de emprestar, tem uma garantia, digamos, sólida — o petróleo é líquido, mas é uma garantia fortíssima. Então, não há nenhuma limitação para a PETROBRAS pegar empréstimo. Eu também já tinha dito que se aproveitou oportunisticamente de uma campanha maciça da mídia, aproveitando essa brecha que exacerba a corrupção da PETROBRAS. É claro que nós somos contra ela, mas o projeto Zelotes envolve cem vezes mais a corrupção ocorrida na PETROBRAS, e



não sai na imprensa. Então, o Senador José Serra, segundo o Wikileaks, em 2010, como candidato, prometeu à Chevron que, se eleito, acabaria com o contrato de partilha. É o que ele está fazendo agora. Tirando a PETROBRAS de operadora única, acaba o contrato de partilha. E o argumento é muito ruim. É o seguinte: *“Não, a PETROBRAS não tem que ser obrigada a operar o pré-sal”*. Ora, a PETROBRAS foi criada para produzir petróleo para o povo brasileiro. É como se se fizesse uma lei, Deputada, dizendo assim: *“A partir de amanhã vocês não são mais obrigados a respirar nem a comer. Não precisam mais; façam isso se quiserem”*. É a mesma coisa! A PETROBRAS nasceu para defender o interesse do povo brasileiro, através da produção de petróleo. A quem interessa tirá-la da sua função, da sua razão de ser? Não tem sentido nenhum, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Bem, eu sou o próximo inscrito e vou ser bastante objetivo e prático. Há vários inscritos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu controlo o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Pode controlar.

A primeira pergunta que faço, Sr. Fernando, é se V.Sa. é ou foi filiado a qualquer partido político.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Qual o partido?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Fui filiado ao PSB. Em 2010, eu fui candidato pelo PDT, porque estávamos formando um partido, o Partido Pátria Livre, que tem 2 anos. Então, hoje, eu me encontro filiado a esse partido, o PPL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Bem, V.Sa., como conselheiro da PETROS, poderia nos dizer como são definidos e decididos os investimentos realizados pela PETROS? Os participantes têm poder de veto nessa decisão?

Eu gostaria que V.Sa. fosse anotando, porque senão... O meu tempo é muito curto.

V.Sa. poderia nos dar exemplos concretos a respeito de decisões de patrocinadoras da PETROS contrárias aos interesses dos participantes, no que diz respeito aos investimentos realizados nos últimos anos? V.Sa. teria exemplos concretos de uso político da PETROS nesses últimos anos? V.Sa. confirma o que Paulo Teixeira Brandão disse aqui — e V.Sa. já confirmou —, que há vários anos



não há aprovação das contas? V.Sa. poderia esclarecer um pouco mais as razões por que não foram aprovadas as contas nesses últimos 11 anos — eu tinha anotado 9, mas V.Sa. disse 11. V.Sa. confirma o desrespeito da paridade na gestão da PETROS, como preconiza a Constituição Federal? Poderia nos fornecer mais detalhes a respeito disso? V.Sa. entende que nos últimos anos o interesse da patrocinadora na gestão da PETROS tem prevalecido de uma forma quase que impositiva sobre os interesses dos participantes?

Pergunto ainda o que V.Sa. poderia nos dizer acerca da interferência de João Vaccari Neto na gestão da PETROS, tendo em vista que algumas operações foram feitas com registro aqui inclusive de perda de aproximadamente 23 milhões de reais, num investimento feito pela PETROS por interferência de João Vaccari Neto com relação à empresa de Alberto Youssef. E eu perguntaria a V.Sa. se teria alguma informação a respeito desse expressivo aporte de recursos da PETROS que foi feito por Paulo Roberto Costa em 2010. Nesse período talvez V.Sa. não fosse ainda conselheiro, mas tomou conhecimento a respeito disso? O Conselho Fiscal da PETROS monitora esse tipo de situação? Paulo Roberto Costa alegou, na sua declaração de Imposto de Renda, que fez um aporte na Fundação PETROS de R\$29.945.480,00.

Eram essas as minhas indagações.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Bom, a primeira pergunta do senhor é se o conselheiro eleito, no caso, que defende interesse dos participantes tem poder de veto no investimento. Não. Eu vetei o investimento na Ecodiesel porque eu aprovei no Conselho, diante do argumento do Diretor Financeiro, fui checar a empresa e constatei que era uma empresa péssima — 5 anos sem dar dividendos, dando prejuízo. Então, fiz uma carta solicitando que não investissem. Não fui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - E eles investiram assim mesmo?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Eles investiram assim mesmo. Compraram 60 milhões a 12 reais a ação. No ano seguinte ela caiu para 6, compraram mais 10 milhões.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Pois não, Deputado.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - ...com base no art. 58, § 3º, da Constituição, e art. 35, *caput* e § 1º, do Regimento Interno.

A Comissão Parlamentar de Inquérito é delimitada por fatos determinados fixados quando da sua instituição, não alterados ao sabor das investigações. O que nós estamos vendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - V.Exa. está se referindo à Deputada Maria do Rosário?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Não, eu estou falando... Eu estou me referindo à PETROS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Ah, à PETROS!

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Esta CPI não é a CPI da PETROS. O senhor fez um conjunto de perguntas relacionadas à PETROS aqui. Eu acho que se a Oposição quer fazer uma CPI dos fundos de pensão ou se quer fazer uma CPI da PETROS, pode fazer. Agora, eu acredito que se há fatos relacionados ao objeto desta CPI, aí, sim, nós vamos poder indagar aqui os nossos depoentes a esse respeito. Aqui já há posicionamento do STF, do Ministro Maurício Corrêa, nós temos... Os fundos de pensão são de natureza privada e não estão no objeto da presente CPI. Então, está muito claro isso...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Concluiu?

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, só uma observação. Como V.Exa. me citou, dê-me a possibilidade de fazer só uma observação.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Senão, na verdade, nós vamos fazer aqui a CPI do fim do mundo.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - V.Exa., aliás, preside, faz perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Estou respondendo à questão de ordem.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Nós temos situações, por exemplo, de investimentos da PETROS em...



(Não identificado) - Posso contraditar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Eu pergunto se V.Exa. leu o requerimento de convocação do Sr. Fernando. V.Exa. leu?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Ele trata exatamente disso. Foi aprovado por esta Comissão o requerimento. Posso lê-lo para V.Exa.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - O objetivo do requerimento aprovado...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sim, mas o do Deputado Jorge Solla a respeito da Castelo de Areia não foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Deputado, V.Exa. fez uma questão de ordem, e eu estou respondendo à questão de ordem.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Trata, inclusive, de empresas que estão envolvidas nesse caso da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - O requerimento que nós estamos discutindo aqui, de autoria do Deputado Celso Pansera, trata exatamente do fundo de pensão da PETROS.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Então, isso deveria ter sido questionado quando aprovado o requerimento.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Vamos colocar ordem.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sobre esse questionamento, Sr. Presidente, caberia...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Vamos separar as situações. Uma coisa é a PETROS enquanto investidora relacionada a fatos que são objeto da CPI da PETROBRAS; outra coisa é ficar discutindo a gestão da PETROS, ficar discutindo a questão do conselho fiscal da PETROS. Eu acho que isso não faz parte do objeto da CPI, Presidente.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Pela ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Se vão fazer uma CPI relacionada aos fundos de pensão, podem fazê-lo. Agora, isso não faz parte do objeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni. Depois, Deputada Maria do Rosário.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu só quero trazer à memória dos membros da CPI que já há, posteriores a esse parecer do Ministro do Supremo, inúmeros julgados do Supremo Tribunal Federal que referem que todos os fatos conexos não só podem como devem ser investigados. No caso em tela — V.Exa. corretamente leu a convocação —, em virtude de a PETROS funcionar como apoiador, funcionar como financiador de empreendimentos que estão sob investigação, não há o que discutir. E V.Exa., ou qualquer membro, tem todo e qualquer direito, como teve o Deputado Celso Pansera, e o Plenário desta CPI acatou... Porque, se não tivesse dentro do escopo ou como fato correlato, a diligente assessoria técnica da Presidência nem teria aceitado esse requerimento.

Por essa razão, não carece de fundamento a exposição feita anteriormente. E acho que a normalidade é cada um defender sua posição política. Agora, sobre os questionamentos, cada um dos indivíduos que faz parte desta CPI é como se um juiz fosse; e, portanto, pergunta de acordo com aquilo que está investigando.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Na verdade, nós temos dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Deputada Maria do Rosário, V.Exa. fez questão de ordem.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O Deputado Jorge Solla está sendo censurado há muito tempo nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, a minha questão de ordem diz respeito ao senhor ocupar a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - É outra questão de ordem?

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Mas é possível fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - É outra? Estou perguntando.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - É possível?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Pois não. Questão de ordem, por favor.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, V.Exa. preside e faz perguntas, V.Exa. cumpre todos os papéis hoje nesta Mesa. Então, eu queria sugerir o que é de bom trato e regimental que, quando um Parlamentar vá fazer a sua parte do inquérito, ele passe a presidência a outro Parlamentar, que, naquele momento, conduziria os trabalhos, porque é complicado fazer um questionamento à Mesa sobre uma pergunta que o Presidente fez como Parlamentar e não como Presidente. Então, eu queria fazer uma sugestão não só a V.Exa., mas ao conjunto da Comissão. É mais adequado para o trabalho. V.Exa. nem teve a intenção, mas V.Exa., na duplicidade de posições, acaba respondendo, às vezes, como partido e não como Presidente. Se V.Exa. continuar usando todas as funções, eu vou ter que, em vez de dirigir as perguntas ao depoente, Dr. Fernando, sobre a privatização, fazê-las ao senhor, que é do PSDB. Como eu não quero fazer isso, porque lhe daria mais uma função ali, além de ser o Presidente e fazer o inquérito, o responsável pelos projetos de privatização, eu acho que, para o bom funcionamento, V.Exa. deveria — e não só V.Exa., mas qualquer um, quando for fazer as perguntas, a não ser o Relator, que está na sua posição aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Eu acato...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - ...e indefiro o pedido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Acata e indefere?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - É. Acato e indefiro. Acato como questão e indefiro a questão.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone — inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Deputada Eliziane Gama, por favor.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria, pela ordem, falar sobre o que foi colocado pelo nobre Deputado e dizer que realmente até cabe a colocação dele, mas no momento da aprovação do requerimento, Presidente. Inclusive, o próximo a ser ouvido, o Paulo Teixeira Brandão, se a gente for considerar, é melhor, então, nem chamá-lo aqui, porque o assunto vai ser



exatamente a questão de fundos de pensão. Então, se nós não queremos sair, nós temos que resolver o problema lá atrás, não aprovando os requerimentos.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Concordo com V.Exa.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Nobre Deputada, na verdade, a PETROS tem a ver. Agora, temos que separar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Deputado Leo, eu já acatei a questão de V.Exa. e estou indeferindo a questão.

E passo para o depoente, para continuar a resposta.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Eu solicitei uma questão de ordem também. Foi cedida a todo mundo!

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só uma observação porque a questão...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Quero o mesmo artigo que o senhor cedeu a todas as outras pessoas que falaram em questão de ordem neste instante.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É que a questão de ordem levantada pelo Leo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Vamos aguardar o próximo. Deixe o Relator concluir a fala dele, que depois a gente volta.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A questão de ordem levantada pelo Leo e a questão que a Deputada Eliziane levanta demonstram que aprovar, num pacote só, 140 requerimentos não permite que sejam debatidos um a um — inclusive foram aprovados sem o parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Deputado Luiz Sérgio, o Deputado Onyx respondeu muito bem a essa questão.

Fernando, V.Sa. pode continuar.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Sr. Presidente, eu estou mantendo a minha solicitação de questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Eu darei a questão de ordem a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - O senhor passou a todos que a solicitaram, menos a mim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Deixe-me concluir, que eu passo para V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Não! Espera aí, Sr. Presidente! Não está correta sua condução. Por favor, me permita...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Artigo?

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - O senhor passou a questão de ordem para quatro membros, e eu fui o quinto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Faça a questão de ordem. Dou a questão de ordem a V.Exa. Pois não, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - A questão de ordem é a seguinte: nós não podemos fazer a discussão acerca de qualquer temática fugindo do objeto da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Essa questão já foi indeferida.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Espera aí, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Essa questão de ordem já foi feita e foi indeferida.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Essa é a justificativa que o Presidente desta Casa deu para tirar de pauta para comprometer, prejudicar os requerimentos que eu fiz aqui, envolvendo a Camargo Corrêa, envolvendo o Sr. Pedro Bianchi, envolvendo várias situações das mesmas empresas. Não é possível nós continuarmos com dois pesos e duas medidas nesta CPI! Quando é do interesse do PMDB e do PSDB, pode-se discutir aqui qualquer temática sobre qualquer assunto, sobre qualquer empresa, mas quando é do interesse nosso trazer aqui a elucidação de todos os casos de corrupção que visem a este País, aí blindam, aí não pode, aí foge do objeto. E aprovam um pacote de 140 requerimentos aqui, atropelando completamente esta CPI, na calada, com o Plenário funcionando, passando por cima do Regimento desta Casa. E ainda continuam querendo impor e passar um rolo compressor.

Não dá para esta CPI continuar sendo blindagem para atender aos interesses do PSDB e do PMDB. Chega!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Ok, Deputado. Essa questão de ordem já foi colocada e foi indeferida.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Com a palavra o Sr. Fernando Leite Siqueira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, é só *jus sperniandi*. Se não dão conta de reclamar aqui, que reclamem para o Papa!

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Vocês têm que reconhecer que vocês estão blindando, blindando o PSDB!

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Vá reclamar na delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Sr. Fernando, V.Sa. tem alguns minutos para responder às perguntas.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Às suas perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Serei tolerante.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - É se o conselheiro tem poder de veto?! Não. O conselheiro eleito, se discordar, perde ou por voto de Minerva, ou por maioria. Decisões da patrocinadora. Vou citar um caso, Deputado: o fechamento do Plano PETROS. Quando foram admitidos novos engenheiros, o Plano PETROS foi fechado ilegalmente, porque o Sr. Francisco Gros saiu de uma reunião do Conselho da PETROBRAS, que decidiu solicitar à PETROS o fechamento do Plano. Então solicitar... Porque, pela nova Lei 109, o órgão máximo da PETROS é o Conselho Deliberativo. Então, o Conselho de Administração da PETROBRAS não era mais o coordenador. Então decidiu-se solicitar o fechamento. O Presidente Gros fez um requerimento à PETROS e disse: "*O Plano foi fechado.*" E fechou o Plano, deixando, por 4 anos, os participantes terem acesso ao Plano. Uso político sempre foi usado. O Governo sempre nomeia os dirigentes. Em 1996, o Gushiken, o Ministro Gushiken, fez uma matéria dizendo que o Governo não pode nomear os dirigentes da PETROS, sob pena de atender mais aos interesses do Governo do que os do participante. Mas, quando ele assumiu, ele infelizmente nomeou os diretores. A paridade... Foi feito um acordo, em 2008, que teria, cumprindo a lei, com dois diretores nomeados e dois diretores eleitos. Até hoje não foi cumprido: continuam os quatro nomeados. A interferência do João Vaccari Neto, eu desconheço. Só sei o que vi pelos jornais. E Paulo Roberto Costa também. Eu não sei lhe informar porque eu não tive acesso a essas informações.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Pois é, eu perguntei se teria alguns exemplos desses casos que V.Sa. citou. Tem mais alguns que poderia citar para nós de interferência que prejudicou a PETROS?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Eu teria, mas, infelizmente, eu pediria que o senhor perguntasse ao Paulo Brandão, que virá depois. Ele pode ter mais detalhes porque agora eu sou Conselheiro Suplente e frequento menos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Basicamente, na Ecodiesel. É um investimento que foi imposto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - V.Sa. gostaria de falar mais alguma?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Sinceramente, eu acordei às 4 horas da manhã e estou meio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - O senhor fez um juramento aí de dizer a verdade.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Sim, mas é que eu não estou me lembrando. Eu posso até mandar para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Então, eu peço a V.Sa. que, quando lembrar, encaminhe para a CPI.

Próximo inscrito, Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Primeiro, Fernando Siqueira, eu queria parabenizar a sua intervenção e queria ouvir um pouco mais do senhor. Como é que o senhor vê a transformação do tucano numa ave de rapina para acabar com a PETROBRAS? Tentaram acabar com a PETROBRAS, privatizando-a, quando estiveram à frente do Governo Fernando Henrique Cardoso. Não conseguiram. Nem os acidentes, nem os vazamentos de óleo, nem a privataria que campeou no País conseguiu dilapidar a maior empresa que este País já construiu e o maior patrimônio, como o senhor mesmo colocou aqui. Não existe, no Brasil, nenhum patrimônio que permita lastrear inclusive empréstimos internacionais no montante que o senhor citou aqui.

Então, eu queria saber... E a Maria do Rosário colocou muito bem aqui: estão querendo se aproveitar de uma situação que nós temos que combater, que foi a corrupção que aconteceu na PETROBRAS, para acabar com a PETROBRAS. Estão



fazendo de tudo para inviabilizar a saída da crise da PETROBRAS. Estão fazendo de tudo para inviabilizar a Sete, para inviabilizar os estaleiros, para inviabilizar a retomada dos empregos. E para inviabilizar para quê? Para privatizar, como eles conseguiram fazer com a Vale e com outras empresas.

Por isso, os tucanos no Senado, com José Serra, e aqui nesta Casa, com o Deputado Jutahy Junior, estão empenhados — empenhados! — a fazer o que sempre fizeram quando estiveram à frente, com Fernando Henrique Cardoso, no Governo: privatizar, dilapidar o patrimônio, acabar com os investimentos que este País tem na indústria nacional.

Essa é a primeira questão que eu queria que o senhor me dissesse. Insisto: como o senhor vê um tucano virando ave de rapina para acabar com a PETROBRAS com essas medidas?

Segundo, é muito interessante a forma como... É esse negócio dos dois pesos e duas medidas. É impressionante! Não é só para decidir o que se vai discutir aqui, não. Isso está acontecendo nos meios de comunicação. Está acontecendo no Judiciário. Está acontecendo nas investigações. E olhe que coisa interessante: a mídia está dando toda uma divulgação — o senhor deve ter visto aí — à delação premiada do Ricardo Pessoa, quando falou que entregaram 7,5 milhões da UTC para a campanha de Dilma. Mas não estou vendo a mesma divulgação, que ele próprio disse, de que foi de 8,7 milhões o da campanha de Aécio, que também o PSDB recebeu dinheiro para campanha da mesma UTC. O Senador Gim Argello, daqui do PTB do Distrito Federal, recebeu 5 milhões. Está lá na denúncia, na mesma denúncia que foi vazada, ilegalmente vazada. De acordo com ele, doações para o PR, para o DEM, para o PMN, para o PRTB, a pedido do Argello. Até o DEM recebeu 1 milhão e 100 mil da UTC nessa época. E teve 600 mil para o PMN.

Resumindo, a coligação de Arruda, que tem inclusive uma presença até hoje aqui neste Plenário de Deputados, a coligação de Arruda foi beneficiada por dinheiro das doações da UTC. Quarenta e dois por cento dos recursos da campanha de Aécio vieram dessas empresas que formavam cartel e roubavam a PETROBRAS. E a Sete denunciou explicitamente o Senador Aécio como tendo recebido recursos roubados de Furnas, ao que me foi, segundo o Governador, em maior doação, em maior volume de doação dessas empresas da Lava-Jato. O trensão pegou as



mesmas empresas que estão envolvidas no Lava Jato. O Líder do PSDB nesta Casa recebeu dinheiro da corrupção da PETROBRAS, através do Consórcio GSF, de obras da Usina de Bacabeira.

Tudo isso está aí colocado abertamente. O que é que o senhor acha? Como é que o senhor vê essa política de dois pesos e duas medidas? Como é que o senhor explica a blindagem que houve da corrupção, no período que o Barusco chegou aqui e disse que acontecia, mas que não podia falar mais sobre o assunto porque havia feito delação premiada, que proibia ele de falar sobre o que acontecia antes de 2003, na PETROBRAS? Como é que o senhor vê isso?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - É, vou começar pela primeira pergunta. Em 1994, a gente estava aqui a mando do Presidente Itamar para impedir a revisão constitucional que ia fazer a reforma da ordem econômica, o que Fernando Henrique fez em 1995. Nós trouxemos subsídios aos Deputados e conseguimos eliminar essa reforma. No ano seguinte, Fernando Henrique assumiu e fez um decreto proibindo... Fez o Decreto nº 1.403, de fevereiro de 1995, criando um serviço de informação para os funcionários de estatais que viessem aqui. Segundo Rennó disse à imprensa, eles seriam demitidos. Depois, fez uma mudança na Constituição flexibilizando o monopólio. Fez a Lei nº 9.478, cujo art. 26 dá todo o petróleo para quem produz e uma obrigação de pagar 10% de *royalties* e 20% de impostos em dinheiro. O Reichstul, quando assumiu, fez uma coisa, Deputado, que destruiu o espírito de corpo da companhia. Destruiu, ou agravou muito, porque ele pegou o salário dos gerentes e dobrou. Então, o gerente que ganhava 10 mil reais, e um técnico que ganhava 6 mil... O gerente passou a ganhar 25 mil. Então, um gerente que ganhava 25, se perdesse o cargo, passava para 6: um quarto. Com isso, muitos gerentes aderiram, e, ao invés de defenderem a companhia, defenderem o chefe superior, para não perder o cargo... Aí começou o desvio, porque ele aumentou muito o número de gerentes. Ele se tornou um ídolo na empresa.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Foi em que ano isso?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Foi em 1998, ou por aí. Depois, ele fez a mudança de PETROBRAS para PETROBRAX. Chamou a mim e a FUP para comunicar. Depois que ele terminou, eu disse: *“Presidente, o senhor tem clareza*



que o senhor rasgando a segunda bandeira nacional?” Ele disse: “Eu não te chamei aqui para pedir opinião. Eu te chamei para comunicar.” Eu falei, então...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - O Presidente era Fernando Henrique Cardoso?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Na gestão Reichstul, era o Fernando Henrique Cardoso. Então, eu saí dali, convoquei uma coletiva, falei isso para a imprensa. Aí o povo brasileiro se conscientizou do perigo que a PETROBRAS estava correndo. A pressão foi violenta, e ele voltou atrás. Mas, como eu falei, houve vários acidentes estranhos (62 em 2 anos), e houve uma troca de ativos, porque, no Governo Collor, o Credit Suisse First Boston apresentou um programa de desnacionalizar a PETROBRAS, que era privatizar as subsidiárias e, depois, dividir a *holding* em novas subsidiárias e privatizá-las. Então, Reichstul dividiu a PETROBRAS em 40 unidades de negócio e começou a privatizar pela REFAP, no Rio Grande do Sul. Só que ele fez uma troca de ativos tão absurda que a PETROBRAS levou um prejuízo de 2 bilhões de dólares. Subsidiámos os sindicatos petroleiros, entrou na Justiça, ganhou a liminar, que chegou ao STJ. O Ministro Edson Vidigal cassou a liminar e, aí... Mas pelo menos travou...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Blindagem judiciária desde aquela época, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Deputado, para concluir.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Para concluir, travou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Eu quase vou acatar o pedido de ordem do Deputado.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Travou, por esse meio, o processo de privatização da PETROBRAS. Então, havia, sim, um processo de desnacionalização. Quando o Gros assumiu no lugar do Reichstul, que caiu por esse evento de PETROBRAX, Francisco Gros assumiu e fez um discurso em Houston, dizendo que a PETROBRAS deixaria de ser uma empresa estatal para ser uma empresa transnacional, uma empresa privada multinacional. Então, o Gros confessou, e depois negou o artigo, e tal. Mas, enfim, havia, sim um processo, não de privatização, mas de desnacionalização da PETROBRAS.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Próximo inscrito: Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Bem, Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar o Sr. Fernando Leite Siqueira pelo depoimento que fala um pouco aí da história da PETROBRAS, sobretudo colocando, de maneira muito clara, que a volta do projeto entreguista em relação à política a ser implementada na PETROBRAS não se sustenta de maneira nenhuma.

Nós sabemos que a Oposição hoje está embasada no quanto pior melhor. E assim como foi feito naquela época do desmonte da PETROBRAS, que foi testemunhado agora há pouco, o que está se tentando é exatamente isso com o Projeto Serra, que foi muito bem rebatido aqui pela nossa Deputada Maria do Rosário e pelo Deputado Jorge Solla. E nós, da banda do Partido dos Trabalhadores, queremos é firmar uma posição forte contra esse projeto que, na verdade, visa contra os interesses nacionais e que, de fato, não se sustenta do ponto de vista daquilo que nós pensamos para uma empresa muito importante para o desenvolvimento nacional. Aliás, 80% das empresas que hoje lideram o mercado das maiores empresas que lideram o mercado de petróleo são estatais, e a PETROBRAS se destaca inclusive entre elas, porque é uma das que detém uma das maiores tecnologias, sobretudo de águas profundas.

Mas eu quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Fernando, para fazer algumas perguntas. Eu quero dizer, inclusive, referendando a importância da fala do senhor, porque o senhor, em 2009, foi agraciado com o título de Homem do Ano no setor de energia — não foi isso? —, outorgado pelo Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, a Federação Nacional dos Engenheiros e a Universidade de São Paulo. Então, não tem ninguém melhor para denunciar, neste momento, essa tentativa de entrega da PETROBRAS, sobretudo para os interesses internacionais.

E, aí, eu quero fazer algumas perguntas. Aqui consta que o senhor esteve 24 anos na empresa, onde ocupou vários cargos gerenciais. Eu queria que o senhor respondesse sobre se o senhor tomou conhecimento de algumas atividades de corrupção nesse período.

Outra questão. Alguns delatores aqui, como o Sr. Pedro Barusco, disseram — o senhor deve estar acompanhando aí pela imprensa toda essa questão da



corrupção na PETROBRAS — que essa corrupção seria sistêmica e estaria entranhada na PETROBRAS. Mas até hoje não temos nenhuma prova, por exemplo, da participação da ex-Presidente Graça nem do ex-Presidente Gabrielli. A Oposição tenta aqui fazer todos os esforços em relação a isso, mas não consegue. O senhor acha que essa corrupção era institucionalizada?

E outra pergunta, também uma pergunta que vez por outra, Presidente, aparece aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Concluindo.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - ...que é relacionada ao fato do sobrepreço nos contratos da PETROBRAS. Com a sua experiência... Nós, inclusive, ouvimos aqui várias pessoas de áreas de licitação, não tem ninguém indiciado, não tem ninguém que foi denunciado pelo Ministério Público e não tem ninguém que foi preso pela Justiça Federal. Eu queria saber se o senhor acredita que houve sobrepreço nas obras da PETROBRAS.

Obrigado.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Bom, nos 24 anos meus na PETROBRAS, um ou outro caso de corrupção assim localizado foi detectado. As pessoas foram demitidas. Isso acontece em qualquer lugar do mundo onde tem muitas pessoas, não é? Mas, desse porte que está agora, eu não tomei conhecimento no meu período de trabalho. Depois, aposentado já, pela AEPET, tinha algumas suspeitas, tinha algumas reclamações de técnicos que nos procuravam, mas a gente não tinha prova, não tinha como provar. Tentávamos correr atrás, mas a coisa era muito bem feita. Então, a delação premiada foi que... Até porque nós temos a Pricewaterhouse, que faz a auditoria da PETROBRAS, a KPMG, várias empresas de auditoria interna que não detectaram isso. Então, para a gente que está aposentado, então é mais difícil ainda de ver. A gente suspeitava, mas suspeitava que tivesse alguma coisa errada. Mas não tinha como provar. Graças a Gabrielli eu não posso... Eu acho que eles não... A minha opinião é de que eles não estão envolvidos. Mas é meio complicado defender sem uma... Eu acho que... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Qual é a graça, palhaço? Qual é a graça?



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Palhaço?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Olha o respeito, Deputado!

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Você respeite o Plenário aqui!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Deputado Jorge...

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Eu não tenho nenhuma prova de que eles estavam envolvidos. Eu acho que foram um pouco inocentes em não perceber essas coisas. Agora, não tem como constatar algo assim, digamos, concreto. Não tem como dizer. Também não posso botar a mão no fogo, porque eles estavam num burburinho, numa turbulência bastante complicada. A questão do sobrepreço, certamente houve. Quando você tem um concorrente só, esse concorrente combina com os outros, e aí dá um sobrepreço, sem dúvida. Aconteceu.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, só um minutinho. Eu quero que fique registrada aqui a agressão que esse Deputado fez a minha pessoa aqui.

Eu gostaria de deixar registrado, que eu registre e que a Casa, que a Comissão registre, a agressão pessoal que esse Deputado fez a minha pessoa aqui. Mais uma vez, ele faz uma agressão pessoal a minha pessoa. E peço providências imediatas contra essa pessoa.

Ele fez uma agressão pessoal. Ele não sabe discutir, perdeu a moral. Ele tem que respeitar não apenas a mim, mas o cidadão brasileiro que está nos assistindo, os meus eleitores. Se a mãe dele não deu educação para ele, se ele não frequentou a escola, se ele não tem família... Eu sou diferente! Que ele me respeite como Deputado Federal eleito aqui! E peço a V.Exa. que tome providências quanto a esse elemento que está presente aqui!

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Sr. Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Eu vou pedir aos Parlamentares que tenham um pouco de paciência.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Eu, que fui citado, eu tenho o direito de responder, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - V.Exa. não foi. Ele só estava respondendo o que V.Exa. disse.



O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Eu queria pedir... Não, estou respondendo porque fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Próximo inscrito, Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Presidente, não é correto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Ausente no plenário.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - E eu queria solicitar que esta CPI tivesse o mínimo de respeito com o andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Deputado Wadih Damous. Ausente no plenário.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Não dá para ficar aqui com molecagem, com gaiatice, com risadas, com provocações o tempo todo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Eu quero dizer a V.Exa...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Então... Esse elemento está fazendo isso desde que começou a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Quero dizer a V.Exa. que...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Esse elemento não pode continuar fazendo isso sem ter a resposta adequada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Deputado Jorge, eu quero dizer a V.Exa. que tudo aqui está sendo gravado e que tem a Taquigrafia. Todos, ambos podem recorrer para fazer as suas reclamações ou até denúncia ao Conselho de Ética.

Deputado Júlio Delgado. *(Pausa.)* Ausente do plenário.

Deputado Edio. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Celso. *(Pausa.)*

Deputado Onyx. *(Pausa.)*

Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, brasileiros e brasileiras, Sr. Fernando, chama a atenção, na fala de alguns colegas Deputados aqui, o comentário de que a PETROBRAS é patrimônio do povo brasileiro. E eu concordo.



O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - A PETROBRAS o quê, Deputado? Não ouvi.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Que a PETROBRAS é patrimônio do povo brasileiro, os seus funcionários. E me chama a atenção essa questão, Dr. Fernando, porque, se é patrimônio do povo brasileiro — uai? — por que dilapidaram o patrimônio? Por que fizeram tão má administração dela nos últimos anos? Nós temos, acho, mais de 70 mil servidores lá na PETROBRAS. E ninguém conseguia enxergar esse antro de corrupção que foi implantado dentro da PETROBRAS?!

E o que me chamou atenção também, Dr. Fernando, é que, se o senhor pegar o Dr. Paulo Roberto, se o senhor pegar o Hélio Duque, se o senhor pegar o Barusco, todos eles são engenheiros, não é? Engenheiros com 25, 30, 25, 30 anos. E, no meu ponto de vista, na posição de diretores, eles teriam que ter a obrigação de evitar que o crime acontecesse. E eles se mancomunaram com doleiros, com políticos, não sei se por ordem de políticos; mas eles encontraram uma grande fragilidade. E, pelo que eu tenho visto aqui, e pelo que os delatores mencionaram, isso acontece — recente, acontece desde 2002, 2003. O Barusco disse que até acontecia antes de forma isolada. Aconteceu de forma isolada, ele disse. Mas me parece que ele mencionou isso.

Então, eu ouvi profissionais que deveriam combater, proteger a PETROBRAS, mas que, na verdade, dilapidaram o seu patrimônio. E aí alguns vêm até esta Comissão e dizem: “*Nós queremos apurar os fatos*”. Mas mantêm até hoje contratos tendenciosos, e divulgam um balanço onde não estão todos os prejuízos. Então, isso realmente assusta o povo brasileiro. Então, eu queria que o senhor me mostrasse a sua visão a respeito disso.

Eu quero já deixar claro que meu tempo é muito curto. Mas quero deixar uma outra pergunta para o senhor. Em relação ao Fundo Petros, eu percebi aqui, num levantamento rápido que fiz, que, além dos balanços mencionados por V.Sa., ela se envolveu em muitas questões. É do patrimônio dos servidores da PETROBRAS. Mas, aí, o que acontece? Vê aqui o prejuízo, o senhor pega, vê que ela se envolveu com o Banco Indusval Multistock, com 13 milhões de prejuízo. Depois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Para concluir, Deputado.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Um minutinho, só! Eu queria pedir a V.Exa., com mesma tolerância que o Presidente da Mesa tem com V.Exa. quando V.Exa. está sentado do lado de cá, que mantivesse a mesma tolerância comigo. Mas já estou finalizando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Então conclua.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Quarenta milhões que o Banco Rural... O BMG... Foram mais de 50 milhões. Pasadena mais... Então, o que acontece? A gente acaba vendo que o fundo... Você não vê a parte lucrativa dele, mas envolvido só em facilitações de corrupção para alguns agentes públicos, somente isso. Eu gostaria que o senhor mencionasse por que um fundo ligado à PETROBRAS, que também deveria estar protegendo os seus servidores, na verdade afunda esses profissionais?

Obrigado, Sr. Fernando.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Bom, o senhor primeiro perguntou por que dilapidaram o patrimônio da PETROBRAS e os funcionários não viram. Como eu falei, até as auditoras internacionais não conseguiram; a coisa era muito bem feita. Se não houvesse delação premiada, jamais seriam detectadas. Felizmente, houve, e eu acho que é a chance de a PETROBRAS deixar de ter isso em seus quadros. E aí ela vai deslanchar, e o País também. Então, para os funcionários tinha a suspeita. Como eu falei, um aqui denunciou um fato concreto, e foi demitido da função. Acabou morrendo de desgosto. Mas isso criou um medo nos demais. Investimentos ruins ocorreram. Eu entrei na PETROS como conselheiro; ela tinha um patrimônio de 20 bilhões. Hoje, está em 70. E ela perdeu em torno de 700 milhões com investimentos ruins. Desses 700 milhões, só com bancos foram 200. Alguns, com chance, há processo de execução dos ativos garantidores. Então, estima-se que talvez metade, 100 milhões, seja recuperado. E quando a gente apertava os dirigentes, eles diziam: *“Olha, eu tenho que produzir renda, porque se eu invisto só em títulos do Governo...”* Por exemplo, agora, os títulos do Governo desvalorizaram no mercado. Podem vender a qualquer tempo. Como os juros dispararam, e eles têm os juros fixos, esses títulos perderam o valor. Quando os juros caíram no início do Governo Dilma, eles valorizaram muito, inflaram muito. Os juros estavam, reais, estavam 3%, 4%. E o dele é de 6% — correção monetária mais



6%. Os títulos valorizaram. Agora, perderam porque os juros estão absurdamente altos. Nossos juros são maiores do que o dobro do segundo colocado. Isso é péssimo para o Brasil, para o País. E esses títulos perdem valor com isso. Então, o rombo hoje na PETROS, uma parte é isso, uma parte é provisão para ações judiciais, concessionárias ganharam, e outra parte é a desvalorização dos títulos e dos investimentos nas ações. Então, é claro que houve investimentos ruins. E Eu citei um caso em que fui contra, mas investiram assim mesmo. Mas os dirigentes falam: *“Eu investi; perdi 700, mas ganhei 40 bilhões”*. Não é um argumento muito sólido, mas há uma certa razão, ou seja, quanto maior a possibilidade de lucro, maior o risco. Então, se existe essa possibilidade, todos os fundos fazem alguns investimentos. Agora, nós reclamamos que havia investimentos que eram absolutamente indefensáveis, como, por exemplo, esse da Ecodiesel, que eu citei. Mas, no cômputo geral, o resultado financeiro do Fundo está tornando-o bastante sólido. É claro que nós não defendemos nenhum investimento ruim, mas, como eu disse, o conselheiro nem sempre tem o poder de veto.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado pela resposta. Só queria esclarecer uma última questão, muito rápido, Sr. Presidente.

O senhor acompanhou toda a questão da corrupção na PETROBRAS. O senhor teria algum remédio, alguma solução? A Associação dos Engenheiros tem alguma sugestão para que esses fatos não voltem a acontecer ou que se reduzam?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Temos várias. Primeiro, que haja menos autocracismo dos gerentes, que haja maior participação. No meu tempo de técnico da PETROBRAS — eu era peão nessa época —, quando havia uma decisão técnica, ela era respeitada em todos os níveis, até na Diretoria. De repente, com esse processo de corrupção, as soluções passaram a vir de cima para baixo. Foi aí que degingolou. Então, eu acho que, para coibir a corrupção, é fundamental que os técnicos tenham maior poder de decisão técnica, a favor da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Muito bem.

Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy. *(Pausa.)* Ausente do plenário.

Com a palavra a Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Fernando Siqueira, primeiramente, Deputado Izalci, V.Exa. naturalmente não



está aqui investido da autoridade de Presidente, mas seria muito interessante que a CPI focasse nos convidados, que ficasse dentro do nosso ponto fundamental de investigação, que são exatamente as propinas, o superfaturamento.

Não há nenhuma denúncia contra o Dr. Fernando, ao contrário. Então, eu acho que isso é importante. Nós tivemos uma verdadeira aula aqui sobre estratégia de mercado, de gestão, de administração, enfim, mas o nosso tempo é muito pouco na CPI. Ou nós o aproveitamos bem ou vamos ficar perdidos no tempo.

Eu queria apenas fazer duas perguntas ao Sr. Fernando. Uma delas é referente à questão dos engenheiros. Houve ou há, por exemplo, algum tipo de pressão, de coação ou de coisa parecida em relação aos engenheiros na elaboração desses projetos junto à PETROBRAS? Que tipo de pressão existe, na elaboração desses projetos básicos, já que boa parte deles acabam vindo com vícios, malfeitos, altamente suscetíveis aos aditivos e, portanto, ao pagamento de propinas? E a segunda pergunta — tenho apenas duas perguntas — é sobre um artigo que o senhor fez, cujo tema era *“Os dez estragos de FHC na PETROBRAS”*. E, dentre esses pontos, o senhor elencava, por exemplo, que a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil teria sido o pior contrato que a PETROBRAS já teria assinado na sua história. No balanço de 2014, os dados mostram que o prejuízo é da ordem de 50 bilhões de reais. Eu pergunto: o senhor continua com a mesma ideia, com o mesmo pensamento de que o Gasoduto Bolívia-Brasil foi de fato o pior contrato assinado pela PETROBRAS?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - A primeira pergunta da senhora é se há pressões. Sim, os nossos associados reclamam muito de assédio moral. Nós fizemos até carta ao Presidente, dizendo que, em determinados locais, os chefes assediam moralmente, impondo decisões ou não aceitando os argumentos dos engenheiros. Existe isso, sim, e nós temos combatido muito, através de carta para o Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Em algum momento, a Associação só fazia comunicado de cartas ou chegou a tomar algum outro tipo procedimento, até de ordem legal, digamos assim, de denúncia, de crime ou de coisa parecida?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - O nosso Sindicato chegou a fazer isso. O Sindicato tem lá o seu setor jurídico, e a Associação deixou que o fizesse.



Mas nós procurávamos agir, porque, quando se faz uma ação desse tipo, Deputada, cria-se uma reação sobre o empregado. Então, nós temos muito cuidado com isso, porque, se não conseguirmos mudá-lo de lugar, ele vai ser assediado mais fortemente. Então, ao pensarmos numa ação judicial, levamos em conta esse fato de poder recrudescer o assédio moral. Mas os sindicatos, a FUP e tudo o mais têm feito muitas ações nesse sentido. Nós não chegamos a fazer nenhuma, que eu lembre, porque o medo é de a repressão ser maior. Nós procuramos uma forma de transferir o empregado daquele chefe ou coisa desse tipo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Existiu algum período da história em que isso foi mais grave? Em qual ano, em qual período do ano isso foi mais grave? O Barusco, quando esteve aqui, falou que a corrupção na PETROBRAS já vem de muitos anos, desde a década de 80, enfim, de muito tempo atrás para cá. Falou que ficou mais sistêmica de um certo período para cá, mais institucionalizada dentro da própria PETROBRAS. O senhor poderia dizer uma data em que esse tipo de pressão ficou muito mais frequente, muito mais evidente?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Essa pressão sempre houve, porque o chefe autocrático é um chefe ruim para a companhia. Quando o chefe tem menos conhecimento do que o subordinado, ele procura cerceá-lo. Existe muita reclamação dos engenheiros de nem sempre poderem estar naquela função que gostariam. Eles são colocados num local cuja formação não lhe proporciona o mesmo desempenho. Então, isso sempre aconteceu. Eu não saberia lhe dizer quando é que foi mais forte.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sempre aconteceu, dos anos 80 para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Deputada Eliziane, peço a V.Exa. que conclua, porque há mais uma pessoa para falar e que terá que embarcar às 18 horas.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só falta a segunda pergunta, a que ele ainda vai responder, Presidente.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - O Gasoduto Bolívia-Brasil, Deputada, foi o pior projeto, porque se tirou o investimento da Bacia de Campos, cuja taxa de retorno anual era 80%, e se mandou parar as hidrelétricas. Os projetos de hidrelétricas foram parados para tornar irreversível o Gasoduto. E, na época, no



estudo técnico e econômico, o Gasoduto tinha um custo financeiro de 12% ao ano e uma taxa de retorno de 10%. Então, primeira coisa, ele não se pagava; segunda coisa, nós saíamos de uma energia limpa, que é a da hidrelétrica, para uma energia poluente, que é a da energia fóssil.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu falo do ponto de vista de prejuízos financeiros. O senhor acha que ele trouxe mais prejuízos do que as últimas movimentações da PETROBRAS? A Graça Foster, por exemplo, quando esteve aqui, falou muito desse projeto, com muito mimo, com certa dedicação. Disse inclusive que esteve à frente dele. Mas, do ponto de vista dos prejuízos financeiros, o senhor continua acreditando que ele foi o que trouxe mais prejuízo para a PETROBRAS?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Não, ele foi estrategicamente o pior, porque, inclusive, a PETROBRAS tinha a obrigação de comprar o gás, mesmo que não houvesse mercado. Então, durante 10 anos, ela comprou o metro cúbico a 25 dólares e o vendia a 15. O projeto poderia até ser bom, mas tinha que ser feito de maneira totalmente diferente da forma como foi feita. A PETROBRAS tirava recurso da Bacia de Campos, com taxa de retorno de 80%, e investia num gasoduto que dava prejuízo, dependente de um produto poluente, que tinha domínio de empresa estrangeira. Então, estrategicamente, foi o pior projeto da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - O próximo inscrito é o Deputado Félix. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado João Gualberto. *(Pausa.)*

O último inscrito é o Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente Izalci, Sr. Relator, Srs. Deputados, senhores convidados, é extremamente importante para esta CPI ouvir figuras como V.Sa., Dr. Fernando, que tem uma experiência vasta na PETROBRAS e conhece os meandros daquela empresa, que é, na verdade, um símbolo para o Brasil. Nós estamos vivenciando um momento raro na empresa. A cada momento estoura mais uma bomba financeira.

V.Sa., no início da sua oitiva, disse aqui que, na PETROBRAS, se rouba até barril de petróleo. Efetivamente, é extremamente interessante que, na hora em que se diz que se rouba barril, roubam-se bilhões; rouba-se do barril à refinaria.



O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Não falei na PETROBRAS, Deputado, falei no mundo, na produção mundial, onde os focos de corrupção são...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Mas aí é que nós temos que... Não podemos tergiversar. Nós temos que tratar aqui dos problemas da CPI.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Certo.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - E aí os Deputados têm razão. Nós temos que efetivamente tratar dos objetivos da CPI, porque não adianta nada nós trazermos aqui uma figura do seu gabarito, e o senhor dissertar sobre PETROBRAS, e não tratar do cerne da questão. O senhor já tratou de PETROS, tratou dos fundos, tratou dos bancos, mas nosso objetivo aqui é detectar onde foi lesado o patrimônio brasileiro.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Certo.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - E dentro disso é que eu faço a colocação de que se rouba desde o barril até a refinaria.

Há pouco o senhor fez uma colocação que, dentro dos padrões de grandes empresas, é efetivamente o correto. Os engenheiros querem galgar os postos, ou seja, as gerências. Mas nós temos o exemplo do Paulo Roberto Costa, funcionário de carreira, o maior exemplo da PETROBRAS, que foi o grande exemplo de como ludibriar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O Barusco também.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - O Barusco também, Deputado Luiz Sérgio. Os que aqui estiveram estão todos dentro dessa malha. Por isso, faço questão de frisar, mais uma vez, que não há nenhuma denúncia contra o senhor. O senhor veio aqui para nos ilustrar.

E, aproveitando essa ilustração que o senhor veio fazer, nós queremos que o senhor nos dê um panorama, porque fazer pergunta ao senhor, eu não me sinto capacitado a perguntar. Mas queremos que o senhor nos dê um panorama do que o senhor conhece, da sua vivência, da justificativa, inclusive, desse prêmio que o senhor recebeu, que mostra que o senhor é um homem de talento, de preparo e de conhecimento raro. É nessa vertente que eu quero que o senhor discorra sobre o que está aí, o que senhor vivenciou. Que posições o senhor nos aconselharia no objetivo de sanarmos essas situações desagradáveis que a empresa vivencia,



contra Barusco, contra Paulo Roberto, contra quem quer que seja? Minha preocupação aqui não é nominar. No caso do Paulo Roberto, eu nomeiei porque o senhor falou dos engenheiros que galgaram... O Barusco também galgou, e galgou tanto que foi à Sete e foi um inferno para o povo brasileiro.

Então, é nessa vertente que eu gostaria que o senhor me respondesse.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - A PETROBRAS, Deputado, tem um corpo técnico. Hoje nós temos uns 15 mil engenheiros, e o Paulo Roberto, o Barusco e o Duque são exceções lamentáveis, infelizmente. Mas, no geral, os engenheiros são muito sérios e competentes. O que eu acho que ocorreu, como eu falei com a Deputada, foi o autoritarismo de cima para baixo, que inibiu a iniciativa dos engenheiros para eliminar os problemas. Eu citei aqui um caso, mas muitos, ao denunciarem a corrupção, eram demitidos do cargo. Então, isso é um assédio moral que tem que ser eliminado. Tem que haver transparência na PETROBRAS e, fundamentalmente, têm que ser respeitados os pareceres técnicos. Os jornais dizem, mas eu não sei, porque...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - O senhor não acha que, dentro dessa malha, há outros Baruscos, outros Paulos Robertos? Enfim, nessa gama de engenheiros — é evidente que há os sérios e decentes —, há os filhotes dos maiores?

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Sim, pode ter mais uns três ou quatro. Não vou dizer ao senhor que não tenha, é possível que tenha. Eu não sei afirmar com certeza, mas é possível, porque, quando se faz uma operação desse tipo, cria-se um movimento de pessoas agregadas a essas pessoas que acabam se envolvendo também. Então, infelizmente, isso é inexorável. Agora, com transparência, com democracia e não com autocracia, como... É o defeito da Graça Foster, ser muito autocrática, e autocracia é mostrada nos compêndios de tecnologia...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Permita-me interrompê-lo. Eu tenho a melhor impressão da Dra. Graça Foster.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Eu também.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - A Dra. Graça Foster veio aqui e deu um *show* de conhecimento.



O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Sim, mas ela era muito autocrática. Isso prejudica...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Se a ludibriaram, o fizeram roubando até a consciência dela. Mas eu tenho a melhor impressão dessa senhora, e ela deu aqui uma demonstração de conhecimento e de certeza do que estava fazendo comandando a PETROBRAS.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Concordo com o senhor. Agora, acho que a autocracia dela inibiu as pessoas de chegarem a ela. Isso prejudica. Há um estudo técnico no sentido de que isso prejudica uma empresa em 30% da sua economia, no seu desenvolvimento. Então, o defeito da Graça, para mim, era o excesso de autoritarismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Deputado Paulo, eu quero aproveitar e já perguntar ao Sr. Fernando Leite se vai fazer algumas considerações finais para que possamos chamar o próximo depoente.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA - Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui. Repetindo o que eu falei no início, reputo a CPI uma instituição da maior importância para o nosso Poder Legislativo e para o País. Então, tenho o maior respeito por ela. Claro que nós somos humanos, algumas coisas, às vezes, não saem como a gente gostaria, mas tudo isso faz parte do ser humano. Nós, como humanos, temos essa perspectiva de erro. Mas, no fim, eu quero dizer que respeito com muita ênfase a importância da CPI. Espero que os senhores consigam fazer um ótimo trabalho, abstraindo-se dos partidos e vão buscar um Brasil melhor, porque nós vivemos no País mais rico e mais viável do planeta. Já era assim antes do pré-sal, e o pré-sal o tornou ainda mais rico e mais viável. Então, eu desejo sorte à CPI e parabéns pelo trabalho de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Agradeço e já convido imediatamente o Sr. Paulo Teixeira Brandão para tomar assento à mesa.

Sr. Paulo Teixeira Brandão, registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e o que lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código do Processo Penal, advertindo-o, ainda, de que o descumprimento



por parte da testemunha desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 348 do Código Penal.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - V.Sa. tem até 20 minutos para fazer as suas considerações.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui. É uma honra muito grande para nós estarmos na Câmara dos Deputados, nesta CPI tão importante, que vai certamente indicar algumas soluções para os problemas que estão sendo examinados. E foi-me informado que a minha presença aqui seria para falar sobre investimentos da Sete Brasil. Foi um FIP criado — FIP Sondas — para construir 29 plataformas para a PETROBRAS, para exploração do pré-sal, investimento que realmente iria trazer emprego e renda para várias regiões do País. Era um projeto muito interesse, que ia trazer também rendimentos para o nosso Fundo de Pensão — PETROS e outros fundos de pensão de outros investidores. Porém, houve um problema com a PETROBRAS, que é do conhecimento de todos. E aí realmente tem que haver um remanejamento em relação a esses investimentos da PETROBRAS. Eu pelo menos apurei, como Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Sistema PETROBRAS e PETROS, consegui fazer uma interlocução com a Direção da PETROS — temos um canal de comunicação hoje bastante aberto com a Diretoria da PETROS —, e foi-nos informado que está realmente sendo feito um esforço enorme para a recuperação desse projeto, de forma que venham eles a terem pelo menos em termos de 15 sondas para ser realizado o projeto, provavelmente na mesma ou em pouco menor proporção ao investimento que estava sendo esperado. E aproveito a oportunidade para dizer que, na realidade, todo esse imbróglio que aparece na imprensa com relação aos fundos de pensão, com relação à PETROS, principalmente, tem muito a ver com um problema de gestão. Na realidade, o problema da PETROS hoje é um problema de gestão. Há muito tempo que as representações de participantes, tanto as entidades representativas, como a nossa Federação, as associações de classe, como a AEPET, a ABEP e outras, estão há muito tempo mostrando que existe a necessidade de mudar o modelo de gestão, o



modelo de gestão calcado na indicação para direção com forte influência político-partidária, que tem deixado de cumprir, por exemplo, o que determina a Constituição Federal, que, no seu art. 202, diz que há necessidade de haver representação paritária nos colegiados das entidades de previdência complementar. No caso da PETROS, embora as Leis Complementares nºs 108 e 109, que regulamentaram o Decreto-Lei nº 202, da Constituição, tenham contemplado a disciplina do colegiado, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, deixaram de lado um colegiado importante, que é a Diretoria-Executiva. E algumas fundações, alguns fundos de pensão, como a PREVI, a FUNCEF e outros, já realizaram essa alteração nos seus estatutos e fizeram eleições em que os participantes assistidos, então, elegem de uma forma paritária o colegiado da Diretoria também, como é o caso do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal. No caso da PETROS, já foi feita, 5 anos atrás... Mais ou menos uns 4 anos atrás, o Conselho Deliberativo, por unanimidade de seus participantes... No Conselho Deliberativo da PETROS há três representantes da patrocinadora e três representantes dos participantes e assistidos, eleitos por eles, sendo que a Presidência cabe, pela lei, à patrocinadora. A PETROBRAS indica, e um dos três é o Presidente. Só que não houve um disciplinamento do poder do voto de qualidade. Então, na realidade, com o voto de qualidade, sempre há maioria por parte da patrocinadora. Então, as alterações de estatutos, regulamentos e tal são feitas sem que o participante realmente tenha condições de interferir. Essa alteração que foi feita 4 anos atrás, por unanimidade dos votos dos conselheiros eleitos pelos participantes e dos eleitos pela patrocinadora. Foi introduzida essa alteração no regulamento — no Estatuto, melhor dizendo —, fazendo com que houvesse a obrigação de haver eleição para a Diretoria-Executiva. Só que isso não aconteceu, porque a PETROBRAS seguiu essa alteração, não permitiu que ela vigesse, e nós ficamos até hoje sem eleger os membros da Diretoria-Executiva. É necessário, é importante, embora tenhamos participante no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal, que na Executiva tenhamos também participante, para poder exatamente olhar a execução dos investimentos, e não apenas a projeção e a definição das diretrizes, o que é feito pelo Conselho Deliberativo, e, depois, a fiscalização pelo Conselho Fiscal. É necessário que seja na execução, para evitar, evidentemente, alguns investimentos que foram feitos de realização realmente duvidosa e que estão



sob investigação, inclusive por determinação do próprio Conselho Deliberativo, por indicação dos conselheiros eleitos pelos participantes. Estão sendo, então, investigados — existe uma investigação em curso —, para verificar se esses investimentos que foram mal realizados o foram por negligência, por má-fé ou se foi simplesmente uma falha da gestão. Então, eu queria aproveitar esta oportunidade para dizer que nós já tivemos a oportunidade, inclusive, de várias e várias vezes levar essa questão para as autoridades competentes. Tivemos reuniões com o Ministro da Previdência, expusemos esse assunto. Tivemos reuniões com a Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência, com a própria PREVIC, que é atualmente a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, expondo essas questões, dizendo que há necessidade de alterar essa gestão da PETROS, para que se tenha lá, conforme foi aprovado nessa alteração do Estatuto, a direção eleita para a composição da Diretoria-Executiva e também a composição de comitês gestores, que são comitês gestores formados paritariamente por patrocinador, participante e assistido. Então, eu queria deixar aqui essa mensagem e lembrar, se os senhores não têm conhecimento, que, no caso da PETROS, já vai para o 12º ano que as demonstrações contábeis não são aprovadas pelo Conselho Fiscal. Não sei se é do conhecimento dos senhores isso. Quando nós informamos isso aí pessoalmente ao Ministro da Previdência na época — o anterior —, houve um espanto com relação a esse assunto. E era o nono ano em que isso acontecia! Já aconteceu o ano passado, quando, por unanimidade, os conselheiros fiscais, inclusive os indicados pelo patrocinador e pelos participantes, não aprovaram as demonstrações contábeis. Foi para o Conselho Deliberativo, e os conselheiros eleitos pelos participantes, que são independentes, também votaram contra a aprovação. No entanto, com o voto de Minerva do Presidente do Conselho, foram aprovadas mais uma vez as demonstrações contábeis e a gestão, sem que houvesse a aprovação do Conselho Fiscal. Isso eu acho e considero bastante grave e importante. E, dessa vez, segundo informações que nós tivemos da PREVIC, da direção da PREVIC... Numa reunião que tivemos com eles, fomos informados de que, se na realidade ocorrer novamente este ano, vai haver uma apuração das causas reais dessa não aprovação das contas. Tem a ver, tem muito a ver essa não aprovação com algumas irregularidades com relação a investimentos, com relação a



algumas exigências feitas pelo Conselho Fiscal e não atendidas. Da nossa parte, da parte do... Nós sempre apresentamos uma falha na apuração atuarial. Nós consideramos que existe uma reserva matemática, quer dizer, uma provisão matemática atualmente calculada que tem uma deficiência e, a nosso ver, essa reserva deveria ser maior. Então, existem também alguns créditos do Fundo com relação a patrocinadoras que... Estava em discussão, numa ação civil pública, que a PETROBRAS se propôs a pagar a metade em 2028, e já está hoje acumulada em 9 bilhões de reais essa dívida com o Fundo. Então, se está dando déficit técnico hoje, isso tem muito a ver com essas questões de gestão, com essa questão da dívida da PETROBRAS. E não pode ser imputado de forma alguma ao participante e ao assistido a responsabilidade de que venha a fazer aporte para... Eu acredito que o ano que vem, até o ano que vem, haja uma grande melhoria dessa situação, porque atualmente a Direção hoje da PETROS — pelo menos é a nossa impressão, tivemos contatos já duas vezes com a Direção da PETROS — parece que tem todo um processo de intenção de fazer acertar, de fazer uma administração que venha a conduzir realmente a Fundação a resolver todos esses problemas e a eliminar esse déficit técnico. Eu queria deixar essa contribuição aqui, porque as nossas afiliadas da Federação são todas, realmente, de aposentados, pensionistas e anistiados do Sistema PETROBRAS e PETROS e dependem muito da Fundação. Nós acreditamos que a reserva constituída hoje pelo Fundo da PETROS é suficiente para atender aos compromissos do Fundo, porém há necessidade realmente de uma gestão mais apurada, de uma participação mais efetiva dos participantes e assistidos na gestão através da eleição para a Direção, que é determinação constitucional, e também na formação de comitês gestores justamente para fazer com que haja uma participação efetiva do dono do recurso, que é o participante na gestão da PETROS. Então, eu acho que deixei aqui a minha apresentação inicial, deixando essa mensagem de contribuição para este organismo importante, que é a CPI, na qual eu estou agora à disposição dos senhores para responder àquilo que quiserem e desejarem de mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Concedo a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. trabalhou na PETROBRAS por quantos anos?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Eu trabalhei na PETROBRAS mais ou menos uns 8 anos, 10 anos, aliás. Fiz 10 anos e 6 meses. Depois, eu passei para a PETROBRAS Distribuidora. Eu fui da PETROBRAS Holding, depois passei para a PETROBRAS Distribuidora. Trabalhei na criação dela desde o início, enquanto ela era ainda uma divisão da PETROBRAS, e depois eu me aposentei. Como eu fui Diretor da PETROS, eu me aposentei como Diretor da PETROS, mas pela PETROBRAS Distribuidora. Então, foram trinta e poucos anos de convívio com o Sistema PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E qual a formação profissional do senhor?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Eu sou advogado. Sou advogado, mas o meu trabalho, minha militância toda foi na área técnica e operacional e, depois, na área administrativa e financeira.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E, na PETROBRAS, V.Sa. ocupou cargo de direção?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não, na PETROBRAS, não. Na PETROBRAS eu trabalhei na refinaria, na área de produção, fui encarregado de uma unidade de produção, depois eu me desliguei e fui para a PETROBRAS Distribuidora, onde fui até o nível gerencial. Fui gerente-executivo do antigo Distrito do Rio de Janeiro, quando depois eu fui nomeado Diretor da PETROS, da Fundação PETROS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E na área sindical V.Sa. também teve uma participação?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Sim, tive. Na REDUC, na Refinaria Duque de Caxias, eu participei da fundação, da criação do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias. Naquela época, a gente fazia uma associação e depois um sindicato. Eu fui da primeira Direção do Sindicato. Isso me deu alguns trabalhos, porque tivemos um início do movimento sindical lá em Caxias, e depois, então, quando eu passei para a PETROBRAS Distribuidora, fiquei afastado um pouco.



Depois fui militar mais no Sindicato Patronal, quando fui da PETROS e fui Presidente do Sindicato Patronal dos Fundos de Pensão.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O senhor foi Presidente do Sindicato...

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Do Sindicato Nacional das Entidades de Previdência Privada. Tinha a ABRAPP, que é a Associação, e tem o SINDAPP. Eu fui Presidente do SINDAPP por dois mandatos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, quando o senhor presidiu a entidade dos fundos de pensão, o senhor, a partir dali, passou a ser um militante atuante na área de fundo de pensão?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Com certeza. Eu passei a ser atuante. Enquanto eu estava na Direção da PETROS, eu participei da Associação, na Direção da Associação, a ABRAPP, depois participei como Presidente do Sindicato, o Sindicato Nacional do Fundo de Pensão, depois saí e passei a militar na área das associações de classe, das associações de aposentados. Hoje, eu sou dirigente de associação e Presidente da Federação Nacional das Associações de Aposentados e Pensionistas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. acompanhou o processo de criação da empresa Sete Brasil?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Sim, nós acompanhamos no sentido da sua apresentação, da sua proposta de investimento pela PETROS. Então, foi feita uma apresentação do projeto ao Conselho Deliberativo, e o Conselho Deliberativo viu nisso uma forma interessante de investimento para retorno e também para o desenvolvimento do próprio País, com relação à aplicação de equipamentos nacionais, etc. Uma grande prova disso nós acompanhamos no sentido de aprovação no Conselho Deliberativo da PETROS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E tinha um posicionamento favorável?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Sim, favorável, com certeza.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. seguramente acompanhou e também acompanha os desdobramentos da Operação Lava-Jato. E V.Sa. tinha conhecimento, chegou a V.Sa. qualquer informação de que havia um cartel que atuava dentro da PETROBRAS?



O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não. Sob esse aspecto, as informações que eu tenho são apenas pela imprensa, etc. Acompanho pela imprensa, não tenho nenhuma informação. Com relação às influências disso na PETROS, nós temos conhecimento de aprovação pelo Conselho Deliberativo, que aprovou que seja investigado, pelas mesmas empresas que estão investigando a questão da Lava-Jato na PETROBRAS, em função do depoimento do Diretor Paulo Roberto, e foi aprovada, pelo Conselho Deliberativo da Fundação, também, a investigação pelas mesmas empresas na PETROS. Isso está sendo feito e está sendo ainda objeto de acompanhamento por parte da... Nós estamos aguardando que a PETROS conheça isso através do relato lá. E tem uma comissão de investigação dentro da PETROS. Foi contratada a Ernst & Young, que está para apresentar o relatório final a respeito dos investimentos que foram mal realizados, provisionados, o que não é o caso da Sete Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., que atuou numa entidade sindical, depois na Associação de Aposentados, sabe que é muito comum que numa associação sindical, numa associação de aposentados, debata-se muito a questão da empresa. Então, um projeto benfeito, um presidente — e aí eu uso a expressão: *“Aquele Presidente é ladrão”*, ou *“O outro está roubando”* —, quer dizer, na Associação nunca houve nenhum comentário, nenhuma palavra de que poderia estar havendo corrupção dentro da PETROBRAS relacionada a alguns diretores? Quer dizer, nunca houve esse comentário, o senhor nunca ouviu?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não, eu nunca ouvi comentário desse tipo, a não ser alguns comentários sem comprovação, isso é... A gente sempre... Alguma coisa se ouve. Mas, com relação ao problema em si, não. Nós ficamos surpresos, inclusive, com o tamanho da coisa. Agora, sempre indicamos para a Direção da PETROBRAS... Tivemos inclusive reunião com a Presidente da PETROBRAS, Graça Foster, indicando várias situações em que nós víamos necessidade de alteração de gestão, apresentamos dossiês com trabalhos escritos e tudo o mais, mas com relação à corrupção, essa coisa, eu particularmente nunca ouvi falar e não me chegou ao conhecimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. aqui afirmou algo, que até também nos causou surpresa, de que há 11 anos o Conselho não aprova as contas do



Fundo de Pensão. Mas colocou também aqui, quase que como um pleito — não é? —, que os outros fundos já fizeram mudanças, constituindo uma paridade de indicados e eleitos. Podem também estar ocorrendo as rejeições como uma pressão política para se efetuar essa mudança na PETROS?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Nós entendemos que essa resistência é uma resistência realmente negativa e pode conduzir a uma impressão desse tipo, porque não havia motivo nenhum. A mudança do Estatuto foi feita nessa direção, mas nem precisava a mudança do Estatuto. O próprio Conselho Deliberativo podia determinar a eleição, mas seria por 1 ano, porque o mandato de conselheiro é por 1 ano. Para que fosse realmente uma coisa que ficasse sempre, nós alteramos o Estatuto, com a concordância dos representantes da PETROBRAS. Essa é uma discussão que vinha há muito tempo. Os três representantes da PETROBRAS, inclusive o Presidente, votamos por unanimidade. Algumas alterações foram negociadas, umas foram possíveis, outras não. As que nós desejávamos, algumas passaram, como essa, importantíssima, a eleição para diretor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quando foi feita essa mudança?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Há uns 4 anos mais ou menos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E não foi implementada?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não foi porque, quando foi aprovada, a legislação diz o seguinte.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E esse é um grande pleito de vocês?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Hein?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Esse é um grande pleito?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Eu acho que é a grande solução, um grande pleito. Eu acho que é inevitável, tem que acontecer, justamente para evitar, como o senhor falou, a possibilidade de ter uma influência mais forte dentro da Fundação, porque estarão lá na Direção, na Executiva, representantes eleitos dos participantes que realmente não vão permitir que isso aconteça. Não tendo sido assim, sendo um processo hegemônico, quer dizer, que vai desde o Conselho Deliberativo, com votos de qualidade e a Executiva completamente dominada pela patrocinadora, se tiver a patrocinadora uma influência externa, eu diria que certamente terá influência na Direção da PETROS. Não que isso eu possa afirmar,



mas é evidente, se há uma resistência para ter eleição direta do participante, algum motivo existe.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sim, mas o fato de... Há uma visão de que isso pode e evidentemente torna o processo mais democrático, mas também não é uma garantia, porque, por exemplo, no processo de corrupção a que nós estamos assistindo na PETROBRAS, lamentavelmente, ela está sendo conduzida por pessoas, funcionários de carreira, qualificados tecnicamente, alguns ocuparam inclusive cargos em governos que não o do PT, em governos do PSDB. O Paulo Roberto ocupou um cargo importante, o Barusco ocupou um cargo importante, e eles resolveram se desviar. Quer dizer, o desvio é um fato que pode ocorrer, independentemente do Governo, pela fraqueza das pessoas.

Mas o investimento na Sete Brasil V.Sa. aqui defendeu porque entendeu que naquele momento era importante, e, em relação ao grande pleito, é que seja implementada no Fundo PETROS a mudança estatutária que foi feita 4 anos atrás. É isso?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não. Eu diria o seguinte, Deputado: o senhor tem toda a razão. Essa sua colocação é verdadeira. Aliás, já foi me dito isso na época em que nós negociávamos com a Direção da PETROBRAS isso aí. Não quer dizer que o eleito pelo participante seja mais ou menos honesto do que o não eleito pelo participante. No entanto, sendo participante, ele tem um compromisso porque daquilo depende a família dele, o futuro depende daquilo. Então, há uma grande probabilidade de ser menos provável o participante dentro da Direção cometer uma falha do que o não participante. Essa é a nossa tese. Agora, não basta só isso, Deputado. Também é necessário que haja, que também é previsto na legislação e não é feito, o Regimento Interno do Conselho. O Regimento Interno do Conselho disciplina os direitos e deveres do conselheiro e disciplina o próprio Presidente, porque o Presidente lá é como se fosse dono do Conselho e predomina totalmente a vontade da patrocinadora e não dos participantes. Então, se houver no Regimento Interno uma disciplina para o voto de qualidade, a gente tem a impressão de que será muito mais democrática a gestão do fundo de pensão.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, eu vou acatar a questão de ordem do Deputado Leo, dou-me por satisfeito e passo aos Sub-Relatores.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Com a palavra, então, o Sub-Relator Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Paulo, quero cumprimentá-lo pela presença aqui na CPI, a presença do senhor, e eu quero voltar um pouquinho a esse assunto da Sete Brasil.

Depois de todo esse escândalo de corrupção, podemos fazer uma avaliação de que foi ruim para a PETROS investir em um projeto como esse, e imagino que os outros investidores também estão arrependidos. Apesar de ser importante para o País naquele momento — se fosse uma coisa, vamos dizer, honesta — essa produção de sondas no Brasil, eu acho que hoje os participantes desse projeto estão arrependidos.

Mas não é esse o ponto. O que eu gostaria de saber do senhor é qual a sua experiência. O senhor ocupou cargos na PETROBRAS; o senhor tem cabelos brancos, tem muita experiência; o senhor sabe o que acontece na PETROBRAS durante muitos anos. Como que se dá um projeto como esse ser apresentado na fundação, na PETROS? Como é que se dá isso? Uma coisa, assim, que nunca aconteceu, nunca existiu, chega um projeto grandioso, que vai envolver bilhões de reais, que apresenta para pedir um aporte de recursos. Como foi esse início? Quem foi o padrinho disso? Quem levou isso? Quem foi que, politicamente, avalizou essa história? Eu queria saber se o senhor ouviu dizer assim: “esse projeto aqui interessa ao fulano de tal”. Como é que se deu isso dentro da PETROS?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Deputado, eu não tenho conhecimento da fonte, de como ele se apresentou. Um projeto, para ser analisado na PETROS como investimento, tem uma receita de bolo. Existe, está até no estatuto, no *site* da PETROS como é que se faz uma proposta. Enfim, é público isso, como é que você se apresenta para levar um investimento para estudo na PETROS. Então, certamente esse estudo foi apresentado à direção da PETROS como um investimento, além de outros investidores, como o Pactual, o Banco Pactual, o Banco Bradesco, o Banco Santander e outros investidores; a PREVI, a VALIA, que é uma fundação privada, a FUNCEF. Na realidade, entre os diretores de investimento, certamente essa oportunidade é falada. Certamente, é dessa forma. Então, ela foi



colocada e levada à PETROS. Certamente, eu não sei a origem. Eu vou até procurar para saber.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas alguém da PETROBRAS foi lá apresentar esse projeto?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não tenho essa informação. Não tenho essa informação. Quando esse projeto chegou ao Conselho Deliberativo, chegou pelo caminho natural dentro da PETROS, apresentado pela... Foi aprovado na Diretoria, apresentado pelo Diretor de Investimentos, fizeram uma análise pelo Comitê de Investimentos, e foi levada à aprovação no Conselho Deliberativo com todas as informações necessárias para análise, para que fosse analisado. Então, não conheço a origem, quem realmente apresentou. Nessa investigação que nós exigimos que fosse feita, e está sendo feita agora nos outros investimentos, lá nós estamos querendo saber todo o andamento, como ele chegou e como é que isso aconteceu. Certamente, a gente vai apurar essa sua pergunta, vamos ter uma resposta. Não hoje, que eu não a tenho, mas quando tiver, faço chegar ao seu conhecimento essa resposta. Agora, eu não tenho. Não sei como foi, mas foi um investimento de vulto, certamente, mas com grande possibilidade de retorno. Quer dizer, tinha toda uma possibilidade de retorno. Agora, acredito que as informações que nós temos é que está havendo, realmente, um esforço grande para pelo menos 15 sondas sejam realizadas, evidentemente com condições mais favoráveis, de forma a que se possa executar realmente. Tem dois estaleiros que estão executando por conta própria. São dois estaleiros, o de Angra dos Reis e o de Aracruz, que o próprio estaleiro está tocando a sonda por conta própria. Existe uma vontade muito grande, acredito, de se recuperar o projeto. Agora, se o senhor me dissesse: “se pudesse pegar uma máquina do tempo e voltar atrás e soubesse das coisas de hoje, faria o investimento?” Não sei, talvez não. Mas o investimento, à época, realmente, e agora, ainda é considerado um investimento razoável.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas, só para saber, então o senhor não tem um nome para nos dizer de quem foi defender esse projeto lá politicamente. Não tem um nome?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não tenho. Se tivesse...



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Algum diretor da PETROBRAS, por exemplo, que foi lá, ou algum presidente, ou o ex-Presidente Gabrielli, no caso, ou a Presidente Graça Foster, estiveram defendendo esse projeto lá?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não. Ninguém esteve defendendo esse projeto lá, do nosso conhecimento. Não tenho essa informação. Ninguém da PETROBRAS, que eu tenha conhecimento, foi lá. O projeto foi levado para o Conselho Deliberativo sem nenhuma... Não teve presença de ninguém, nem influência de ninguém. Foi levado como um projeto estudado, apresentado e informado para o Conselho, com todas as informações necessárias para análise pelo Conselho Deliberativo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Essa é uma situação até que eu acho que, realmente, tem que haver uma mudança, porque um projeto grandioso como esse, o senhor tem uma experiência grande ali, não ter... Ninguém foi fazer? O projeto foi andando, desse tamanho? Sabemos que no Brasil as coisas funcionam... Quando existe vontade política, vai andando mais rápido. Nesse caso ali, o senhor não viu nada disso acontecer, então?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Nada disso. Então, como o senhor colocou, a coisa é exatamente essa. O Conselho Deliberativo, onde os conselheiros participantes participam, os eleitos, ele dá as diretrizes; qual é o formato, o perfil dos investimentos, para a diretoria executar. Na execução é que isso acontece. Então, qual é o nosso pleito? É justamente que haja eleições, como tem na PREVI, na FUNCEF, em outros fundos. Só não tem na PETROS, e a Constituição manda ter. Então, tendo um representante participante, eleito pelos participantes — como o senhor tem mandato, eu também tenho mandato, e temos de dar satisfação aos nossos eleitores —, tem condição de verificar antes de acontecer, ou durante a proposta, exatamente isso que o senhor me perguntou. Se eu tivesse essa informação, eu lhe daria.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - O próximo Sub-Relator é o Deputado Arnaldo Faria de Sá.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Antes de ser Presidente da Federação Nacional das Associações de Aposentados da PETROBRAS, que entidade outra de que o senhor tenha participado?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Entidades representativas?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Além de ser Presidente da Federação, o senhor participou de alguma outra entidade?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Eu sou, eu participo... Eu participo como diretor licenciado da AEPET. Sou engenheiro da PETROBRAS; já fui fundador, na criação da APAPE, que é a Associação Nacional de Participantes; sou um dos criadores, mentor intelectual e criador da ANAPAR, que é a entidade nacional — está certo? Aliás, tivemos contato com o senhor, grande defensor dos aposentados, lá em São Paulo. Talvez o senhor não esteja lembrado disso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor participou algum tempo da PETROS?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Sim, claro. Eu fui Diretor da PETROS de novembro de 89 até fevereiro de 94.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Era isso o que eu queria saber.

Qual a situação da PETROS hoje, na sua avaliação?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Eu acho que a PETROS hoje tem condições tranquilas de atender os seus compromissos, porque, embora ela tenha um déficit técnico... Um déficit técnico é um déficit de caixa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que tem esse déficit?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Tem esse déficit, primeiro, porque existe uma, aí, houve um problema conjuntural, quer dizer, os investimentos tiveram por 2 anos, 2013 e 2014, uma queda na sua rentabilidade, em função da conjuntura nacional; 3 bilhões foi em função do impacto atuarial...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas não teve prejuízo da PETROS em má aplicação, não?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não. A má aplicação que tem, que foram provisionados, está na ordem de 700 milhões a 800 milhões. Quer dizer...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor acha pouco isso?



O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Hein?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor acha pouco isso?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não, não acho pouco.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ah, bom!

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Estou dizendo que, para influência no déficit... O déficit é de 6 bilhões, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas esses 700 a 800 milhões...

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - O déficit, na realidade, a causa do déficit, a maior parte do déficit, na realidade, é função da conjuntura nacional da economia do País...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Já entendi. Mas esses 700 a 800 milhões, que foi esse prejuízo que o senhor está falando.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Pois então, 3 bilhões, cerca de quase 2 bilhões e pouco, foi em função da baixa rentabilidade dos investimentos; 3 bilhões e meio foi porque houve a aprovação, por solicitação da PETROBRAS, no acordo coletivo de 2014, que aprovou com os sindicatos rever benefícios dos aposentados que não foram à Justiça reivindicar seus direitos relativos ao acordo coletivo de 2004, 2005 e 2006, que não foi porque... A PETROBRAS e a PETROS não cumprem regulamento. Esse não cumprimento do regulamento implica...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas quem é o culpado de a PETROS não cumprir o regulamento?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Então, é a direção; a direção da PETROS e a direção da PETROBRAS, porque o regulamento determina...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que o senhor diz "direção da PETROS e da PETROBRAS"? A PETROBRAS tem interferência direta na PETROS?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não. É porque a PETROBRAS, no acordo coletivo, através do acordo com o sindicato, ela criou uma chamada tabela congelada, o que a meu ver é uma ilegalidade, que...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que o senhor acha que é ilegalidade?



O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Ilegalidade porque a relação entre participantes e fundos de pensão, ou entidade de previdência, conforme determina a Emenda Constitucional nº 20, é uma relação contratual entre participante e entidade, e não pode ter nenhuma outra determinação de como é a relação de correção do benefício, que a PETROBRAS introduziu no acordo coletivo. Quer dizer, isso é uma ilegalidade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na época em que o senhor estava na PETROS, a SPC ou a PREVIC alertaram a PETROS de alguma irregularidade?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Nós temos demonstrado isso aí há tempos à PREVIC essa questão...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Antigamente era SPC, agora é PREVIC?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - É PREVIC agora, era SPC. Dizia o seguinte: em 1984, a PETROBRAS assumiu a mudança de regulamento que fez com que a correção do benefício fosse feita pelo salário da ativa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Em que ano?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Em 1984. O Ministério da Previdência disse que isso ia dar problema um dia. É o que está dando problema agora.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Está dando agora.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - E obrigou a PETROBRAS...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem era o responsável naquela época? O senhor sabe?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Naquela época... Eu não me lembro agora. Eu não posso me lembrar, mas...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E atualmente, quem é o responsável?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Deixe-me terminar o raciocínio, Deputado. Desculpe. É o seguinte...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - À vontade.



O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Então, o que aconteceu? Em 85, a PETROBRAS teve que fazer uma alteração do regulamento para assumir essa responsabilidade...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Entendi.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - ... dizendo o seguinte: qualquer insuficiência patrimonial decorrente da alteração que foi aprovada, aquela alteração, seria da inteira responsabilidade das patrocinadoras. E o que acontece? Isso, chegou em 1997, o Conselho de Administração da PETROBRAS determinou que fosse fechado o plano e não fosse mais feita essa correção.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na verdade, eu estava fazendo essa colocação porque tem uma declaração sua que eu peguei, em que o senhor disse que: *“economia estagnada, dívidas não quitadas e má gestão por influência político-partidária são as causas da déficit”*. Isso é o senhor que está falando, é um artigo seu.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não, Deputado. Desculpe, desculpe. Eu disse o seguinte: existe problema de gestão, está certo, e esse problema de gestão eu já citei...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não. Eu quero saber, a parte que me interessa é *“má gestão por influência político-partidária”*.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não, não. Eu não afirmo isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Paulo Brandão. Está aqui. *(Mostra a matéria.)*

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Ah, sim, está dizendo da matéria que eu publiquei?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Exatamente.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Ah, sim! Eu pensei que fosse agora, no depoimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - A matéria que eu publiquei...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor disse aqui: *“má gestão por influência político-partidária”*. Eu quero que me esclareça isso.



O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Sim, exatamente. A má gestão... Eu mantenho o que foi escrito. A má gestão que eu digo é justamente o seguinte: se você não tem uma gestão, está certo, onde a gente tenha condições de fazer a interferência, ela te dá, certamente, alguns investimentos que são feitos não têm controle, alguns... Esses que foram...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Os detalhes que o senhor está me dando são muito ricos e importantes. Mas eu quero saber especificamente qual foi a má gestão de influência político-partidária. Qual foi a má gestão?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Quando eu digo má gestão por influência político-partidária é porque todas as gestões da PETROS, está certo, de 2003 para cá, foram sempre indicadas pela associação dos sindicatos, a FUP, e pelo PT. Quer dizer, todos os dirigentes da PETROS eram indicados pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Atualmente quem é...

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Também, todos os que estão lá são...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não. Quem é o atual Presidente da PETROS?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Henrique Jäger, que trabalhou no DIEESE, foi do Conselho de Administração do Banco do Brasil, representando os minoritários, tem um currículo muito bom...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o tesoureiro? Quem é o tesoureiro?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - É o Lício. O Lício já foi Diretor de Investimento da PETROS, na primeira gestão, em 2003.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ambos tem indicação político-partidária?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Acredito que sim, porque eles vêm com a mesma origem. Não tendo eleição, não tendo participação dos participantes, as indicações, Deputado, é óbvio que vêm da Direção da PETROBRAS, que tem uma direção política e influencia na...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, se a PETROBRAS está mal, a PETROS está mal também.



O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Eu não diria que a PETROBRAS está mal e a PETROS está mal. Eu digo o seguinte: se há um dito aparelhamento na direção da PETROBRAS e um aparelhamento político na direção da PETROS, eu acho que isso é ruim. É isso o que eu disse...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor não aceitaria esse aparelhamento se tivesse poder de veto.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não entendi.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor não aceitaria esse aparelhamento se tivesse poder de veto. Se o senhor pudesse impedir, o senhor não teria permitido esse aparelhamento.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Eu acho o seguinte: se a direção da PETROS não tiver essa influência, que já vem de tempos, não há uma alteração onde você tenha condições de alterar a direção, ou seja, os participantes têm direito a eleger alguém. Com isso, você não equilibra politicamente. Então, é claro que qualquer organismo é um organismo político e tem influência política. Ninguém é inocente disso. E a influência político-partidária se dá na continuação, quer dizer, não há alteração, não há uma renovação de direção.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Como o senhor entende muito dessa matéria, não sei se o senhor poderia me informar ou não, quanto a PETROS investiu na Sete Brasil?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Foi 1 bilhão e 300... Certamente, eu vou lhe dizer aqui.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu quero saber isso.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Então, eu vou lhe dizer aqui. *(Pausa.)* Posso dizer... Se quiser, eu digo todos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pode dizer.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - O Banco Pactual, 2 bilhões, 180 milhões e 520 mil reais; a PETROS, 1 bilhão e 384 milhões...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Um bilhão e trezentos...

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Um bilhão e trezentos. A FUNCEF, 1 bilhão, 384 e 700...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Funcionários da Caixa?



O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Da Caixa. O fundo FGTS, que é também administrado pela Caixa, 649 milhões.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dos trabalhadores.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - O Santander, 499 milhões; EIG, que é uma entidade americana da área de energia elétrica, 509 milhões; PETROBRAS, 360 milhões; Luce, que é uma entidade também americana de energia elétrica, 384 milhões; a VALIA que é... BRADESCO, 249 milhões; a VALIA, que é do Vale do Rio Doce, a fundação, 200 milhões...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A VALIA também é previdência complementar.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - É. A VALIA é da Fundação Vale do Rio Doce, 200 milhões e 627; a PREVI, do Banco do Brasil, 179 milhões; e a Lakeshore, 4 bilhões e 21...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na comparação, o senhor percebeu o quanto investiu a PETROBRAS e o quanto investiu a PETROS?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Sim, a PETROBRAS entrou com 0,5% na composição. A PETROBRAS passou a dar seu investimento... O fundo FIP, que é o que congrega todos esses investidores, entrou com 95% da Sete Brasil, e a PETROBRAS com 0,5%.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas o senhor percebeu que a PETROS colocou mais do que a PETROBRAS?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quer dizer, e é um investimento temerário; a Sete estava lançando.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não, eu não diria isso, Deputado. Temerário, não. É um investimento que tinha todo o fundamento para dar certo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, tudo bem. Naquela época, sim. Mas, à vista da luz de hoje, é um investimento temerário.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - À vista de hoje, é claro, hoje... Se tudo correr bem, pelo que está sendo programado, está certo, e o BNDES voltar a fazer o financiamento e houver uma mudança de comportamento, 15% de capital próprio...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O BNDES já informou que não vai pôr mais dinheiro na PETROBRAS.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não, não. Aqui... Eu não tenho esse conhecimento. A informação que eu tenho é que, provavelmente, o BNDES venha a investir na Sete Brasil. Mas, de qualquer forma, a composição que está sendo feita, a engenharia financeira, pelo menos que nós temos conhecimento, leva a crer que, realmente, o empreendimento vai, se tudo correr bem, vai ter sucesso. Se não correr bem...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se, né? Se, se...

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Com certeza, Deputado, o "se" sempre existirá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Deputado Arnaldo, conclua.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Em investimento, o "se" sempre existirá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Para concluir, Sr. Presidente, na minha opinião, e o senhor conhece toda a engrenagem da PETROS, eu acho que a PETROS, em razão do problema da PETROBRAS, corre sérios riscos para com os seus participantes.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Como é?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu acho que, pelo tamanho do problema, os participantes da PETROS correm sérios riscos de ter problemas, porque 1 bilhão e 300 milhões não é pouco dinheiro para investir...

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Eu não comungo da sua opinião. Eu acho o seguinte...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Um bilhão e trezentos não é pouco, não, para investir em alguma coisa que coloque em risco o futuro dos trabalhadores, principalmente tomando por base uma declaração sua mesmo, que, eu repito, pela má gestão por influência político-partidária.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Mas, Deputado, eu não estou aqui, eu não faço, eu estou defendendo... Eu estou dizendo o seguinte: o senhor me perguntou a situação da PETROS. A situação da PETROS como um todo, ela tem



recursos suficientes, o fluxo de caixa garante o acompanhamento de benefícios por quase 20 anos. Então...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vinte anos de Previdência é muito pouco tempo.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Eu sei, Presidente, Deputado, mas isso se dá seguinte maneira: você faz um fluxo de caixa, um fundo de pensão a 30 anos. Você faz 5 anos, a cada ano se modifica o perfil dos investimentos, considerando esse fluxo de caixa. O fluxo de caixa da PETROS, o plano PETROS tem a PETROBRAS, que é o principal, está certo, indica que não há descasamento do fluxo caixa para os próximos 20 anos. Isso quer dizer o seguinte: na teoria mais recente, Deputado, de fundos que são fechados, onde você conhece a massa de trabalhadores, de participantes... O fundo da PETROS é um fundo fechado, em extinção; não é PREVI, não é FUNCEF hoje. Então, esse fundo tem uma massa definida, tem uma expectativa de vida definida; se pode calcular perfeitamente o tempo que dá, o capital hoje, o capital investido que dá para suportar isso aí. É claro que é aquela teoria do Guinle: o Guinle achava que, com a fortuna que ele tinha, ele ia passar o resto da vida gastando dinheiro e não ia acontecer nada; só que o dinheiro acabou antes de ele falecer. É isso que o senhor está dizendo, que dizer, o dinheiro pode acabar antes. Mas, no caso atual, não há essa perspectiva. Essa perspectiva na PETROS é de que os investimentos hoje da PETROS têm condições de suportar. Evidentemente, Deputado, se não houve uma alteração de gestão, onde se faça realmente um bloqueio para que não aconteça o que tem acontecido, realmente, isso poderá acontecer. Então, o que nós pleiteamos é que haja eleição para diretoria, que a gente participe da gestão, comitê gestor, modificação, porque isso então vai garantir que esse recurso vai dar até o final.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

Sr. Presidente, eu queria ao Paulo Brandão as palavras, mas deixar registrado aqui que eu estou preocupado com a situação dos participantes do PETROS. Sem dúvida nenhuma, há preocupação com a má gestão por influência político-partidária, o que tem levado a PETROS a algumas investidas equivocadas, malsucedidas. Isso me preocupa muito como um Deputado que luta na área de aposentados e às pensionistas.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Próximo Sub-Relator, Deputado Valmir Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu não iria nem fazer perguntas, eu ia passar para o autor do requerimento, mas só vou perguntar o seguinte: o senhor se referiu às indicações feitas a partir de 2003. O senhor falou também que foi Diretor da PETROS de 1985, se eu não estou enganado, até...

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - É, 89; novembro de 89 a fevereiro de 94.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - De 1989 a 1994.

A pergunta é exatamente esta: como é que eram feitas as indicações anteriormente? Eram feitas por eleição, conforme o senhor está sugerindo que seja feito agora, ou eram indicações das próprias...

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Eram indicações por competência. E competência... Por exemplo, no meu caso, eu era um gerente executivo na PETROBRAS Distribuidora com grande êxito, modéstia parte. Eu tinha sucesso no meu...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - A partir dos anos...

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Aí, o colega que foi eleito Presidente da PETROS, que tinha sido meu colega na refinaria de Caxias, que foi diretor da PETROBRAS Distribuidora também, me convidou para ser diretor lá, porque conhecia a minha competência para ajudá-los na direção da PETROS. Eu fui lá... E passei por quatro Presidentes da República e vários presidentes da PETROBRAS. Trocava a direção da PETROS e eu continuava, porque eu era diretor de uma área técnica, e o benefício dependia muito, realmente, de conhecimento técnico. Então, eu permaneci diretor da PETROS, embora houvesse várias alterações de Presidente da República e Presidente da PETROBRAS. Então, eu não era uma indicação política.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Nós anos seguintes sempre foram feitas... Como foram feitas as indicações?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - A indicação seguinte, me parece, quando há sucessão no nosso grupo, foi uma indicação política no Governo



Fernando Henrique Cardoso. O Presidente Gonzaga, parece, foi indicação de Tasso Jereissati, segundo eu tenho informação. Houve, realmente, indicação política, não tenho dúvida não.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Passo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Paulo Teixeira, eu também sou lá de Caxias, conheço bem a REDUC e fui eu que fiz o requerimento para a sua vinda para cá.

O Sr. Newton Carneiro da Cunha acumulou os cargos de Presidente do Conselho de Administração da Sete Brasil e de Diretor Executivo da PETROS, que é um dos investidores da própria Sete Brasil. Na sua opinião, não havia conflito de interesse nesses cargos?

Considerando que a PETROS é acionista da Sete Brasil, V.Sa. possui detalhes sobre indicação do Sr. Pedro Barusco para assumir a Diretoria da Sete Brasil?

A PETROS chegou realizar estimativa de seu prejuízo caso a Sete Brasil não avance nas operações ou reduza o tamanho das operações?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não, não, não. Pelo que conheço... Vou responder por partes. O fato de ter a indicação para a direção, o diretor, nós inclusive na associação, na federação, conselheiros eleitos, nós sempre fomos contra isso. Nós achamos, inclusive, que as indicações para a direção, conselho de administração e conselho fiscal de entidades onde a PETROS participa devem ser feitas de forma diferente, inclusive com rol de candidatos técnicos que sejam apresentados para serem eleitos, e não ser da direção da entidade ou gerente ou diretor. Portanto, na nossa opinião, há, sim, conflito de interesse. Nós achamos que deveria ser diferente. Com relação ao Sr. Barusco, nós não temos nenhum conhecimento, não passou, a PETROS não tem nenhuma ingerência, porque o fundo FIP é administrado pela Caixa Econômica, e existia uma direção da empresa Sete Brasil onde o fundo FIP era acionista. Então, nós não tínhamos nenhuma ingerência nem conhecimento sobre a escolha de direção da Sete Brasil ou dos termos que foi o Sr. Barusco. Agora, com relação a um possível provisionamento



para perdas, isso só virá se, na realidade, ocorrer, todas as negociações que estão em andamento, não tiverem sucesso. Pelo menos as informações que eu tenho é que estão em bom caminho.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - No âmbito da Lava-Jato, há uma citação da Polícia Federal que registra o seguinte: que as negociações envolvendo a Sete Brasil eram realizadas, pelo lado da PETROS, pelo Sr. Humberto Pires Grault Vianna de Lima, Gerente de Novos Projetos da PETROS, e pelo Sr. Luis Carlos Fernandes Afonso, Diretor-Financeiro de Investimento.

Aí eu lhe pergunto: foi instalado algum tipo de procedimento no interior da PETROS para averiguar o que são essas negociações e que interesse envolveriam essas negociações da parte da PETROS junto com os demais participantes da Sete Brasil, já que isso é citado no âmbito da Lava-Jato, e a Lava-Jato tem aprofundado nas investigações do ponto de vista do esquema de corrupção na PETROBRAS?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não, nós não temos esse conhecimento. Inclusive, o Sr. Luis era o Presidente, né? O Luis era o Presidente da PETROS na ocasião. E devia, como Presidente, certamente, participar de algumas negociações a respeito do investimento. Nós não temos informação de que tenha havido alguma coisa no negativo. Nós aprovamos a apuração e estamos aguardando que essa apuração seja feita pelas investigações que estão sendo realizadas. Caso isso venha a acontecer, evidentemente, os responsáveis deverão ser punidos na forma da legislação.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Vamos lá, mais uma: as notícias divulgados nos últimos meses demonstram que os fundos de pensão PETROS e POSTALIS, dos Correios, aplicaram 73 milhões nos negócios intermediados pelo grupo do doleiro Youssef. Os fundos teriam aplicado milhões em um dos fundos geridos pelo Trendbank, que quebrou no final do ano passado deixando um rombo de cerca de 400 milhões de reais. PETROS e POSTALIS perderam praticamente todo o investimento.

O senhor tem conhecimento do valor aplicado pela PETROS no fundo do Trendbank ou negócios com o Sr. Alberto Youssef?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não, não tenho.



O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - A PETROS confirma que parte de seu prejuízo é oriundo desse negócio? Saberria detalhar as providências adotadas pela PETROS em relação ao prejuízo noticiado?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não. Eu não tenho conhecimento de que tenha havido esse tipo de negociação. Como eu disse ao senhor, eu declarei, existem vários investimentos de realização que foram levados a provisionamento justamente porque estão sendo investigados com relação a aplicações via Banco BVA, Grupo Galileo e outros que foram... Agora, não tenho conhecimento que isso tenha sido feito por influência de quem quer que seja.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Pois é. Mas o senhor falou que são 9 anos já que o Conselho Fiscal... E essa informação, antes... O depoente anterior falou de 11 anos, mas a informação que eu tinha era essa, de que há 9 anos o Conselho Fiscal da PETROS vem sistematicamente reprovando as contas do fundo que, depois, são aprovados em função do voto da patrocinadora, que é a PETROBRAS, que é o voto de qualidade. Esse contexto e mais esses investimentos temerários não levam vocês, como participantes, e a Associação dos Aposentados da PETROBRAS a ter uma preocupação com o futuro do investimento de vocês e com a aposentadoria dos participantes do fundo?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Com certeza, Deputado. É exatamente por isso... São 11 anos e vai para o 12º ano agora. Segundo, está sendo ainda... Ainda estão em análise pelo Conselho Fiscal as negociações de contrato de 2014 e, depois, vai para o Conselho Deliberativo. E a informação que nós temos é que, provavelmente, não sejam aprovadas este ano também. Mas isso leva à preocupação, evidentemente, porque as causas da não aprovação são perfeitamente resolvíveis; não são, evidentemente, nessa direção da má administração; estão muito mais ligadas à dívida que a patrocinadora tem com o fundo, os cálculos de (*ininteligível*) São várias razões que levam a essa questão. E alguns questionamentos do Conselho Fiscal que não foram atendidos pela executiva da PETROS. Agora, é claro que existe a preocupação. Tanto é verdade que nós já fizemos representação em relação a isso à PREVIC e ao Ministério da Previdência. A Federação está fazendo uma representação ao Ministério Público, nós já fizemos notificação extrajudicial ao Presidente da PETROBRAS, ao Presidente da



PETROBRAS Distribuidora, que são as maiores patrocinadoras. Fizemos uma notificação extrajudicial ao Presidente da PETROS, ao Presidente do Conselho Deliberativo e ao Presidente do Conselho Fiscal, justamente para que se tome providência. Porque, se não houver providência, tem que haver consequência. Não é possível continuar a situação como está. Ou seja, é necessário que a gente resolva essas questões que são apontadas de uma vez ou, então, verifique se as questões apontadas não são verdadeiras. No ano passado, foi por unanimidade o Conselho Fiscal. Ou seja, os representantes da patrocinadora e dos empregados não aprovaram as contas. Não foi só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Sr. Paulo, me dê licença um pouquinho.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Eu vou suspender a sessão por 5 minutos para que possamos votar. A votação é nominal e já vai ser encerrada. Então, vamos votar, voltaremos em 5 minutos e continuamos com a audiência.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Ouviu, Deputado, existe uma preocupação, sim, e essa preocupação é nesse sentido, de fazer uma mudança na gestão da PETROS.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu vou votar...

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Pois não. Às suas ordens.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Está reaberta a reunião.

Passo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Celso Pansera, que estava concluindo os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente, eu perdi um pouquinho o fio da meada, mas eu ainda tenho uma pergunta aqui.

Uma notícia de fevereiro, publicada no jornal *O Globo*, nomina um investimento da PETROS na compra de um terreno em Barra Mansa, interior do Rio de Janeiro, envolvendo 13 milhões de reais — foi o investimento da PETROS — e que, na verdade, por trás dessa negociação, haveria um testa-de-ferro, Carlos Alberto da Costa, que seria o testa-de-ferro do Sr. Alberto Youssef. Por isso, eu volto



a discutir. A matéria do jornal *O Globo* diz que, nessa transação, houve um pagamento de propina de 500 mil reais a ex-gerentes do fundo de pensão, da PETROS.

Por que eu faço esta pergunta? Porque, parece-me, havia essa euforia, essa vontade de investir na Sete Brasil. Como falou o depoente anterior, parecia ser um grande projeto, e, realmente, o desenho dele era um grande projeto de desenvolvimento da indústria nacional, mas, por parte dos participantes, de quem estava jogando dinheiro ali dentro — e boa parte não era dinheiro próprio, era sempre dinheiro de alguém, ou dos aposentados, dos fundos de pensões, ou da própria PETROBRAS —, essa questão da propina era uma coisa meio institucionalizada mesmo. Não havia... Até a compra de um terreno significava um jogo de dinheiro, de propina.

E aí eu queria a sua opinião sobre isso; como isso é visto pelos participantes do fundo de pensão hoje? Qual é a sensação deles? E como é que isso pode influenciar a vida deles no futuro? Como isso é percebido pelos aposentados, pelos participantes da PETROS, essa falta de aprovação dos balanços pelo Conselho Fiscal? E depois isso é imposto pela patrocinadora. E também esse conjunto de informações. O tempo todo, sempre que há uma negociação envolvida, há alguma informação de que houve desvio de dinheiro. Como isso é percebido? Como vocês veem isso? Como é que vocês, que são técnicos muito atuantes, veem essa questão?

E, por fim, eu queria lhe... O senhor é engenheiro, não é?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não, eu sou advogado.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Advogado. Então, a minha pergunta tinha outro sentido.

Obrigado.

Esta é a minha última pergunta, Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Deputado, a sua pergunta é pertinente. A preocupação é muito grande. Nós somos dirigentes de associação de participantes e recebemos *e-mails*, centenas de *e-mails*, dos participantes, preocupados com isso. Evidentemente, são notícias de jornais. Não há nenhuma comprovação ainda, efetivamente, em relação a esses fatos. O que aconteceu foi



que nós, representantes eleitos do Conselho Deliberativo, exigimos que fosse feita a investigação, agora, completa, inclusive desta forma: origem, indicação, condução... Todos os protocolos foram cumpridos dentro da PETROS. Se não foram, quais são as não conformidades. Quem foi o responsável. Isso está sendo apurado. Com relação às questões da investigação Lava-Jato, houve duas decisões do Conselho Deliberativo. Na segunda decisão, nós solicitamos que as investigações fossem ampliadas não só pelo depoimento do Diretor Paulo Roberto, como também que toda e qualquer menção à PETROS no processo da Lava-Jato fosse investigada. Inclusive, isso acontecendo, será objeto dessa investigação. Mais ainda: nós exigimos que a auditoria, que era ligada à Presidência... Nós sempre combatemos isso. A auditoria que era ligada à Presidência... Nós, no Conselho Deliberativo, sempre pleiteamos que a auditoria fosse ligada ao Conselho Deliberativo, porque é quem, inclusive, nomeia o gerente, não é? É o homem de confiança do Conselho Deliberativo. Como poderia ser ligada administrativamente ao presidente que vai auditar os atos da diretoria? Então, recentemente, essa diretoria — inclusive, nova — e a nova presidência do Conselho Deliberativo, aquiescendo aos nossos inúmeros pedidos, registrados em ata, inclusive, passaram, na reunião passada e retrasada... A auditoria da PETROS, agora, é subordinada ao Conselho Deliberativo, que está com essa incumbência de investigar todos esses fatos, não só através da Ernest & Young, como os ligados às investigações das duas empresas que a PETROBRAS contratou, que estão sendo também apuradas. Eles recolheram todos os celulares dos gerentes e diretores, milhares de documentos, tudo. Estão fazendo uma investigação completa. Certamente, se isso for verdade, deverá aparecer, e a gente espera que haja punição. O que nós desejamos, evidentemente, todos os participantes, é que essa experiência, digamos assim, tenha um fim. Quer dizer, não dá mais para isso continuar. O Conselho Fiscal, se houver um parecer contrário... O Conselho Deliberativo simplesmente não pode ficar sem apurar. A autoridade competente, que é a PREVIC, também não pode passar recibo disso, só porque o Conselho Deliberativo aprovou, porque tem maioria da patrocinadora. Tem que procurar apurar as causas, realmente, da não aprovação. É isso aí. Essas são as questões. Então, a preocupação existe. E agora... Várias providências foram tomadas, estão sendo tomadas. Felizmente, agora, a direção da PETROS — e,



acredito, da PETROBRAS — está mais envolvida nessa solução. Acredito também que a autoridade competente, que é a PREVIC, vai, agora, interferir no sentido de a gente dar um basta e a gente ter uma vida nova na próxima administração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Vamos, pela lista de inscrição, passar a palavra aos membros para debate.

Deputada Maria do Rosário. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Izalci com a palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu vou fazer as perguntas nos 3 minutos e depois vou usar o tempo de Liderança.

Sr. Paulo, eu perguntei há pouco ao Sr. Fernando, que esteve aqui, e ele pediu que eu fizesse a V.Sa. a mesma pergunta, que ele acabou não respondendo.

V.Sa. pode me dizer como são definidos e decididos os investimentos realizados pela PETROS? Os participantes têm poder de veto nessa decisão? V.Sa. poderia nos dar um exemplo concreto a respeito das decisões da patrocinadora da PETROS contrárias aos interesses dos participantes, no que diz respeito a investimentos realizados nos últimos anos? V.Sa. teria exemplos concretos do uso político da PETROS nos últimos anos? Eu fiz essa pergunta, e ele citou um: óleo diesel. Não sei o que ele falou. Haveria outros? Eu pergunto a V.Sa., nesse sentido: quais são os casos que conhece em que houve realmente prejuízo, ou, mesmo que não tenha havido, houve indicação política na aquisição e que trouxe prejuízo para a PETROS?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Eu vou citar um caso de como é o andamento de um investimento na PETROS. Tem um protocolo. Quer dizer, tem que haver determinados investimentos, tem que passar pelo crivo do Comitê de Investimento. Têm determinados investimentos que só podem ser aprovados com a aprovação do Conselho Deliberativo; outros, em termos de valor, eram 5% do patrimônio, e nós baixamos para 1%. Então, existe um protocolo. Inclusive, determinados investimentos de risco têm que ter a aprovação na agência de risco. Tem todo um andamento. Se esse andamento não é cumprido — foi o que aconteceu —, o investimento não... Porque é investimento de risco, pode dar certo ou não. Às vezes, alguns não deram resultado e estão sendo investigados. Há um caso, por exemplo, que é típico, que é a aplicação no Grupo Galileu. Aquele



investimento jamais foi aprovado pelos participantes. No COMIN tem um representante, um participante indicado por nós. Ele não aprovou o investimento. O representante da PETROBRAS Distribuidora, que é a segunda maior patrocinadora, por escrito, não aprovou o investimento. O outro representante do COMIN não aprovou, mas, por maioria, o Comitê aprovou — a maioria é formada pelas gerências e o diretor da área de investimento —, e a diretoria aprovou um investimento muito ruim, caso típico de investimento mal aplicado, embora tenha o veto do representante do participante. Por causa disso, já está sendo alterada a composição do Comitê de Investimentos. A nova direção já entendeu que não pode ser mais dessa forma. Tem que haver consenso. Se houver um veto, tem que ser apurado melhor. Infelizmente, o mau investimento deu margem a essa mudança. Mas esse é um típico investimento que não foi aprovado pelo representante do participante no Comitê de Investimentos, por patrocinador, inclusive, representante, e a diretoria levou em consideração a maioria do Comitê e aprovou. Esse é um tipo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. sabe quem levou esse caso da PETROS?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Esse eu não sei, mas está sendo investigado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E nas atas consta exatamente tudo isso?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Nós estamos investigando justamente quais são as suas origens. Está dentro daquele rol de que eu lhe falei. Estão sendo investigados. A nossa exigência é que sejam investigados. Nós queremos saber. Tem que ter nomes, tem que ter nomes. Agora, há um investimento, por exemplo, que, a meu ver, não é um mau investimento, nós não aprovamos no Conselho, que é o investimento, por exemplo, na Hidrelétrica de Belo Monte. A meu ver, é um investimento bom, embora, politicamente, socialmente, os participantes tenham sido contra por questões políticas, por questões sociais etc. etc., e não pelo investimento em si. Mas foi, evidentemente, um investimento com um cunho eminentemente político. Há interesse do Governo em um investimento na hidrelétrica, e a PETROS poderia ficar fora, mas não... Ela foi levada, evidentemente, por decisão da maioria da direção, que segue uma orientação política.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Há registro de pagamento de propina na PETROS?



O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Como?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Há registro nos autos?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não, não conheço. Não tenho informação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - No caso de Alberto Youssef, inclusive. No caso de Belo Monte, inclusive. No processo também...

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não, nós não temos conhecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para finalizar, em termos de perguntas, porque depois eu entro na Liderança, V.Sa. sabe alguma coisa a respeito da influência de alguma aquisição por parte de João Vaccari Neto na PETROS?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Teve, sim, uma aplicação na cooperativa de São Paulo, de que ele é dirigente, e nós fomos contra, mandamos desfazer, foi desfeito, e o dinheiro retornou com cobertura dentro da meta atuarial, quer dizer, não houve prejuízo. Mas foi, sim... Houve... Nós fomos contra, e houve reversão da aplicação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É, foi de 13,952 milhões. Mas a Polícia Federal cita esse investimento na IMV como influência do João Vaccari Neto.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Nós temos conhecimento, porque o Vaccari Neto era dirigente da cooperativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Izalci, podemos ir para o tempo de Liderança?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Já terminou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - O Plenário está mais emocionado do que a CPI.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É porque tinha uma última, do Paulo Roberto Costa.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Só afirmando, a informação que nós temos da época...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Os jornalistas também estão todos querendo ir...



O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - O Vaccari Neto era dirigente da cooperativa, influente. Por isso a ligação. Mas nós achamos que não tinha que investir naquilo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É o da BRASCOOP?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - É, da cooperativa. Nós mandamos desfazer, e foi desfeito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E do Paulo Roberto Costa, nada?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Vamos cronometrar...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele deixou 29 milhões lá. Não há alguém que acompanhe isso?

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Izalci, vou solicitar a cronometragem das Lideranças.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, deixe-me falar pela Liderança.

Sr. Presidente, a gente percebe claramente, inclusive depois das declarações da Presidenta Dilma, em que ela realmente disse que não concorda, não leva em consideração, não respeita os delatores...

Eu disse há pouco aqui, na abertura dos trabalhos, que o projeto de lei da colaboração premiada foi iniciativa de uma Senadora do PT, relatado pelo atual Ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e evidentemente o aprovamos. Como foi dito aqui por diversas pessoas, sem a delação premiada, nós não teríamos, talvez, chegado aonde já chegamos. O problema que a gente percebe é que chegamos aonde as pessoas imaginavam que não chegaríamos. Chegamos de fato ao rei e à rainha. E agora, percebendo isso, há essa confusão toda, esse descrédito com relação aos delatores, que são os colaboradores.

Aqui na CPI, hoje, ficou muito patente que a posição do Partido dos Trabalhadores foi realmente de obstruir, de falar coisas sem sentido, porque questão de projeto de lei do Serra ou do Jutahy não tem nada a ver com esta CPI, até porque o PSDB não é maioria nesta Casa — nós somos da oposição e somos minoria. Então, isso é irrelevante. Poderia ter proposto aqui a criação de uma audiência pública para discutir essa matéria. Mas o que está em jogo mesmo...



Não foi à toa que, na ausência da Presidenta Dilma, ontem, em Brasília, o ex-Presidente Lula convocou toda a sua bancada da Câmara e do Senado e substituiu inclusive membros da CPI. Acho não estavam trabalhando como ele imaginava que deveriam trabalhar, como se ele tivesse o poder de encaminhar, ou obstruir, ou definir como cada Deputado tem que agir nesta Casa. Foram feitas substituições de membros titulares, inclusive, e agora o comportamento é outro, é descaracterizar completamente as testemunhas, os delatores, os colaboradores. Por quê? Porque realmente os fatos estão aí, a população está acompanhando, o dinheiro está nas contas, depositado, quer dizer, não tem como negar isso.

De fato, como eu disse desde o início, eu sou contador e auditor, então, desde o primeiro momento, eu já sabia exatamente o que aconteceu: as empreiteiras financiavam as passagens do ex-Presidente Lula, que utilizava o seu poder político, viajava por conta das empreiteiras para esses países onde foi, inclusive, beneficiado com palestras de 200, 300 mil dólares. Essas palestras eram dirigidas exatamente no sentido de obter obras no exterior, e essas obras seriam depois, evidentemente, financiadas pelo BNDES. Foi muita coincidência o que aconteceu.

Agora, o que a gente percebe, durante todo o tempo, e o próprio Relator insiste nisso, em todos os depoimentos... Ele não admite que a corrupção, no sentido sistêmico e organizado, tenha acontecido a partir de 2003. Isso já foi dito e repetido aqui por diversos atores e outros que aqui estiveram também. A corrupção sistemática, com a organização criminosa que foi feita, aconteceu a partir de 2003. E o que houve foi um aperfeiçoamento do mensalão. Houve realmente todo um planejamento.

Nós falamos aqui do Deputado Júlio Delgado. Eu não tenho nenhuma dúvida de que tudo foi proposital. *“Vamos fazer doações para a gente poder acusar também a Oposição, para jogar tudo na vala comum.”* A população, hoje, já sabe diferenciar o joio do trigo.

Na prática, está muito claro, aquilo que foi dado para o Partido dos Trabalhadores, cota da propina (há, inclusive, conta corrente), as doações de campanha (vários colaboradores disseram isso aqui), as doações oficiais ao Partido dos Trabalhadores, várias delas foram deduzidas da conta corrente da propina. E



foram deduzidas não só as doações de campanha, mas também as notas fiscais de consultoria. José Dirceu, preso, emitiu diversas notas de consultoria. Pelo que eu sei, de lá não dá para fazer nenhuma orientação via Internet. Até porque é proibido utilizar a Internet. Talvez ele tenha algum privilégio de usar o celular, mas duvido que mereceria a emissão de uma nota de 1 milhão ou mais por uma consultoria, nesse período.

Portanto, está claro que as notas fiscais emitidas por José Dirceu, Antônio Palocci, Instituto Lula, Luiz Inácio Lula da Silva Empreendimentos, todas essas notas foram notas frias, que foram abatidas na conta corrente da propina.

E isso foi confirmado. E talvez aí esteja o desespero. Ele já disse isso lá atrás. Ricardo Pessoa disse que ameaçou primeiro. Como não resolveram a situação... E olhem que tentaram muito. O ex-Presidente Lula cobrou diversas vezes do Ministro da Justiça para que ele providenciasse e segurasse realmente as investigações da Lava-Jato.

Tentaram, por diversas vezes, convencer os empreiteiros a assumir a responsabilidade dessas operações do cartel, para que eles pudessem assumir a culpa de que o cartel foi formado por eles. Mas, hoje, a gente percebe claramente, inclusive pelas declarações do próprio Ministro Edinho, que foi o tesoureiro da campanha Dilma, que eles ameaçavam realmente os empreiteiros e ligavam... Quando tinham um contrato ou um aditivo, eles ligavam: *“Olha, quer continuar prestando serviço para a PETROBRAS?”* Então, eram coagidos e acabavam tendo que fazer isso, porque, senão, não teriam os contratos e muito menos os aditivos.

Portanto, eu entendo perfeitamente o desespero dos Deputados desta Comissão. Entendo e até me solidarizo com os Deputados que foram afastados. E eu sei que não foi culpa deles. A aprovação do requerimento de convocação de Paulo Okamoto aqui não foi culpa dos Parlamentares.

Os Parlamentares do PT fizeram obstrução, questionaram, tentaram impedir, inclusive, a votação dos requerimentos, mas não foi culpa deles. Foram aprovados, e daqui a pouco nós vamos ouvir Paulo Okamoto, que vai ter que explicar.

E não adianta assumir a sua responsabilidade, dizendo que era culpa dele, como agora virou rotina. Arno Augustin diz que as pedaladas são por conta dele, o Edinho agora disse que o financiamento de campanha é por conta dele. E agora,



também, da mesma forma, vai acontecer de um modo geral. Para quê? Para realmente tirar o foco do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

A campanha da Presidenta Dilma foi financiada, assim como a reeleição de Lula, com dinheiro de propina da PETROBRAS.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Deputado Izalci, inclusive, quando V.Exa...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Cabe réplica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Não. V.Exa. me citou diretamente. Como aqui também vale o mundo da imaginação, então, eu quero acreditar que, quando V.Exa. diz que chegou ao rei e à rainha, deve ser...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Lula e Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Eu posso interpretar...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas eu já vou dizer: Lula e Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Eu posso interpretar que seja... V.Exa. deve estar se referindo ao Aécio como rei, porque...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não. Não cabe interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - ...ele recebeu simplesmente 1 milhão a mais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não cabe interpretação. É como eu já estou dizendo: Lula e Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Mas ele recebeu mais do que a Dilma.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas sem pressionar, sem coação. Ele não tinha esse poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Ah, não? Não faziam obras nem em São Paulo, nem em Minas, nem em cartel de metrô? Mas vamos acreditar...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não vamos jogar na mesma vala a mesma coisa. Não é a mesma coisa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Não vamos, não vamos... Vamos acreditar que papai-noel existe e que o dinheiro do PSDB foi presente de papai-noel. Mas... É por isso que a população...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pelo menos não foi através da PETROBRAS, com certeza. Nós não temos diretor nenhum da PETROBRAS nomeado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Mas com uma diferença, Deputado Izalci. A primeira reunião... Lula não fez nenhuma reunião no Palácio da Alvorada, no exercício da Presidência da República, para passar o chapéu para construir um instituto como Lula criou. E quem está no mundo da política sabe que convidar empresários, no Palácio da Alvorada, residência oficial do Governo, no exercício de um mandato, e pedir contribuição não é constranger e nem forçar, é exatamente dizer: ou dá ou não dá.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E fazia isso durante o dia, não era durante a noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Pois é, mas a diferença... Pois é, às claras! A diferença é que foi chamado de jantar de gala.

Deputado Jorge Solla, ausente; Deputado Leo de Brito, ausente; Deputado Aluisio Mendes, ausente; Deputado Wadih Damous, ausente; Deputado Júlio Delgado, ausente; Deputado Celso Pansera já falou como autor do requerimento; Deputado Edio Lopes, ausente; Deputado Onyx Lorenzoni, ausente; Deputado Delegado Waldir, ausente; Deputado Antonio Imbassahy, ausente; Deputada Eliziane Gama, ausente; Deputado Félix Mendonça Júnior, ausente; Deputado João Gualberto, ausente; Deputado Paulo Magalhães, ausente.

Não havendo mais o que tratar, agradeço a presença de todos.

Passo a palavra ao Sr. Paulo para que ele possa fazer as suas considerações finais, caso queira utilizar o tempo.

O SR. PAULO TEIXEIRA BRANDÃO - Eu quero agradecer ao Deputado que me fez a convocação. Honra-me muito a sua convocação. Deu-me a oportunidade de estar aqui prestando a minha informação. Quero fazer um apelo para que os Srs. Parlamentares consigam nos ajudar a resolver essa questão de gestão na PETROS, porque é fundamental para a garantia dos interesses dos participantes e assistidos do fundo de pensão da PETROBRAS. Essa questão de gestão passa pela eleição



direta da diretoria como ação de comitê gestor. E o Regimento Interno do Conselho Deliberativo foi aprovado, já foi aprovado numa alteração estatutária, e a PETROBRAS está embarreirando para implementar. Muito obrigado, Presidente. Agradeço muito a oportunidade. Estou à sua disposição, à disposição da Comissão para outras informações, se houver necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Sérgio) - Sou eu que agradeço.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião e comunico a audiência pública para o dia 2 de julho, em que vamos ouvir os Srs. Dalmei, que é agente da Polícia Federal; João Alberto, que é Delegado da Polícia Federal; e Auro Gorentzvaig, que é ex-Conselheiro e acionista da Petroquímica Triunfo.

Está encerrada a presente reunião.